

2021

RELATÓRIO E CONTAS

MAPFRE - SEGUROS DE VIDA, S.A.



Índice

01

ÓRGÃOS SOCIAIS
P. 3

02

RELATÓRIO DE GESTÃO
P. 5

03

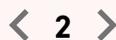
CONTAS
ANUAIS 2021
P. 30

04

NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
P. 42

05

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E RELATÓRIO
E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL
P. 150



Conselho de Administração (2021-2024)

Presidente

Luis Anula Rodriguez

Vice-Presidente

Vítor Manuel da Silva Reis

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

Vogais

Javier del Rio Martín

Pedro Ribeiro e Silva

Mesa da Assembleia Geral (2021-2024)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

Conselho Fiscal (2021-2023)

Presidente

José Ferreira Machado

Vogais

Luís Filipe Caldas

João Sobral do Rosário

Suplente:

José Gabriel Chimeno

Sociedade Revisora Oficial de Contas (2021-2023)

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por José Manuel Horta Nova Nunes

Suplente

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio

Principais indicadores

Apesar do contexto de persistência da pandemia da Covid-19, em 2021 o mercado registou um crescimento bastante expressivo de 34,5% no conjunto de Vida e Não Vida, atingindo um volume de vendas acima de 13.300 milhões de euros, valor superior aos últimos seis anos anteriores.

O maior contributo para este crescimento veio do lado dos produtos de Vida, passando a sua representação para 58%.

750 MIL €

Resultado líquido

47,7 M€

Capital próprio

342,8 M€

Ativo

295 M€

Passivo

301 %

Rácio de solvência

80

Pessoas

48% mulheres

52% homens

42,2 ANOS

Média de idade

12,3 ANOS

Média de antiguidade

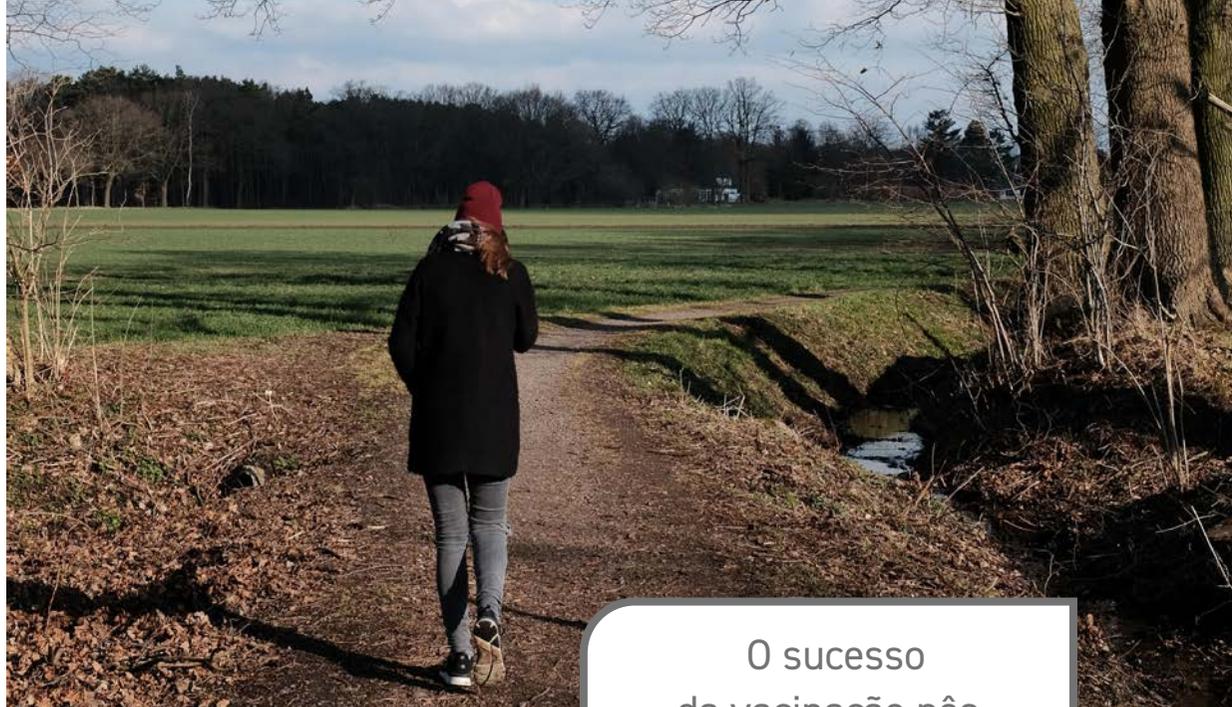
4.341 HORAS

Formação de colaboradores

100% e-learning

01 Contexto Socioeconómico

O segmento Vida cresceu 69,5%
alcançando 7.727 milhões de euros



À semelhança do ano anterior, 2021 voltou a ser condicionado pelos efeitos do surto pandémico da Covid-19.

Não obstante dever reconhecer-se o inegável avanço no processo de vacinação, há que referir dois aspetos que limitaram a sua eficácia.

Por um lado, parece consensual que a erradicação da pandemia depende muito do equilíbrio que se possa conseguir no contexto mundial quanto ao grau de imunização, e a realidade é que o processo evoluiu de forma muito assimétrica, com os países mais desenvolvidos a alcançarem bons patamares de vacinação das suas populações, enquanto que os países menos desenvolvidos se situaram em níveis muito incipientes.

Por outro lado, mesmo nos países onde a vacinação decorreu de forma mais célere, só foi produzindo resultados

ao longo do terceiro trimestre, pelo que na primeira parte do ano ainda se verificaram elevados constrangimentos nas unidades de saúde e na atividade económica.

Neste aspeto, Portugal destacou-se por ser o primeiro país do mundo a atingir um grau de vacinação de 85% da sua população (nível comumente considerado como imunidade de grupo), em resultado da aposta numa equipa de gestão assente numa forte liderança e dotada de uma elevada capacidade de organização.

Apesar das limitações apontadas, a verdade é que, em termos económicos, se observou alguma recuperação da atividade a nível mundial, ilustrada no Quadro 1 (apresentado a seguir), uma recuperação muito positiva que confirmou o tão badalado padrão de recuperação em V em detrimento do padrão em U, dicotomia que tinha sido objeto de ampla discussão ao longo do ano anterior.

O sucesso da vacinação pôs Portugal em destaque ao ser o primeiro país do mundo a atingir um grau de 85% da população inoculada, resultado da aposta numa equipa de gestão assente numa forte liderança e dotada de uma elevada capacidade de organização.

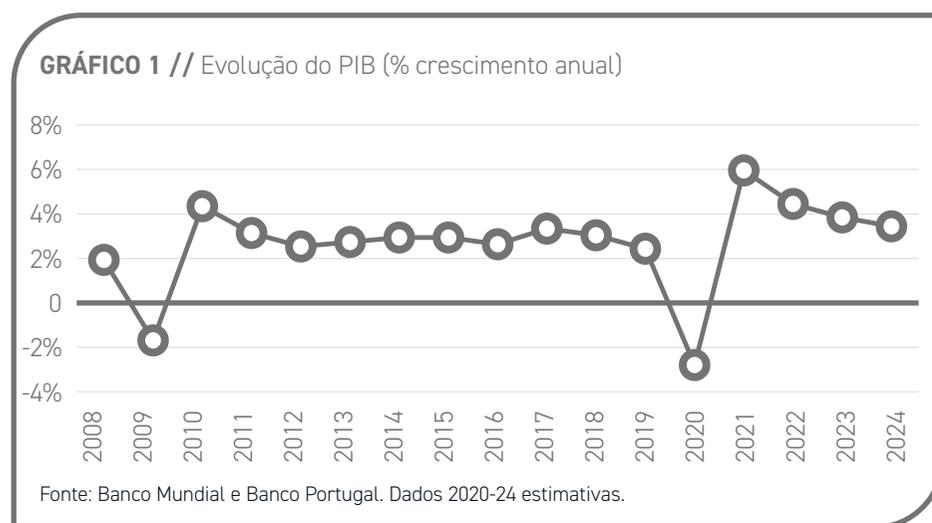
QUADRO 1 Indicadores de economia mundial

	2019	2020	2021	2022
PIB (% crescimento)	2,7	- 2,8	5,9	4,4
Comércio (% crescimento)	1,0	- 8,3	10,2	4,5
Cotação petróleo (euros)	57,2	36,3	60,8	68,5

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico dezembro 2021)

Porém, essa recuperação da atividade evidenciou um efeito colateral da pandemia, traduzido por uma forte disrupção nas cadeias logísticas e de produção que ameaça condicionar os tempos mais próximos e levar a um achatamento do padrão mencionado.

Começaram a ser frequentes referências ao aumento do preço dos combustíveis, derivado do disparo da procura, à falta de *chips* com implicação na paragem das linhas de produção automóvel e de outras indústrias, bem como à falta de contentores para transporte marítimo, com o conseqüente efeito no aumento exponencial do seu custo e no atraso dos fornecimentos.



Por sua vez, o mercado da energia, influenciado adicionalmente pelos custos da agenda internacional para a descarbonização, entrou num período de turbulência que se traduziu num aumento significativo dos preços com impacto relevante, principalmente, nas indústrias.

Esta realidade levou a um aumento da inflação em geral e do custo das matérias primas em particular, para níveis que já não se viam há alguns anos a esta parte.

Apesar de ainda não ser claro se estaremos perante um aumento pontual ou mais duradouro, e de o Banco Central Europeu continuar a afirmar o seu compromisso em manter medidas de estabilização monetária, ainda se mantém a sensação de que este movimento poderá estar a potenciar uma inversão da tendência de baixas taxas de juro que tem caracterizado os últimos anos e, com ele, um impacto nos mercados financeiros que poderá produzir efeitos bastante adversos nas economias, em especial naquelas que apresentam elevados índices de endividamento.

Em Portugal, relativamente ao nível de vacinação, foi atingida a imunidade de grupo em meados de outubro. Relativamente ao PIB verificou-se um crescimento mais expressivo no primeiro semestre, porque comparava com o período de confinamento mais severo, diminuindo um pouco a partir do terceiro trimestre, que comparado com o ano anterior a atividade já tinha recuperado ligeiramente, devendo acabar por terminar dentro do esperado para a globalidade do ano, situando-se num valor muito próximo do observado antes do período de pandemia, o que corresponde a um crescimento de 4,8%, em 2021.

Aparentemente, o fim das medidas de apoio excecional como, por exemplo, as moratórias dos financiamentos das empresas e particulares e o *layoff* simplificado, não teve um impacto negativo no desempenho da economia.

Embora com variações diferenciadas entre setores, o emprego apresentou um crescimento, fazendo recuar a taxa de desemprego para os 6,6%, assim como a remuneração média para o qual contribuiu substancialmente o aumento do salário mínimo.

Este comportamento do emprego teve como consequência um crescimento do rendimento disponível, o qual, associado a uma descida gradual da taxa de poupança

por via da redução da incerteza, em especial no segundo semestre, puxou pelo consumo privado que se tornou num forte dinamizador da economia.

Também as exportações deram um contributo importante para o crescimento do produto, pois aumentaram significativamente em resultado do dinamismo da procura externa. Ainda que alguns setores, como o automóvel, tivessem sofrido o efeito negativo da perturbação nas cadeias de abastecimento e o turismo tivesse sido fortemente afetado pelo confinamento no primeiro trimestre, outros setores recuperaram para níveis acima do período pré-pandemia.

O investimento apresentou igualmente um comportamento favorável, sustentado pelas expectativas de recuperação e pela entrada dos fluxos dos fundos europeus a partir do segundo semestre do ano.

Completando o pleno de contributos para o incremento do PIB, até o consumo público evoluiu de forma ascendente, essencialmente por via da despesa associada ao aumento do número de funcionários públicos e dos gastos na aquisição de bens e serviços na área da saúde.

Por sua vez, a inflação foi quase inexistente na primeira parte do ano, mas aumentou no segundo semestre como corolário do aumento do preço das matérias-primas e da energia que se verificou mundialmente, facto que não pareceu modificar o sentimento globalmente favorável por parte dos operadores económicos.

Porém, quando os ventos corriam de feição à economia, com quase todos os indicadores a evoluírem positivamente e a concretizar-se a anunciada entrada de fluxos financeiros europeus jamais vistos, provenientes do Plano de Resiliência e Recuperação (PRR), dois acontecimentos trouxeram alguma perturbação.

Um deles foi a não aprovação do orçamento do Estado para o ano 2022, que desencadeou um processo de eleições antecipadas, refreando as expectativas económicas e reduzindo o potencial de crescimento previsto para o ano seguinte, em especial pelo facto da libertação dos aludidos fundos europeus estar dependente da apresentação de projetos estratégicos concretos, algo muito difícil de conseguir com um governo a exercer funções de mera gestão corrente.

O outro foi o aparecimento de uma nova variante do vírus que causa Covid-19, designada de "Ómicron", responsável pelo aumento do número de infetados dado o seu maior grau de transmissibilidade. Apesar de, aparentemente, a proteção conseguida através do processo de vacinação contribuir para situar a gravidade das infeções e o número de internamentos mais baixo do que tinha acontecido no ano anterior, foram tomadas várias medidas de contenção que vieram limitar a fluidez da economia.

No momento em que este relatório está a ser elaborado, não são ainda claras as consequências do novo surto nem as opções políticas e estratégicas do novo governo para os próximos anos, pelo que qualquer comentário que se possa fazer tem que se cingir às estimativas que datam do final do ano 2021, nomeadamente as do Banco de Portugal usadas como referência.

Tais estimativas apontam no sentido de uma evolução positiva da economia, traduzida num crescimento do PIB de 5,8%, que é desejável que se concretize, mas sem deixar de realçar o clima de incerteza que as rodeiam em função dos vários motivos já referidos.

QUADRO 2 Indicadores económicos de Portugal

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Indicadores económicos						
PIB	2,8	2,1	2,2	(8,4)	4,8	5,8
Consumo privado	2,3	2,3	2,4	(7,1)	5,0	4,8
Consumo público	0,2	0,7	0,7	0,4	4,8	1,4
Investimento	9,2	3,9	5,4	(2,7)	4,9	7,2
Exportações	7,8	3,6	3,5	(18,6)	9,6	12,7
Importações	8,1	4,1	4,7	(12,1)	10,3	9,3
Taxa de desemprego	8,9	7,0	6,5	7,0	6,6	6,0
Índice de preços no consumidor	1,6	1,4	0,3	(0,1)	0,9	1,8
Déficit Contas Públicas	(1,4)	(0,7)	0,2	(7,3)	(4,3)	n.d.
Taxa juro curto prazo	(0,300)	(0,300)	(0,400)	(0,400)	(0,500)	(0,500)

Dados em percentagem – Dados de 2021 e 2022 são estimativas.

Fontes: Saldo das Contas Públicas – Ministério das Finanças, restantes indicadores – Banco Portugal (Boletim Económico dezembro 2021)

02 Evolução do setor segurador

O mercado segurador alcançou um crescimento expressivo de 34,5% no conjunto Vida e Não Vida

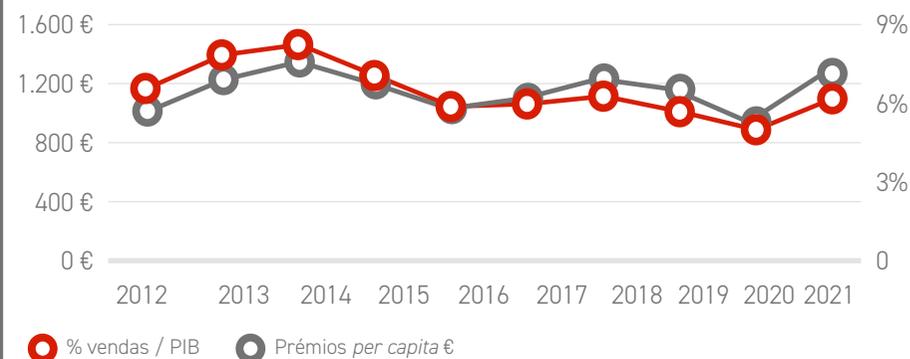


Após um ano de queda significativa e apesar do contexto não menos complicado devido à persistência da pandemia da Covid-19, em 2021 o mercado conseguiu um crescimento bastante expressivo de 34,5%, no conjunto de Vida e Não Vida, atingindo um volume de vendas (prémios de contratos de seguro e entregas para contratos de investimento) um pouco acima de 13.300 milhões de euros, valor superior a todos os seis anos anteriores.

Naturalmente, esta performance teve um impacto positivo nos indicadores económicos setoriais do peso sobre o PIB e do prémio médio por habitante que, conforme ilustra o gráfico 2, inverteram a tendência dos últimos dois anos e se aproximaram do nível observado no ano 2018, anterior à pandemia.

O maior contributo para este crescimento veio do lado dos produtos de Vida, o que levou à alteração estrutural do volume de negócio, com este segmento de mercado a regressar à liderança que tinha perdido no ano anterior, passando a sua representação para 58%.

GRÁFICO 2 // Penetração do setor segurador na economia



Fonte: APS

Com efeito, o segmento Vida cresceu 69,5% (tinha decrescido 13,9% e 34,8% nos dois anos anteriores) e alcançou os 7.727 milhões de euros, beneficiando do aumento do nível de poupança que se tem vindo a verificar e talvez até mesmo de algum redirecionamento de parte daquela que, nos últimos dois anos, se foi acumulando em depósitos bancários.

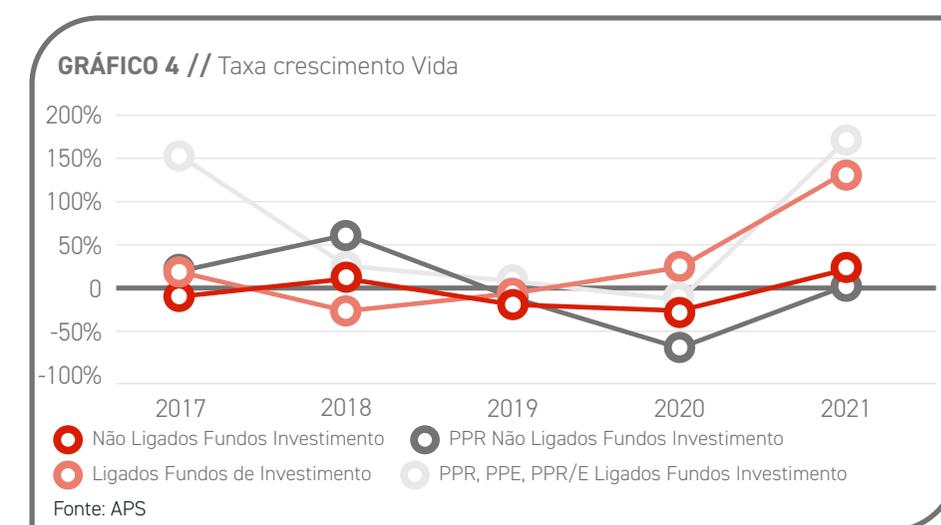
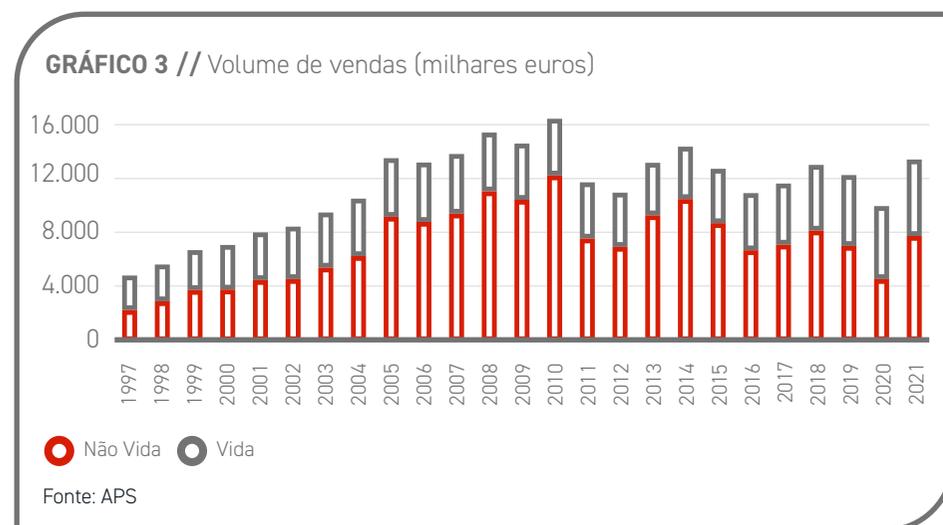
A rentabilidade limitada das poupanças resultante da tendência de continuidade das baixas taxas de juro, que voltou a ser regra em 2021, parece ter levado os clientes a optar por investimentos com algum risco associado, de tal forma que o crescimento conseguido foi essencialmente suportado pelos produtos ligados a fundos de investimento, tanto os Planos Poupança Reforma (PPR) como os restantes produtos de poupança.

Menos exuberante, mas ainda assim relevante, foi o desempenho do segmento Não Vida que pelo sétimo ano consecutivo se situou em terreno positivo, desta vez com um crescimento de 4,8%, atingindo os 5.619 milhões de euros.

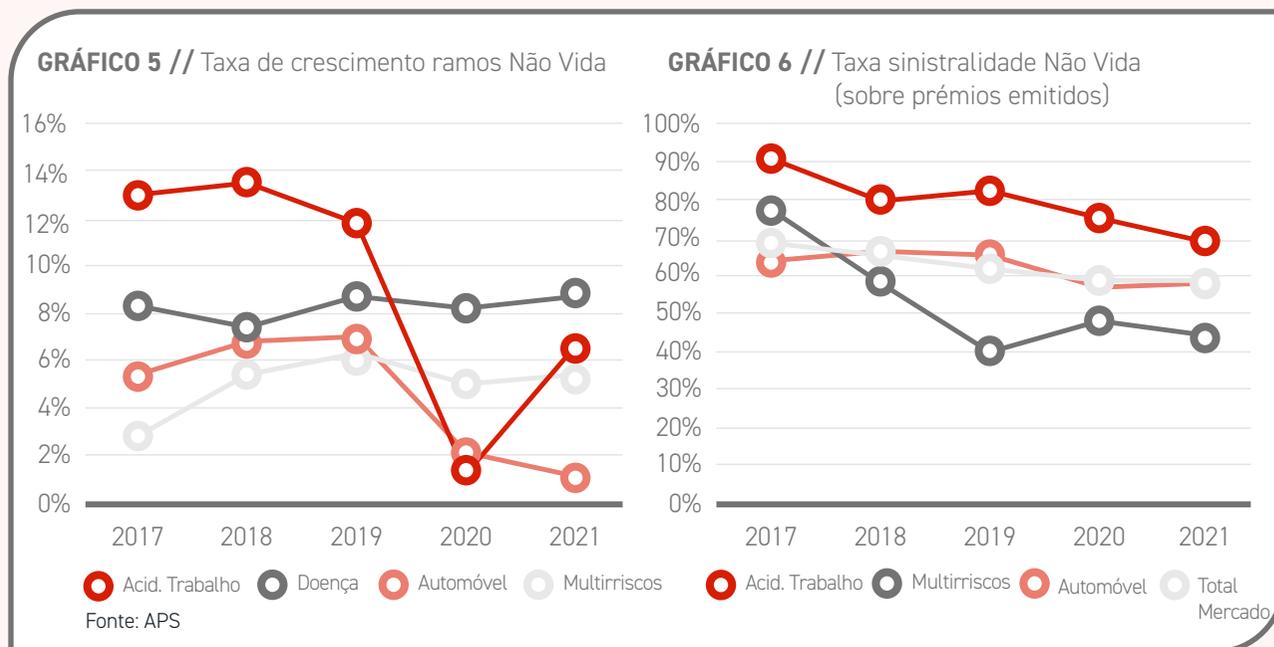
Neste segmento, uma análise mais detalhada por ramos permite destacar uma dinâmica consistente do ramo de Doença, com um crescimento acima de 8% ao longo dos anos, sendo já o segundo ramo em volume de prémios a seguir ao Automóvel.

Por outro lado, essa análise revela também uma boa dinâmica do ramo de Incêndio, na sua maioria Multirriscos, com um crescimento de 5,8%, em 2021, sensivelmente alinhado com a média dos últimos cinco anos.

O ramo de Acidentes de Trabalho, que após alguns anos de forte crescimento derivado das correções tarifárias tendentes à correção do deficit de exploração que se verificava, tinha apresentado um crescimento débil em 2020 pelo impacto da Covid-19, terminou 2021 com um incremento de 6,6%, refletindo alguma recuperação da atividade empresarial.



Em 2021, no segmento Não Vida, o ramo de Incêndio, na sua maioria Multiriscos, mostra uma boa dinâmica, com um crescimento de 5,8%.



Em sentido contrário, o ramo Automóvel voltou a reduzir a taxa de crescimento, conseguindo uma variação homologa de apenas 1,1%, certamente influenciada pelo fraco crescimento das vendas de veículos e pela aplicação de medidas compensatórias sobre os prémios, recomendadas pelo supervisor na sequência da redução da exposição ao risco no ano anterior em que foi mais forte o confinamento decorrente da Covid-19.

Quanto à sinistralidade Não Vida, verificou-se uma estabilização nos 58,6% na globalidade do segmento, embora uma análise mais detalhada revele comportamentos distintos consoante cada ramo.

No ramo de maior volume de prémios – o Automóvel – registou-se uma subida de 1 ponto percentual até aos 57,9%, parecendo encetar uma tendência ascendente em direção ao nível habitual, acompanhando o aumento da circulação automóvel pós-pandemia.

Nos Multiriscos, depois de ter subido consideravelmente no ano anterior, em 2021 desceu quase 4 pontos percentuais para 44%, também neste caso em sintonia com o regresso à normalidade da atividade das famílias e das empresas, nomeadamente a redução dos períodos de teletrabalho.

Já no ramo de Acidentes de Trabalho, embora fosse expectável uma subida, tendo em conta que os períodos de paragem da atividade foram bastante menores que no ano anterior em que o confinamento tinha sido bastante forte, a sinistralidade observou uma descida acentuada de 6,5 pontos percentuais para os 68,6%, situando-se no nível mais baixo dos últimos dez anos.

No segmento Vida, a sinistralidade dos produtos de Risco Puro, que tinha apresentado no ano anterior uma evolução contrária às expectativas, situando-se no nível mais baixo dos últimos cinco anos, em 2021 subiu significativamente, cerca de 5 pontos percentuais para 29,6%, percentagem esta que é mais consonante com o contexto pandémico.

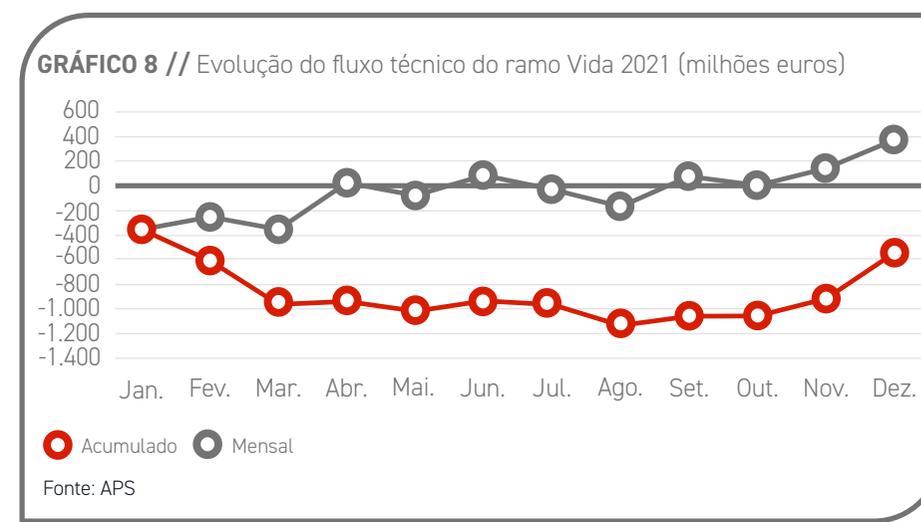
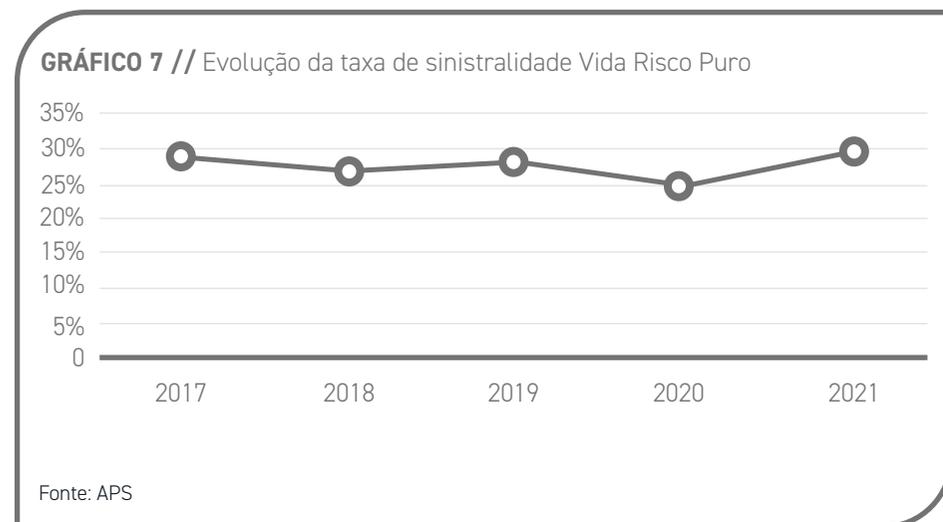
Ainda no âmbito da área de Vida, importa deixar uma referência à evolução do fluxo técnico na medida da importância deste indicador associado aos produtos de poupança que, como é sabido, constituem a maior parte do volume de negócio do segmento.

O gráfico 8 demonstra que o importante crescimento de vendas anteriormente comentado, não foi suficiente para compensar as saídas decorrentes dos vencimentos e dos resgates, pois o saldo acumulado no final do ano acabou por ser negativo. Ainda assim, é visível uma tendência de recuperação ao longo do ano, mais expressiva no mês de dezembro.

Quanto ao resultado líquido do setor, não havendo ainda dados concretos, a análise baseia-se em meras expectativas. Assim, não sendo de esperar uma variação muito significativa dos custos de exploração nem dos rendimentos financeiros, e dada a estabilização da taxa de sinistralidade Não Vida, e apesar da subida da sinistralidade de Vida Risco, talvez seja razoável estimar uma certa estabilização de modo que o resultado do ano 2021 não se afaste muito do que foi conseguido no ano anterior, em torno do meio milhão de euros.

Finalmente, em relação ao nível de Solvência, os últimos dados referentes ao apuramento no final do terceiro trimestre disponibilizado pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS), apontam para uma tendência de reforço em relação ao fecho do ano anterior, alcançando um rácio de cobertura do requisito de capital de solvência de 215%, reforço este que resulta essencialmente do aumento nos fundos próprios elegíveis no balanço de Solvência, derivado de uma redução mais pronunciada do passivo em relação ao ativo.

Este dado revela que o setor, após ter ultrapassado sem grandes problemas a crise financeira do *subprime*, exposto a mais um *stress*, neste caso associado à pandemia, continua a trilhar o mesmo caminho sólido, situando-se como uma referência positiva nos atores da atividade económica, transmitindo a máxima confiança a todos os *stakeholders*.



03 Evolução da MAPFRE - Seguros de Vida

O ano fica marcado por um ótimo desempenho ao nível das vendas traduzido num crescimento de 71,3%



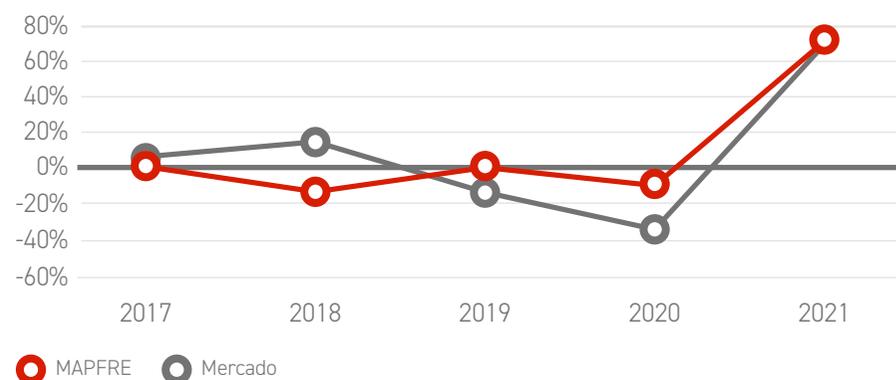
3.1. Prémios emitidos e entregas para contratos de investimento

O ano fica marcado por um ótimo desempenho ao nível das vendas (prémios de seguro e entregas para contratos de investimentos), traduzido num crescimento de 71,3%, alcançando os 60,52 milhões de euros.

Para este crescimento contribuíram especialmente os produtos *Unit Linked* que, alavancados pelo canal de Acordos de Distribuição, aportaram 36,87 milhões de euros, correspondentes a uma subida de 161,4%, aproveitando desta forma a maior apetência revelada pelos clientes em relação a este tipo de produtos, com os quais assumem um certo risco, face à falta de rentabilidade e até mesmo de oferta dos produtos tradicionais com capital e rendimento garantidos.

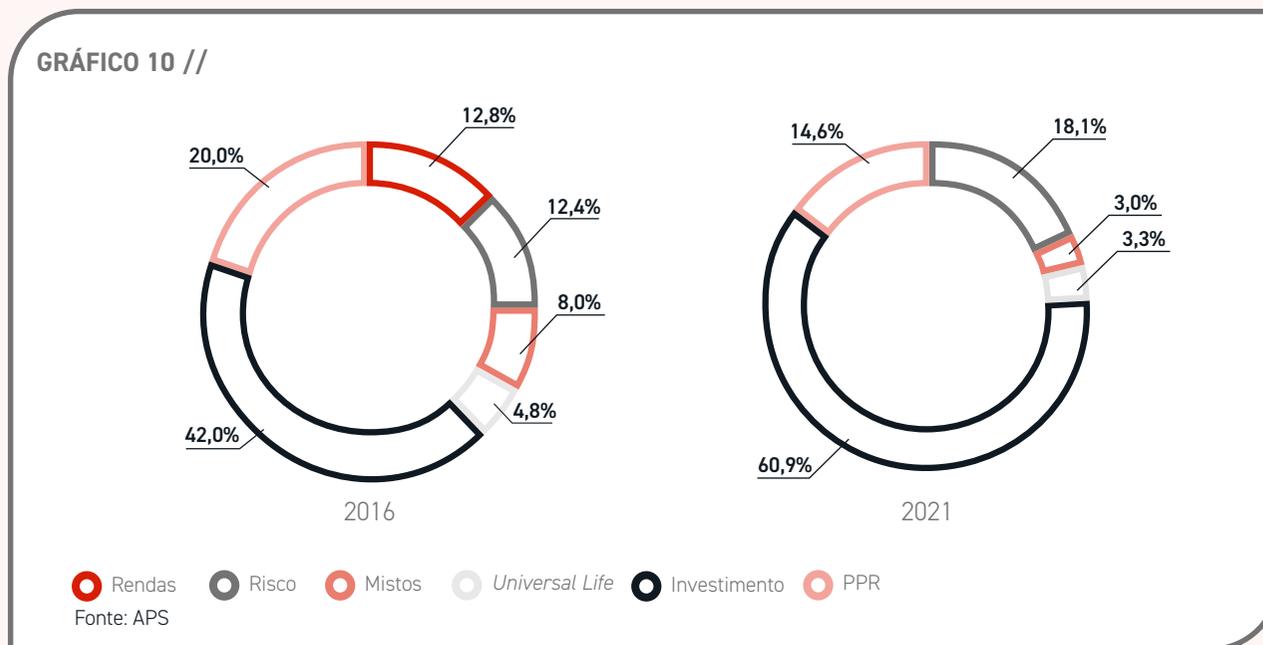
Também merece destaque o crescimento de 27,4% nos produtos de Risco Puro, resultado do bom trabalho desenvolvido em todos os canais, mas também pelo efeito da contabilização da parte restante da carteira adquirida no ano anterior à Santander Totta Seguros, no âmbito da parceria estabelecida com o Banco Santander para a exploração do canal *bancassurance* em Não Vida.

GRÁFICO 9 // Taxa crescimento vendas Vida



Fonte: APS

De destacar o crescimento de 27,4% verificado nos produtos de Risco Puro, resultado do bom trabalho desenvolvido em todos os canais, mas, também da carteira adquirida à Santander Totta Seguros.



Os produtos direcionados à poupança para a reforma (PPR e similares), tiveram um incremento de 15,5%, eventualmente em resultado da maior consciência dos clientes em relação à previsível insuficiência do sistema público a médio e longo prazo.

Nos restantes tipos de produtos, como são os casos das Rendas Vitalícias, os Mistos e os *Universal Life*, menos procurados pelos clientes e com menor dinamização comercial, verificou-se um decréscimo generalizado.

Desta forma, a estrutura de vendas voltou a evoluir de acordo com a estratégia adotada nos últimos anos, reforçando a componente de Vida Risco e apostando na poupança através dos produtos de investimento *Unit Linked*, conforme demonstra o Gráfico 10.

Para o crescimento registado em 2021 contribuíram, especialmente, os produtos *Unit Linked* que aportaram 36,87 milhões de euros, o que corresponde a uma subida de 161,4%.

GRÁFICO 11 // Taxa de sinistralidade líquida de resseguro MAPFRE

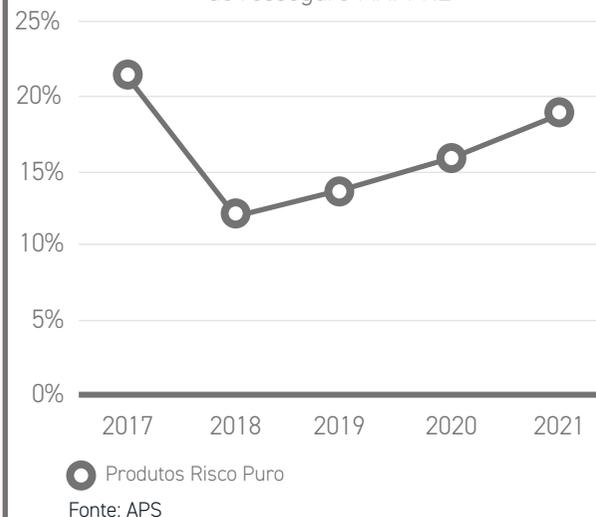


GRÁFICO 12 // Evolução dos resgates (% sobre provisões matemáticas médias)



3.2. Sinistralidade de risco

A taxa de sinistralidade líquida de resseguro dos produtos de risco puro teve um comportamento ascendente, similar à taxa do mercado. Não obstante, mantém-se num nível bastante contido, facto que se realça atendendo ao contexto de pandemia que caracterizou os últimos dois anos.

3.3. Resgates

O volume de resgates dos produtos de poupança apresentou uma descida para 7,66 milhões de euros e viu a sua percentagem sobre provisões matemáticas médias cair para 3%, o valor mínimo do intervalo de variação dos últimos cinco anos.

Esta evolução parece refletir a estabilidade da carteira de apólices, a que também não será alheia a falta de alternativas rentáveis que pudessem seduzir os clientes a substituir as aplicações das suas poupanças.

3.4. Fluxo técnico

A evolução do fluxo técnico mostra um comportamento inicial débil, até mesmo com curva decrescente, que coincidiu com o período de maior impacto do confinamento. Na segunda metade do ano entrou em terreno positivo de forma acelerada, tendo para tal contribuído significativamente a aportação de vendas de um acordo especial de distribuição que se vem revelando bastante produtivo.

3.5. Rentabilidade financeira

A rentabilidade financeira corrente da carteira de investimentos teve um comportamento enquadrado na atual conjuntura de baixas taxas de juro, descendo para 2,2%, movimento este que foi comum tanto em relação aos títulos de rendimento variável como aos de rendimento fixo.

Por outro lado, este ano foi praticamente residual a realização de mais valias decorrentes de vendas de ativos para adequar as carteiras aos passivos a cobrir, pelo que a percentagem de rentabilidade global acabou em linha com a rentabilidade corrente.

3.6. Resultado líquido

O resultado líquido situou-se um pouco acima dos 750 mil euros, sofrendo uma queda em relação aos últimos anos, em consequência do já referido incremento da sinistralidade, do aumento do volume de gastos e do substancialmente menor volume de mais valias financeiras.

Em face disso, e dada a acumulação de reservas livres nos fundos próprios que tem permitido assegurar um nível de solvência bastante elevado, a rentabilidade dos fundos próprios viu-se diminuída este ano para 1,5%.

GRÁFICO 13 // Fluxo Técnico ramo Vida MAPFRE 2021 (milhões euros)

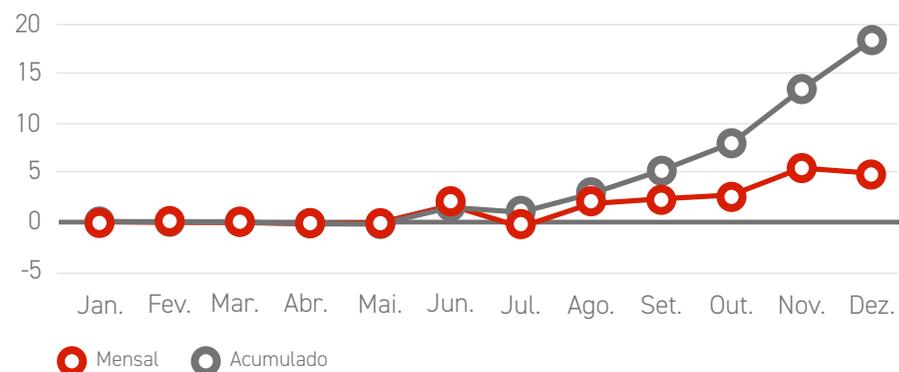
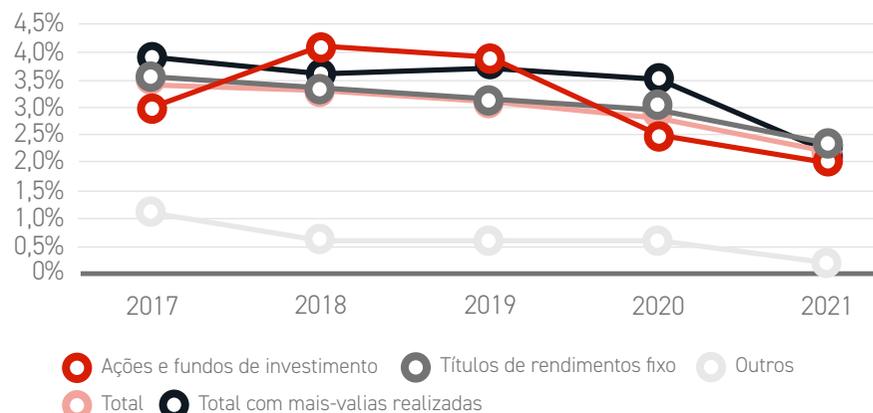


GRÁFICO 14 // Rentabilidade carteira investimentos Vida



3.7. Balanço

No que respeita ao Passivo deu-se um incremento próximo de 13 milhões de euros, decorrente principalmente de dois movimentos de sentidos opostos: por um lado, ocorreu um abatimento por via da devolução do empréstimo que tinha sido contraído no ano anterior junto da acionista MAPFRE – Seguros Gerais e por outro, verificou-se um incremento da rubrica de passivos financeiros de contratos de investimento associado à evolução do volume de vendas comentado anteriormente.

O Ativo subiu cerca de 10 milhões de euros, incorporando uma diminuição dos ativos disponíveis para venda e um aumento pronunciado dos ativos classificados ao justo valor em ganhos e perdas, em coerência com as características das apólices dos produtos *Unit Linked*, que foram os que mais contribuíram para o volume de vendas.

A redução dos ativos disponíveis para venda também impactou no sentido descendente o montante de reservas de reavaliação, de tal forma que, embora atenuado pelo resultado líquido alcançado, levou os Fundos Próprios a diminuir aproximadamente 2,5 milhões de euros.

A estrutura da carteira de investimentos manteve-se estável, assente no predomínio dos títulos de rendimento fixo, cuja representatividade ronda os 90%, observando-se apenas um pequeno incremento dos depósitos à ordem, de característica temporária, uma vez que decorreu da receita das vendas dos últimos dias de 2021 e que deu origem à compra de títulos já no início do ano 2022.

GRÁFICO 15 // Evolução do balanço (milhões de euros)

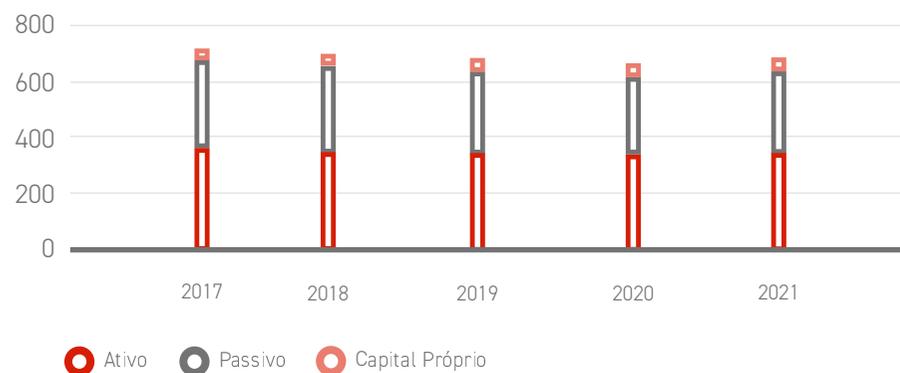
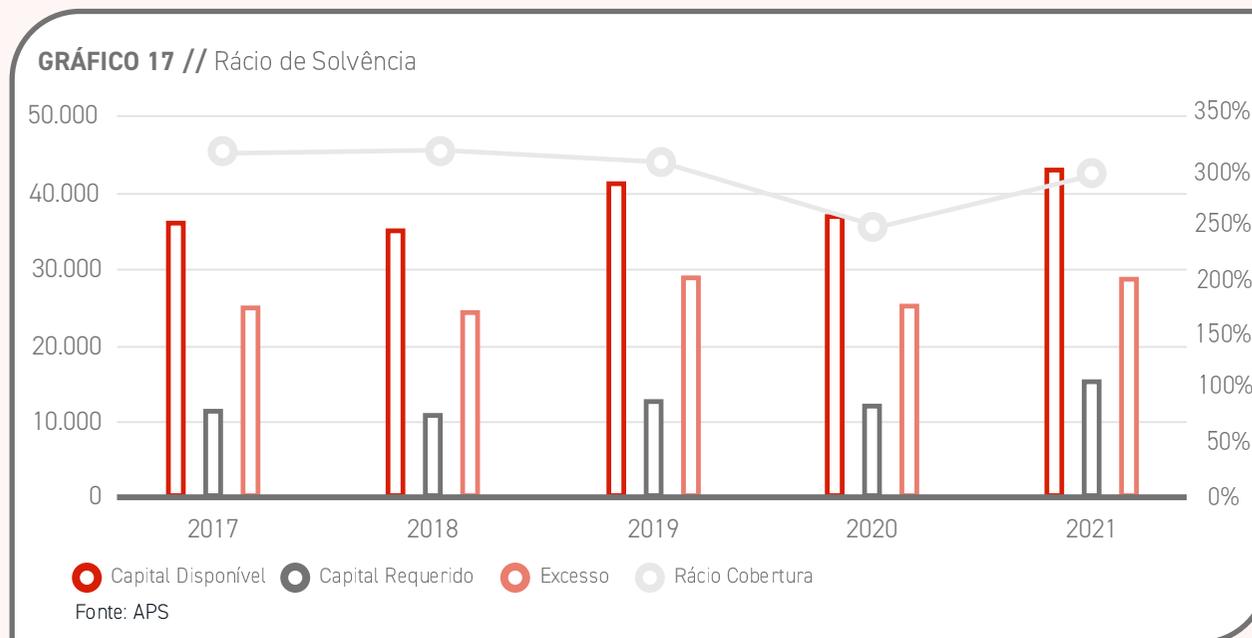


GRÁFICO 16 // Estrutura da carteira de Investimentos Vida



O rácio de cobertura do requisito de capital (SCR) reforçou-se para 301%, que incorpora um *buffer* suficientemente elevado, capaz de suportar o crescimento da atividade.



3.8. Solvência

Se por um lado o requisito de capital se manteve praticamente ao mesmo nível do ano anterior, já no que respeita ao capital disponível houve uma subida por influência do incremento do peso dos produtos *Unit Linked*, que impactam menos no cálculo do valor da *best estimate* das responsabilidades do que os produtos tradicionais associados a capital e rendimento garantidos.

Em consequência desta evolução, o rácio de cobertura do requisito de capital (SCR) reforçou-se para 301%, percentagem que incorpora um *buffer* suficientemente elevado, capaz de suportar o crescimento da atividade e, em simultâneo, absorver choques que eventualmente venham a surgir, a que acresce o facto de, tal como no passado, assentar em fundos sem restrições e de máxima qualidade (*tier 1*).

3.9. Indicadores de gestão de risco

Faz parte da atividade da Companhia a monitorização da exposição em relação ao nível de apetite ao risco definido a nível internacional pelo próprio Grupo, sendo a monitorização realizada através de um conjunto de indicadores, cujo resultado se encontra expresso no Quadro 3 e através do qual se pode concluir que tal exposição se encontra dentro da margem aceitável, tendo inclusive melhorado em relação ao ano anterior.

QUADRO 3 Indicadores de gestão de risco

Categoria de risco	Indicadores-chave de risco	Periodicidade	Limites de risco		MSV		
					Período de avaliação anterior (12-2020)	Avaliação do período atual (12-2021)	
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % - 110 %	< 110 %	252%	301%
Risco de Contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % - 20 %	> 20 %	1 Zona Amarela 1 Zona Vermelha	0
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5 %	5 % - 10 %	> 10 %	0	0
	Contrapartes bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	0	0
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral	< = 50 %		> 50 %	8,5%	15,1%
	Alavancagem Financeira	Trimestral	< = 25 %	25 % - 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica
Outros riscos financeiros	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	> = 10 vezes	10 - 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de Liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % - 105 %	< 105 %	4132%	3242%

3.10. Aspetos qualitativos

A organização confrontou-se com mais um ano difícil que exigiu uma dedicação e um compromisso extremos.

A gestão das vicissitudes da pandemia continuou a realizar-se a coberto do Plano de Continuidade de Negócio, através do Comité de Crise que quase sempre se reuniu com uma periodicidade semanal e foi tomando as medidas entendidas como mais adequadas a cada momento.

Foi assim que, na sequência do aumento das infeções na parte final do ano anterior, se decidiu manter o regime de teletrabalho para a generalidade dos trabalhadores (cerca de 75%) ao longo do primeiro trimestre de 2021, aplicando o regime presencial apenas ao Comité de Direção e ao número de colaboradores das lojas estritamente necessário para assegurar a sua abertura em horário reduzido.

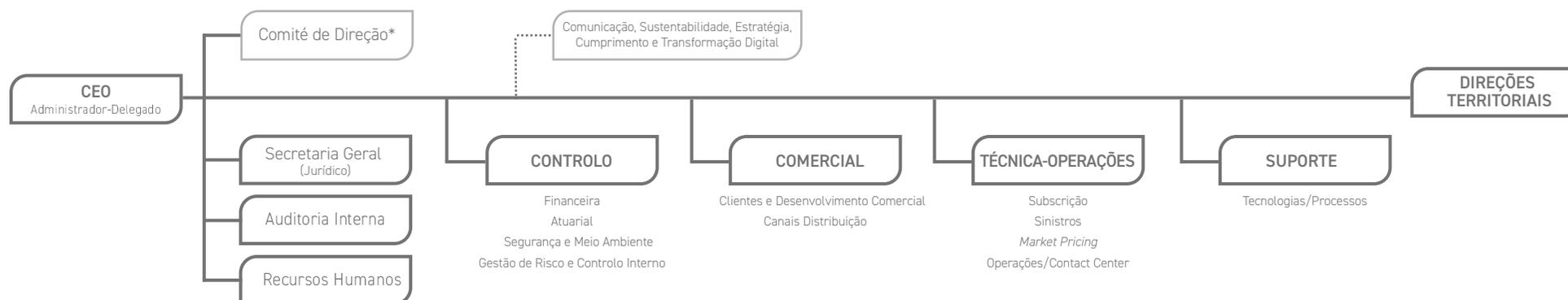
Posteriormente, por volta do segundo trimestre, foi fomentado o regime presencial através da incorporação dos colaboradores das chefias intermédias e retomando o horário normal de funcionamento das lojas, e no final do terceiro trimestre voltou a ser reforçado o regime presencial com a incorporação da generalidade dos colaboradores (cerca de 66%), sempre salvaguardando a sua saúde mediante a manutenção de distâncias de segurança e um esquema de rotação de equipas.

Tal como já tinha acontecido no ano anterior, estes movimentos decorreram de forma bastante natural, sem impacto negativo no desempenho e na prestação de serviço aos clientes.

Por outro lado, tendo sido um ano em que se verificou um reforço do número de colaboradores, conforme estava planeado, para assegurar a devida resposta às exigências crescentes da atividade, nomeadamente às resultantes do serviço a prestar à *joint venture* MAPFRE Santander, viveu-se uma nova experiência, consubstanciada em várias admissões através de um processo virtual, com integração imediata em teletrabalho, desafio que podemos considerar amplamente superado.

Cumpre-nos, por isso, destacar, mais uma vez, esta demonstração de compromisso e capacidade de adaptação por parte de todo o quadro de colaboradores, independentemente da sua maior ou menor experiência profissional e da sua maior ou menor antiguidade na empresa.

A estrutura organizativa não sofreu alterações em relação aos anos anteriores, tendo-se mantido conforme se ilustra no organigrama que se segue.



*Constituído pelo CEO, pelas Direções das Áreas de Controlo, Comercial, Técnica-Operações, Suporte, Jurídico e Recursos Humanos e pela Direção Geral da MAPFRE Santander.

Como vem acontecendo ao longo dos anos, por razões de sinergias e de tratamento integral dos clientes, esta estrutura é comum às atividades Não Vida e Vida, exploradas pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e pela MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., respetivamente, sendo também através desta estrutura que se passaram a assegurar as atividades de suporte da *joint venture* MAPFRE Santander, S.A, com exceção da vertente de distribuição comercial que é realizada pelo Banco Santander, conforme previsto nos acordos entre os sócios.

Na parte que respeita diretamente à MAPFRE – Seguros de Vida, esta estrutura estava composta, no final do ano, por um quadro de 80 colaboradores, mais três em relação ao ano anterior, no qual já se tinha verificado um incremento de oito pessoas, como consequência da já mencionada necessidade de dar resposta às exigências crescentes da atividade.

O total desdobra-se em 38 mulheres e 42 homens, correspondendo, assim, a 48% e 52% do total, respetivamente, o que significa um reforço de 4 pontos percentuais da representatividade do género feminino em relação ao ano anterior.

No que concerne à antiguidade, ela situa-se nos 12,3 anos, praticamente igual à do ano anterior, uma vez que se verificou a entrada de novos colaboradores em substituição de outros mais antigos. Já em relação à média de idades, pela mesma razão, observou-se uma ligeira redução, situando-se agora nos 42,2 anos.

Importa fazer referência ao investimento em formação, pilar do desenvolvimento das pessoas que dão corpo à Companhia. Este ano foram disponibilizadas 4.341 horas de formação, o que corresponde a uma média de 54,3 horas por colaborador. A situação pandémica não foi um entrave, tendo os condicionalismos dela derivados sido ultrapassados mediante a aposta nos meios digitais, através dos quais se realizaram a totalidade das ações.

O dia a dia das diversas Áreas caracterizou-se por uma intensa atividade para dar resposta aos objetivos traçados no plano estratégico, cujo pilar mais importante foi, mais uma vez, o crescimento com rentabilidade.

Nesse contexto, devemos destacar os aspetos que mencionamos em seguida, por serem aqueles em que se colocou um foco especial o nos quais se investiu a maior parte do tempo:

- A consolidação da gestão da carteira de Risco adquirida o ano passado à Santander Totta Seguros;
- O lançamento de novas edições do produto de poupança *Unit Linked*;
- A implementação da funcionalidade *real time* nos pagamentos por multibanco e o alargamento a todos os canais de comercialização dos pagamentos por MB Way e cartão de crédito;
- O projeto de migração para uma nova versão do módulo de contabilidade do programa informático SAP e a implementação do módulo de compras;

- Diversas melhorias operativas de forma a aumentar a eficiência.

Para o sucesso destes pontos foi preponderante a intervenção das Áreas Técnica, Financeira e Tecnologias. O desempenho da Companhia contou, naturalmente, com o contributo das restantes Áreas que desenvolveram, igualmente, uma vasta atividade, cujos aspetos mais importantes, e não recorrentes, procuramos resumir nos parágrafos seguintes.

A Área de Marketing e Clientes continuou focada em aprofundar a Visão de Cliente nos processos de negócio e na abordagem ao mercado, reforçando a proposta de valor através dos programas de fidelização “Cuidamos de Ti” e “Integralidade”, com os quais se procura aumentar a taxa de retenção e, assim, obter um crescimento sustentável e contínuo de clientes. Esta Área lançou ainda um relevante projeto de comunicação, o MAPFRE News, um jornal digital que permite a divulgação das principais notícias e acontecimentos no mundo da MAPFRE em tempo real e em qualquer lado, com especial destaque para conteúdos específicos para determinados perfis de acesso reservado. O projeto contempla também o lançamento de uma App, que permitirá notificações e alertas e um reforço da dinamização comercial das redes de distribuição.

Por sua vez, a Área de Gestão de Riscos e Controlo Interno integrou, no seu âmbito de responsabilidade, o seguimento dos riscos associados à MAPFRE Santander e tutelou o projeto de implementação

da nova versão da ferramenta informática de controlo do branqueamento de capitais, especialmente importante no contexto do segmento de negócio de poupança.

Na Unidade de Auditoria Interna recai a responsabilidade de proporcionar à Administração uma avaliação independente e objetiva sobre a eficácia e eficiência do sistema de controlo interno, processos, gestão de riscos e governo interno, contribuindo, desta forma, para a salvaguarda do valor, solvência e reputação da Companhia. Neste sentido, elabora um Plano Anual de Auditoria Interna, tendo em conta todas as atividades e o Sistema de Governo da MAPFRE, adotando uma postura baseada no risco. O Plano é objeto de análise e aprovação por parte do Conselho de Administração, que periodicamente é informado sobre a execução do mesmo.

Antes de terminar a abordagem qualitativa à atividade da Companhia, face à aproximação da data de entrada em vigor das normas de contabilidade IFRS 17 e IFRS 9 e dada a relevância do seu impacto esperado nas demonstrações financeiras e na própria gestão da Companhia, julgamos importante deixar aqui uma referência ao estado dos trabalhos tendentes à sua implementação.

Uma das linhas de trabalho que tem vindo a ser levada a cabo, corresponde ao projeto de implementação de duas ferramentas – uma atuarial e outra financeira – desenvolvido na Área Corporativa Financeira para todo o Grupo MAPFRE, as quais serão utilizadas localmente, estando a parametrização da atuarial já terminada e da financeira na fase final.

Outra das linhas de trabalho tem sido a criação nos sistemas informáticos locais da Companhia de estruturas de catalogação e extração dos dados necessários para alimentar ambas as ferramentas, cujos trabalhos estão praticamente terminados, encontrando-se atualmente em elaboração a estrutura do novo plano de contas.

No que concerne à implementação das novas normas de contabilidade, está previsto efetuar um encerramento de contas aplicando já as novas normas a partir do final do primeiro trimestre de 2022, em paralelo com os critérios das normas atualmente vigentes e em janeiro de 2023 dar-se-á a implementação oficial, utilizando os paralelos do ano 2022 para a apresentação comparativa que é requerida nas divulgações de contas.

O bom desempenho da Companhia contou com a intervenção das Áreas Técnica, Financeira, de Tecnologias, Marketing e Clientes.

04 Outras informações

A estrutura de governo incorpora os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos nos normativos legislativos e regulamentares



4.1. Capital Social

O capital social da MAPFRE – Seguros de Vida é de 21.000.000 euros constituído por 4.200.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

4.2. Modelo de Governo

Em traços gerais, a estrutura de governo incorpora, dentro do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário, contidos nos normativos legislativos e regulamentares.

Neste âmbito, adota uma estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – Cujas mesa é composta por um Presidente e um Secretário.
- Conselho de Administração – Composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente.
- Conselho Fiscal – Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício

das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.

- Revisor Oficial de Contas – Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração reúne uma vez por trimestre e delibera sobre os assuntos previstos na legislação comercial.

4.3. Política de remuneração dos órgãos sociais

A política de remunerações dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que compõem o Grupo MAPFRE, é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e consideradas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., interessa mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., dos quatro membros que o integram, excetuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador-Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

No Conselho Fiscal da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, sem considerar o Presidente que desempenha funções gratuitamente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na sociedade MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade (com as atualizações decorrentes das Atas n.ºs. 45 e 55, respetivamente de 18 de março de 2009 e de 25 de setembro de 2014), e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

Será efetuado o encerramento de contas aplicando as novas normas contabilísticas a partir do final do primeiro trimestre de 2022, em paralelo com os critérios das normas atualmente vigentes e em janeiro de 2023 dar-se-á a implementação oficial.

05

Perspetivas para o futuro

A estratégia de atuação continuará a ser de uma gestão assente no crescimento com rentabilidade e de acompanhar os movimentos do contexto onde estamos inseridos

Os últimos dois anos foram marcados por desafios acrescidos a todos os níveis da gestão da Companhia, provenientes, em especial, dos condicionalismos da situação pandémica.

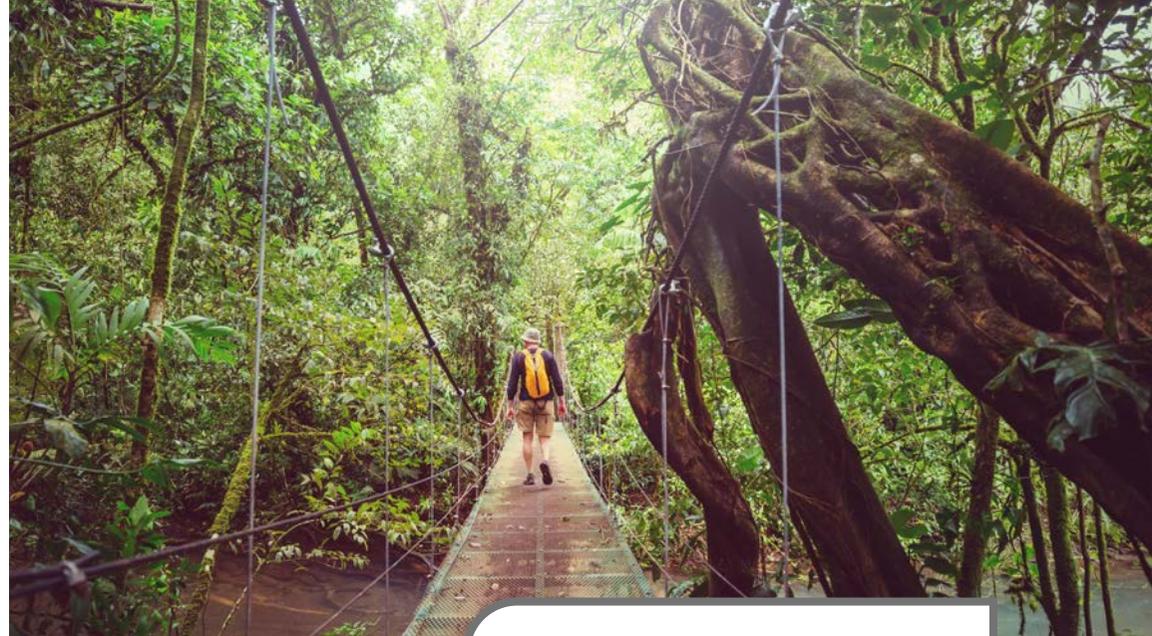
Não obstante, de uma forma geral, os resultados obtidos têm-se mantido em linha com as expectativas, facto que atribuímos à consistência e ao acerto da estratégia definida há uns anos a esta parte, assente no pilar do crescimento com rentabilidade.

Deste modo, entendemos adequado continuar a guiar a nossa atuação segundo essa estratégia, sem prejuízo de introduzir alguns ajustamentos nos planos de ação através dos quais a implementaremos, de forma a acompanhar os movimentos do contexto em que estamos inseridos.

Nesse sentido, ao nível técnico, os produtos de Risco e os de poupança *Unit Linked* continuarão a beneficiar de uma atenção especial para garantir que se mantêm atualizados, competitivos e rentáveis.

Em termos de canais de distribuição, manter-se-ão os esforços para fazer crescer os acordos de distribuição, bem como a rede própria de mediadores, através da dinamização da rede de lojas espalhadas por todo o país, nas quais a aposta será continua.

Estas linhas de atuação comercial serão complementadas pelo desenvolvimento dos canais *online* de venda e serviço, acompanhadas do lado do marketing pela consolidação dos programas de aproximação e retenção, os quais disponibilizarão benefícios reais aos clientes.



Apesar dos desafios acrescidos, provenientes da situação pandémica, a Companhia conseguiu manter o nível e a qualidade na reposta e até fazer crescer a oferta de produtos, e com forte aposta em fazer crescer os canais de distribuição.

Estando cientes que para alcançar o sucesso técnico e comercial é imprescindível dispor de uma retaguarda de serviços operativos ágil e eficiente, não serão descurados os investimentos na melhoria dos processos e das infraestruturas tecnológicas.

Com tudo isto, é nossa total convicção de que poderemos apresentar nos próximos anos resultados consistentemente positivos e um balanço sólido que permitirá manter um elevado nível de solvência.

É certo que continua a pairar a incerteza associada à pandemia Covid-19, porém, apoiados no plano de continuidade de negócio de que dispomos e que deu provas concretas da sua robustez nos últimos dois anos, continuamos confiantes de que seremos capazes de ultrapassar as dificuldades que possam advir, sem colocar em causa o desenvolvimento da atividade e os indicadores patrimoniais da Companhia, nomeadamente a liquidez e os níveis de capital.

No seguimento dos acontecimentos mais recentes, já em 2022, em que eclodiu um conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia, vários países anunciaram sanções económicas sobre a Rússia e Bielorrússia. Estas sanções estão a ser implementadas num curto espaço de tempo e poderão atingir outros indivíduos, outras entidades e uma maior abrangência de bens e serviços.

Os impactos económicos resultantes do conflito podem revestir-se de várias naturezas, tais como:

1) disrupção significativa de operações na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia; 2) desafios de liquidez resultantes das sanções económicas aplicadas; 3) efeitos específicos nos setores da Banca, serviços financeiros, energia, entre outros, resultantes das sanções aplicadas; e 4) aumento da incerteza na economia global. Estes eventos e as condições de mercado atuais podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras das entidades.

O Conselho de Administração da Companhia tem implementado um conjunto de controlos internos relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, bem como face a sanções e embargos internacionais, que incluem a análise e verificação de clientes, investimentos e contrapartes contra as listas de sanções internacionais comumente aceites e mandatórias ao longo do seu processo de aceitação de clientes e monitorização de transações.

Como consequência, a Companhia realiza procedimentos de atualização da sua carteira de investimentos e contrapartes, tendo por base as atualizações mais recentes das listas de sanções internacionais verificadas.

Até à data, a Companhia não detetou situações materialmente relevantes nas suas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021. Não obstante, o Conselho de Administração continuará a acompanhar este processo durante o exercício de 2022.

O nosso compromisso com os anos futuros será de manutenção de boa *performance* e resultados positivos, consistentes, sustentáveis, com rentabilidade e elevado nível de solvência.

06 Agradecimentos

**Neste caminho de bons resultados,
todos foram relevantes através do
seu contributo nas suas funções**

Pelo contexto adverso e complexo em que se desenvolveu a atividade nos últimos anos, tem sido muito importante e gratificante poder contar com todos os que, de uma forma direta ou indireta, se relacionam connosco.

Permitimo-nos destacar a confiança dos nossos clientes, a quem queremos reforçar e assegurar o nosso compromisso de continuar a trabalhar para lhes proporcionar uma boa qualidade de serviço e a disponibilizar produtos adequados às suas reais necessidades.

Uma menção também para a incedível dedicação, capacidade de adaptação e resiliência dos nossos recursos humanos que têm feito jus à designação de capital humano.

Também de referir a aportação da rede de mediadores que tem sabido reinventar-se e acompanhar a transformação das relações e da forma de fazer negócio.



A boa qualidade de serviço não seria possível sem contar com o suporte dos fornecedores de bens e serviços, também eles sujeitos a muitos condicionalismos, cuja capacidade de resposta merece destacar.

Uma referência especial aos nossos resseguradores por terem continuado a acreditar e a confiar na nossa gestão e ajudarem a mitigar os riscos.

Também um agradecimento ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, os quais se pautaram por uma estrita independência, conforme se deseja no exercício do seu papel de órgãos de fiscalização.

Terminamos destacando com apreço a colaboração institucional da parte da ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, que enquanto regulador, tem assegurado a estabilidade do setor, bem como da APS – Associação Portuguesa de Seguradores que tem contribuído para a coesão do mercado.

07 Aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 754.740,03 euros seja mantido nos capitais próprios, reforçando o já de si sólido balanço da Companhia, mediante a seguinte aplicação:

Reserva Legal: 75.474,00 euros

Reservas Livres: 679.266,03 euros

Lisboa, 29 de março de 2022

O Conselho de Administração

Luis Anula Rodriguez
(Presidente)

Vítor Manuel Silva Reis
(Vice-Presidente)

Javier del Río Martín
(Vogal)
(representado por Luis Anula Rodriguez)

O Secretário

Pedro Ribeiro e Silva
(Vogal – Secretário)

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2021			Exercício anterior (2020)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
Ativo					
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.704.329,08		7.704.329,08	7.788.656,28
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00	0,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	97.372.329,78		97.372.329,78	71.530.691,71
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
5	Ativos financeiros disponíveis para venda	225.785.340,55		225.785.340,55	240.444.802,68
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	153.075,14	0,00	153.075,14	200.159,32
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos	153.075,14		153.075,14	200.159,32
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de uso próprio			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de rendimento			0,00	0,00
7	Outros ativos tangíveis	660.372,75	243.146,21	417.226,54	484.703,14
	Inventários			0,00	0,00
8	Ativos sob direito de uso	980.335,18	378.351,81	601.983,37	728.750,93
	Goodwill			0,00	0,00
9	Outros ativos intangíveis	5.315.211,37	1.276.347,65	4.038.863,72	4.648.423,03

(continua)

(continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2021			Exercício anterior (2020)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
10	Provisões técnicas de resseguro cedido	2.520.341,51		2.520.341,51	1.887.296,80
	Ramo Vida				
	Provisão matemática			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	2.312.570,27		2.312.570,27	1.710.543,54
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Provisão para prémios não adquiridos	207.771,24		207.771,24	176.753,26
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
30	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			0,00	0,00
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.806.162,33	4.415,63	3.801.746,70	2.955.425,43
	Contas a receber por operações de seguro direto	3.446.455,56	4.415,63	3.442.039,93	2.452.309,04
	Contas a receber por operações de resseguro	0,00		0,00	272.607,03
	Contas a receber por outras operações	359.706,77		359.706,77	230.509,36
12	Ativos por impostos e taxas	359.836,31		359.836,31	1.807.362,35
	Ativos por impostos correntes	359.836,31		359.836,31	1.807.362,35
	Ativos por impostos diferidos			0,00	0,00
18	Acréscimos e diferimentos	28.743,87		28.743,87	15.863,29
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
	Total do ativo	344.686.077,87	1.902.261,30	342.783.816,57	332.492.134,96

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2021	Exercício anterior (2020)
	Passivo e capital próprio		
	Passivo		
14	Provisões técnicas	242.508.113,09	258.884.535,74
	Ramo Vida	242.508.113,09	258.884.535,74
	Provisão matemática	168.242.802,54	182.991.667,62
	Provisão para sinistros	13.882.405,82	9.687.198,75
	Provisão para participação nos resultados	9.275.106,36	11.574.036,36
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	9.162.494,47	10.913.711,47
	Provisão para participação nos resultados atribuída	112.611,89	660.324,89
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para prémios não adquiridos	1.056.153,52	1.084.806,52
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas	50.051.644,85	53.546.826,49
15	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	44.861.172,44	8.209.313,28
	Outros passivos financeiros	0,00	0,00
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
30	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		
17	Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.957.006,37	8.691.350,88
	Contas a pagar por operações de seguro direto	1.159.412,45	1.353.771,80
	Contas a pagar por operações de resseguro	208.393,68	34.244,26
	Contas a pagar por outras operações	589.200,24	7.303.334,82
12	Passivos por impostos	3.667.928,38	4.389.950,49
	Passivos por impostos correntes	392.391,18	353.872,98
	Passivos por impostos diferidos	3.275.537,20	4.036.077,51
16	Passivos de locações	635.691,01	759.754,67

(continua)

(continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2021	Exercício anterior (2020)
18	Acréscimos e diferimentos	1.285.155,31	1.137.745,37
19	Outras provisões	165.000,00	210.000,00
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	Total do passivo	295.080.066,60	282.282.650,43
	Capital próprio		
20	Capital (Ações próprias)	21.000.000,00	21.000.000,00
	Outros instrumentos de capital		
21	Reservas de reavaliação	20.558.992,63	24.765.649,83
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	20.558.992,63	24.765.649,83
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
21	Reserva por impostos diferidos	(3.275.537,20)	(4.036.077,51)
21	Outras reservas	8.665.554,51	5.594.667,55
	Resultados transitados	0,00	0,00
	Resultado do exercício	754.740,03	2.885.244,66
	Total do capital próprio	47.703.749,97	50.209.484,53
	Total do passivo e do capital próprio	342.783.816,57	332.492.134,96

CONTAS DE GANHOS E PERDAS

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2021				Exercício anterior (2020)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
22	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	21.518.824,96	0,00		21.518.824,96	31.680.872,70
	Prémios brutos emitidos	23.723.075,48			23.723.075,48	33.374.039,83
	Prémios de resseguro cedido	2.219.121,29			2.219.121,29	1.487.130,97
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(22.281,22)			(22.281,22)	262.924,10
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(7.410,45)			(7.410,45)	56.887,94
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0,00			0,00	0,00
23	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	36.130.164,44	0,00		36.130.164,44	45.147.294,35
	Montantes pagos	32.536.984,10	0,00		32.536.984,10	48.362.356,37
	Montantes brutos	33.101.114,68			33.101.114,68	49.161.976,12
	Parte dos resseguradores	564.130,58			564.130,58	799.619,75
	Provisão para sinistros (variação)	3.593.180,34	0,00		3.593.180,34	(3.215.062,02)
	Montante bruto	4.195.207,07			4.195.207,07	(3.074.459,72)
	Parte dos resseguradores	602.026,73			602.026,73	140.602,30
24	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(15.400.310,78)			(15.400.310,78)	(25.769.402,49)
	Montante bruto	(15.400.310,78)			(15.400.310,78)	(25.769.402,49)
	Parte dos resseguradores	0,00			0,00	0,00
25	Participação nos resultados, líquida de resseguro	601.795,21			601.795,21	1.205.935,48
26	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(3.495.181,64)			(3.495.181,64)	11.943.793,43
27; 29	Custos e gastos de exploração líquidos	7.549.800,43	0,00		7.549.800,43	5.867.200,92
28	Custos de aquisição	6.643.001,82			6.643.001,82	5.092.991,52
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(6.371,78)			(6.371,78)	(37.201,51)

(continua)

(continuação)

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2021				Exercício anterior (2020)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Gastos administrativos	1.277.161,47			1.277.161,47	1.111.801,50
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	363.991,08			363.991,08	300.390,59
31	Rendimentos	8.421.658,61	0,00	0,00	8.421.658,61	9.064.903,55
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	6.808.562,74			6.808.562,74	7.712.818,84
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros	1.613.095,87			1.613.095,87	1.352.084,71
32	Gastos financeiros	2.647.682,57	0,00	0,00	2.647.682,57	1.997.177,81
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.349.577,34			1.349.577,34	1.324.292,80
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	58.409,33			58.409,33	65.509,45
	Outros	1.239.695,90			1.239.695,90	607.375,56
33	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	141.499,61	0,00	0,00	141.499,61	1.377.828,56
	De ativos disponíveis para venda	141.499,61			141.499,61	1.377.828,56
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
34	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.166.687,03)	0,00	0,00	(1.166.687,03)	1.753.655,46
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.166.687,03)			(1.166.687,03)	1.753.655,46
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00

(continua)

(continuação)

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2021				Exercício anterior (2020)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
35	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(25.826,93)			(25.826,93)	-8.048,68
36	Outras provisões (variação)			(15.934,89)	(15.934,89)	(5.663,72)
37	Outros rendimentos/gastos			143.813,21	143.813,21	248.991,71
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado líquido antes de impostos	855.518,99	0,00	159.748,10	1.015.267,09	3.731.867,52
12	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			260.527,06	260.527,06	846.622,86
12	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos					
	Resultado líquido do exercício	855.518,99	0,00	(100.778,96)	754.740,03	2.885.244,66

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes		
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2020 (posição de abertura)	21.000.000,00	24.765.649,83	(4.036.077,51)	1.481.598,88	5.965.867,44	(1.852.798,77)	2.885.244,66	50.209.484,53
	Correções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	21.000.000,00	24.765.649,83	(4.036.077,51)	1.481.598,88	5.965.867,44	(1.852.798,77)	2.885.244,66	50.209.484,53
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda		(4.206.657,20)	760.540,31			185.642,30		(3.260.474,59)
20; 21	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				288.524,47	2.596.720,19		(2.885.244,66)	0,00
30	Desvios atuariais reconhecidos nas reservas								0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	(4.206.657,20)	760.540,31	288.524,47	2.596.720,19	185.642,30	(2.885.244,66)	(3.260.474,59)
	Resultado líquido do período							754.740,03	754.740,03
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2021	21.000.000,00	20.558.992,63	(3.275.537,20)	1.770.123,35	8.562.587,63	(1.667.156,47)	754.740,03	47.703.749,97

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes		
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2019 (posição de abertura)	21.000.000,00	26.361.225,60	(3.841.718,19)	1.126.068,80	2.766.096,72	(2.404.965,75)	3.555.300,80	48.562.007,98
	Correções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	21.000.000,00	26.361.225,60	(3.841.718,19)	1.126.068,80	2.766.096,72	(2.404.965,75)	3.555.300,80	48.562.007,98
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda		(1.595.575,77)	(194.359,32)			552.166,98		(1.237.768,11)
20;21	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				355.530,08	3.199.770,72		(3.555.300,80)	0,00
30	Desvios atuariais reconhecidos nas reservas								0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	(1.595.575,77)	(194.359,32)	355.530,08	3.199.770,72	552.166,98	(3.555.300,80)	(1.237.768,11)
	Resultado líquido do período							2.885.244,66	2.885.244,66
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2020	21.000.000,00	24.765.649,83	(4.036.077,51)	1.481.598,88	5.965.867,44	(1.852.798,77)	2.885.244,66	50.209.484,53

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2021				Exercício anterior (2020)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados	(3.446.116,89)			(3.446.116,89)	(1.789.935,09)
21	Varição da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda	(4.206.657,20)		0,00	(4.206.657,20)	(1.595.575,77)
21	Impostos correntes e diferidos	760.540,31		0,00	760.540,31	(194.359,32)
	Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados	0,00			0,00	0,00
30	Varição de desvios atuariais reconhecidos nas reservas				0,00	0,00
	Impostos correntes e diferidos				0,00	0,00
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	(3.446.116,89)			(3.446.116,89)	(1.789.935,09)
	Resultado Líquido do Exercício	855.518,99		(100.778,96)	754.740,03	2.885.244,66
	Total do rendimento integral do exercício	(2.590.597,90)		(100.778,96)	(2.691.376,86)	1.095.309,57

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Euros		
Notas do anexo	Demonstração de fluxos de caixa	Exercício 2021	Exercício anterior (2020)
Atividades operacionais			
	Prêmios recebidos *	59.256.821,87	35.938.469,95
	Sinistros pagos	(33.140.848,35)	(49.240.565,23)
	Pagamentos comissões	(2.938.849,23)	(1.570.104,66)
	Entradas de resseguro	272.607,03	0,00
	Saídas de resseguro	(1.155.278,64)	(651.698,21)
	Pagamento de locações a curto prazo	(5.044,16)	(14.984,88)
	Pagamento de locações de ativos de baixo valor	(64.169,26)	(72.895,20)
	Outros recebimentos	903.318,65	7.820.161,08
	Outros pagamentos	(13.798.011,83)	(6.117.735,69)
	Imposto sobre o rendimento	1.425.043,58	(1.538.764,80)
	Total de fluxos operacionais	10.755.589,66	(15.448.117,64)
Atividades de investimento			
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	(21.868,03)	(222.597,64)
	Titulos de dívida – compras	(14.094.058,39)	(19.766.971,94)

(continua)

	Euros		
Notas do anexo	Demonstração de fluxos de caixa	Exercício 2021	Exercício anterior (2020)
	Titulos de dívida – vendas	24.164.451,00	27.422.938,57
	Instrumentos capital e UP – compras	(34.156.510,89)	(7.265.818,79)
	Instrumentos capital e UP – vendas	5.325.974,56	11.647.385,16
	Juros recebidos	7.873.373,87	7.940.255,81
	Dividendos recebidos	195.711,77	326.699,16
	Outros investimentos	0,00	(4.428.000,00)
	Total de fluxos de investimento	(10.712.926,11)	15.653.890,33
Atividades de financiamento			
	Pagamento de parte do capital dos passivos de locação	(111.009,61)	(106.423,96)
	Pagamento de parte dos passivos de locação	(15.981,14)	(16.983,07)
	Total de fluxos de financiamento	(126.990,75)	(123.407,03)
	Efeito cambial	0,00	0,00
	Aumento de caixa	(84.327,20)	82.365,66
	Caixa no início	7.788.656,28	7.706.290,62
	Caixa no fim	7.704.329,08	7.788.656,28

* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.



04

**NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2021**

Índice

1.	Informações Gerais	44	24.	Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro (variação)	88
2.	Políticas Contabilísticas	45	25.	Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro (variação)	88
3.	Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	56	26.	Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)	89
4.	Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	57	27.	Custos e Gastos de Exploração Líquidos	89
5.	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	61	28.	Custos de Aquisição	91
6.	Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	65	29.	Gastos com o Pessoal	92
7.	Outros Ativos Tangíveis	66	30.	Obrigações com Benefícios dos Empregados	93
8.	Ativos sob Direito de Uso	67	31.	Rendimentos	97
9.	Outros Ativos Intangíveis	68	32.	Gastos Financeiros	98
10.	Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	69	33.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	99
11.	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	70	34.	Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)	100
12.	Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	71	35.	Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	101
13.	Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	75	36.	Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)	101
14.	Provisões Técnicas	76	37.	Outros Rendimentos e Gastos	102
15.	Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguro e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento	80	38.	Relato por Segmentos	103
16.	Passivos de Locação	82	39.	Entidades Relacionadas	106
17.	Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	83	40.	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	110
18.	Acréscimos e Diferimentos	83	41.	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	117
19.	Outras Provisões	84	42.	Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	124
20.	Capital	84	43.	Elementos Extrapatrimoniais	128
21.	Reservas	85	44.	Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	128
22.	Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	86	45.	Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	128
23.	Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	87			

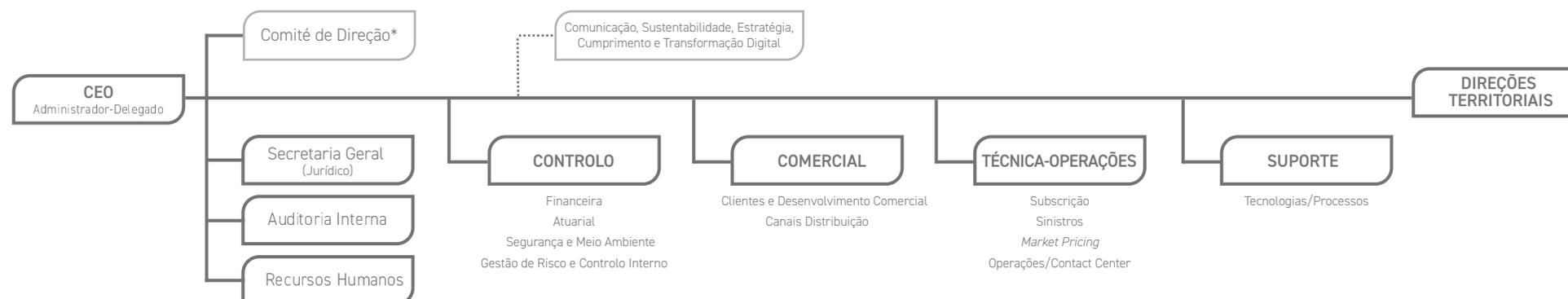
01 Informações Gerais

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. (Companhia), foi constituída por escritura a 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000 €, posteriormente ampliado para 21.000.000 euros, detido na sua totalidade pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização n.º 1/2009-A da ASF.

Iniciou a atividade a 1 de janeiro de 2010 e adquiriu com efeito a 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010, a carteira, os ativos e os passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A.

A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Miraflores, na Rua Doutor António Loureiro Borges, 9.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama apresentado abaixo:



A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124.º do Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano 2021 prémios de contratos de seguros no valor de 23,72 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento no valor de 36,80 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da administração, foram abordadas as conjunturas, económica e de mercado, em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2021, foram apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, foi divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano de 2022, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

*Constituído pelo CEO, pelas Direções das Áreas de Controlo, Comercial, Técnica-Operações, Suporte, Jurídico e Recursos Humanos e pela Direção Geral da MAPFRE Santander.

02 Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. agora apresentadas reportam ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e alterado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas, de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia. Nesse sentido, são adotadas todas as NIC, com exceção da IFRS 4, da qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação, além das opções de isenção temporária da IFRS 9 (*deferral approach*) e da abordagem da sobreposição (*overlay approach*).

A partir de 1 de janeiro de 2019, as empresas de seguros que cumpram determinados requisitos podem optar entre a aplicação, da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou continuar a aplicar a *International Accounting Standard* (IAS) 39 – Instrumentos financeiros até, no limite, à data de eficácia da IFRS 17 – Contratos de seguro, prevista para 1 de janeiro de 2023.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC).

No exercício de 2021, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O passivo sobre responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades passadas com pensões líquido dos ativos do fundo.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de alteração de valor onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

2.3. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”, “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Empréstimos concedidos e contas a receber”.

Ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda.

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;

- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos sobre apólices

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

As aquisições e alienações de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas e de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 5.2. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

De ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Após o seu reconhecimento inicial, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos Outros" ou de "Gastos financeiros Outros".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos Outros".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica

"Rendimentos Outros", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro, estão considerados ao justo valor na categoria de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas.

De ativos financeiros disponíveis para venda

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda".

De empréstimos sobre apólices

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda".

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado,

económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e

- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizado ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda".

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui "um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo", a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2017 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

2.4. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Euros	
Outros ativos tangíveis	N.º anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser

revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os outros ativos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

2.5. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

2.6. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

2.7. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Estão ainda registados os passivos de locação resultantes da aplicação da IFRS 16 conforme descrito no ponto 2.17.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.9. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

2.10. Outros devedores

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

2.11. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de rendimentos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de rendimentos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja liquidação só ocorre em exercícios posteriores, bem como as transações ocorridas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se as transações ocorridas no exercício, mas cujo rendimento é imputável a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas liquidações irão ocorrer em exercícios posteriores.

2.12. Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.13. Contratos de seguro

a) Classificação de produtos

A Companhia emite contratos com risco de seguro e ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base o estipulado na IFRS 4, ou seja, existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação nos resultados discricionária.

Nos produtos em que são observadas as condições acima descritas os prémios brutos emitidos relativos a esses contratos são registados como proveito na conta de ganhos

e perdas, na rubrica "Prémios brutos emitidos", tendo em conta o princípio da especialização dos exercícios, através da contabilização dos prémios diferidos na rubrica "Provisão para prémios não adquiridos (variação)".

Nos restantes produtos, os valores entregues assumem a forma de uma responsabilidade financeira e são registados no passivo, na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

b) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea d) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

c) Provisão matemática

A provisão matemática é calculada, apólice por apólice, segundo o método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos. Desta forma, a provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades.

A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospets dos produtos e mantêm-se inalteráveis durante todo o período de vigência do contrato.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

d) Provisão para sinistros

Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta provisão nomeadamente os valores correspondentes

aos vencimentos de contratos já vencidos mas não liquidados e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

O valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos mas não declarados à data de encerramento das contas com recurso a métodos estatísticos e histórico da Companhia.

e) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para distribuição posterior.

A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade e registada no passivo na rubrica "Provisão para participação nos resultados atribuída". Normalmente é distribuída no início do exercício seguinte por incorporação nas provisões matemáticas, dos contratos em vigor a 31 de dezembro do exercício anterior.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados,

na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.

A participação nos resultados a atribuir refere-se aos ganhos e perdas potenciais dos ativos financeiros afetos aos fundos autónomos pertencentes a cada modalidade ou grupos de modalidades, desde que esses ganhos e perdas sejam positivos. O cálculo é efetuado como o descrito no parágrafo anterior e o seu valor registado no passivo, na rubrica "Provisão para participação nos resultados a atribuir".

f) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março emitida pela ASF, utilizando o método *pró rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

g) Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco de investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro, são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

h) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 40.

2.14. Imputação de gastos por funções e por segmentos

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na Nota 27.2. os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

2.15. Benefícios dos empregados

a) Benefícios pós emprego – responsabilidades com pensões

Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano, todos os trabalhadores que aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 03/09/2020.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 52.^a e 53.^a, bem como do Anexo VII do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

Planos de benefício definido

Fruto da celebração do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que o mesmo revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas, passa a existir um só plano de reforma, estando esse previsto no respetivo ACT/2020 e sendo de contribuição definida.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 44.^a do novo Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora em vigor desde 03/09/2020 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

2.16. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.17. Locações

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- i. o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto.

Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;

- ii. a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso, e
- iii. a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar "como" e "com que objetivo" o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o "como" e "com que objetivo" este irá ser utilizado.

A política é aplicável aos contratos que se iniciam, ou que foram alterados, a partir de 1 de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual.

Locatário

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional

direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado ao present value dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreende o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa como na data de início; (iii) montantes que se esperam vir a ser pagos sob uma garantia residual e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja razoavelmente certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação caso a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação,

e penalidades por rescisão antecipada de locação a não ser que a Companhia esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração na estimativa do Grupo do montante expectável a ser pago na garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em Outros Ativos Tangíveis e passivos de locação em Outros Passivos no Balanço.

Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

2.18. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são apresentadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões Técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.13. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 14.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

b) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash-flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

c) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades Fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

d) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

e) Justo valor dos ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

03 Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

	Euros	
Caixa e equivalentes e Depósitos à ordem	2021	2020
Caixa e equivalentes	216,83	207,11
Depósitos à ordem	7.704.112,25	7.788.449,17
Total	7.704.329,08	7.788.656,28

04 Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

4.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” são constituídos por unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e títulos de dívida.

A reconciliação dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros

Rubrica	2021		
	Títulos de dívida	Unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	65.860.602,92	5.670.088,79	71.530.691,71
Aquisições (a valor aquisição)	-	33.292.852,51	33.292.852,51
Vendas (a valor venda)	(1.612.933,34)	(247.695,29)	(1.860.628,63)
Reembolsos (a valor reembolso)	(5.000.000,00)	-	(5.000.000,00)
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	-	-	-
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	(1.219.087,16)	926.659,24	(292.427,92)
Variação do custo amortizado	(353.504,06)	-	(353.504,06)
Variação juro decorrido	55.346,17	-	55.346,17
Saldo final	57.730.424,53	39.641.905,25	97.372.329,78

Euros

Rubrica	2020		
	Títulos de dívida	Unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	51.401.913,14	4.648.368,35	56.050.281,49
Aquisições (a valor aquisição)	17.982.000,00	800.000,00	18.782.000,00
Vendas (a valor venda)	(5.067.796,58)	-	(5.067.796,58)
Reembolsos (a valor reembolso)	-	-	-
Varição do justo valor (reserva de reavaliação)	-	-	-
Varição do justo valor (ganhos e perdas)	1.664.275,24	221.720,44	1.885.995,68
Varição do custo amortizado	(179.977,25)	-	(179.977,25)
Varição juro decorrido	60.188,37	-	60.188,37
Saldo final	65.860.602,92	5.670.088,79	71.530.691,71

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

Classificações do ativo	2021				
	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Unidades de participação	38.250.361,80	-	1.391.543,45	-	39.641.905,25
Títulos de dívida – pública	31.237.192,86	(620.297,24)	2.492.554,64	262.468,13	33.371.918,39
Títulos de dívida – de outros emissores	23.134.500,00	(171.318,40)	1.184.240,19	211.084,35	24.358.506,14
Total	92.622.054,66	(791.615,64)	5.068.338,28	473.552,48	97.372.329,78

Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Unidades de participação	38.250.361,80	-	1.391.543,45	-	39.641.905,25
Títulos de dívida – pública	31.237.192,86	(620.297,24)	2.492.554,64	262.468,13	33.371.918,39
Títulos de dívida – de outros emissores	23.134.500,00	(171.318,40)	1.184.240,19	211.084,35	24.358.506,14
Total	92.622.054,66	(791.615,64)	5.068.338,28	473.552,48	97.372.329,78

Euros

Classificações do ativo	2020				
	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Unidades de participação	5.195.373,06	-	474.715,73	-	5.670.088,79
Títulos de dívida – pública	31.747.564,93	(442.126,29)	3.677.930,83	265.725,97	35.249.095,44
Títulos de dívida – de outros emissores	29.137.000,00	(2.771,52)	1.324.798,66	152.480,34	30.611.507,48
Total	66.079.937,99	(444.897,81)	5.477.445,22	418.206,31	71.530.691,71

Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Unidades de participação	5.195.373,06	-	474.715,73	-	5.670.088,79
Títulos de dívida – pública	31.747.564,93	(442.126,29)	3.677.930,83	265.725,97	35.249.095,44
Títulos de dívida – de outros emissores	29.137.000,00	(2.771,52)	1.324.798,66	152.480,34	30.611.507,48
Total	66.079.937,99	(444.897,81)	5.477.445,22	418.206,31	71.530.691,71

Nos Anexos 1.1 e 1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas".

4.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*.

Contudo, no exercício de 2021, existiram exceções, e, alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da *Bloomberg* obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtém-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* "fixo", determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* "fixo" obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 24.358.506,14 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V.
XS2053564287	DOURO FINANCE B.V.
XS2079282161	DOURO FINANCE B.V.
XS2121404656	DOURO FINANCE B.V.
XS2132278073	DOURO FINANCE B.V.
XS2183147169	DOURO FINANCE B.V.
XS2206322708	DOURO FINANCE B.V.
XS2241080527	DOURO FINANCE B.V.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros

Conceito	2021			
	Justo valor – Níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Unidades participação	39.641.905,25	-	-	39.641.905,25
Títulos de dívida pública	33.371.918,39	-	-	33.371.918,39
Títulos de dívida de outros emissores	-	24.358.506,14	-	24.358.506,14
Total	73.013.823,64	24.358.506,14	-	97.372.329,78

Euros

Conceito	2020			
	Justo valor – Níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Unidades participação	5.670.088,79	-	-	5.670.088,79
Títulos de dívida pública	35.249.095,44	-	-	35.249.095,44
Títulos de dívida de outros emissores	-	30.611.507,48	-	30.611.507,48
Total	40.919.184,23	30.611.507,48	-	71.530.691,71

05 Ativos Financeiros

Disponíveis para Venda

5.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros

Rubrica	2021		
	Títulos de dívida	Ações e Unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	225.842.556,58	14.602.246,10	240.444.802,68
Aquisições (a valor aquisição)	13.960.757,89	1.242.586,75	15.203.344,64
Alienações (a valor venda)	(1.293.939,40)	(5.458.093,53)	(6.752.032,93)
Reembolsos (a valor reembolso)	(16.248.461,50)	-	(16.248.461,50)
Variação do justo valor (reserva reavaliação)	(8.193.946,63)	2.236.072,43	(5.957.874,20)
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	(2.160,21)	143.659,82	141.499,61
Variação do custo amortizado	(693.604,91)	-	(693.604,91)
Variação juro decorrido	(352.332,84)	-	(352.332,84)
Saldo final	213.018.868,98	12.766.471,57	225.785.340,55

Euros

Rubrica	2020		
	Títulos de dívida	Ações e Unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	246.795.846,90	21.912.074,77	268.707.921,67
Aquisições (a valor aquisição)	23.580.296,19	6.965.307,60	30.545.603,79
Alienações (a valor venda)	(42.551.658,12)	(12.147.425,27)	(54.699.083,39)
Reembolsos (a valor reembolso)	(1.173.971,64)	-	(1.173.971,64)
Variação do justo valor (reserva reavaliação)	(863.789,83)	(2.369.518,13)	(3.233.307,96)
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	1.136.021,43	241.807,13	1.377.828,56
Variação do custo amortizado	(610.177,36)	-	(610.177,36)
Variação juro decorrido	(470.010,99)	-	(470.010,99)
Saldo final	225.842.556,58	14.602.246,10	240.444.802,68

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

Classificações do ativo	2021				
	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de capital	4.197.787,22	-	1.835.002,98	-	6.032.790,20
Unidades de participação	4.877.732,55	-	1.855.948,82	-	6.733.681,37
Títulos de dívida pública	150.785.909,07	(2.199.644,08)	25.494.768,94	2.674.724,12	176.755.758,05
Títulos de dívida de outros emissores públicos	302.043,00	(1.152,00)	1.475,10	-	302.366,10
Títulos de dívida – de outros emissores	34.818.009,98	290.150,82	534.291,26	318.292,77	35.960.744,83
Total	194.981.481,82	(1.910.645,26)	29.721.487,10	2.993.016,89	225.785.340,55

Euros

Classificações do ativo	2020				
	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de capital	7.237.452,89	-	803.371,71	-	8.040.824,60
Unidades de participação	5.909.913,84	-	651.507,66	-	6.561.421,50
Títulos de dívida pública	153.303.208,28	(1.264.775,61)	33.318.171,57	2.960.582,74	188.317.186,98
Títulos de dívida de outros emissores públicos	747.093,00	4.232,98	8.762,61	22.117,81	782.206,40
Títulos de dívida – de outros emissores	35.054.377,56	428.588,71	897.547,75	362.649,18	36.743.163,20
Total	202.252.045,57	(831.953,92)	35.679.361,30	3.345.349,73	240.444.802,68

No Anexo 1.1. e 1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

5.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*.

Contudo, no exercício de 2021, existiram exceções, e, alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da *Bloomberg* obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtém-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* "fixo" obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 23.518.502,83 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V.
XS2121404656	DOURO FINANCE B.V.
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V.
XS0399353506	EDP FINANCE B.V.
PTNOSFOM0000	NOS SGPS S.A.
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZACAO DE CRED
ES0000011967	TESORO PÚBLICO
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO
ES0000012676	TESORO PÚBLICO
ES0000012726	TESORO PÚBLICO
ES0000012767	TESORO PÚBLICO

Os títulos de rendimento variável também estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*. No entanto, no exercício de 2021 houve exceções, tendo sido valorizadas pelo custo, pelo montante de 796.315,16 euros, os seguintes títulos:

ISIN	Nome do emissor
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN
ES0160461002	MAPFRE ENERGIAS RENOVABLES I FCR
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUTURAS FCR
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR
ES0108745003	SANTANDER AM ALTERNATIVE LEASING FIL

23.5 MILHÕES DE EUROS
VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS
FINANCEIROS

796.315,16 EUROS
VALORIZAÇÃO DOS TÍTULOS
DE RENDIMENTO

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte. Os instrumentos financeiros por tipo de valorização são apresentados no quadro que se apresenta em seguida.

Euros

Conceito	2021			
	Justo valor – Níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	6.032.790,20	-	-	6.032.790,20
Unidades participação	5.937.366,21	-	796.315,16	6.733.681,37
Títulos de dívida pública	166.130.527,86	10.625.230,19	-	176.755.758,05
Títulos de dívida de outros emissores públicos	302.366,10	-	-	302.366,10
Títulos de dívida de outros emissores	23.067.472,19	12.893.272,64	-	35.960.744,83
Total	201.470.522,52	23.518.502,83	796 315,16	225.785.340,55

Euros

Conceito	2020			
	Justo valor – Níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	8.040.824,60	-	-	8.040.824,60
Unidades participação	6.201.249,98	-	360.171,52	6.561.421,50
Títulos de dívida pública	187.608.731,19	708.455,79	-	188.317.186,98
Títulos de dívida de outros emissores públicos	782.206,40	-	-	782.206,40
Títulos de dívida de outros emissores	24.473.035,82	12.270.127,38	-	36.743.163,20
Total	227.106.047,99	12.978.583,17	-	240.444.802,68

5.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.3., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2021.

06 Empréstimos Concedidos e Contas a Receber

O saldo da rubrica de “Empréstimos concedidos e contas a receber” é decomposto como segue:

Euros

Rubrica	2021	2020
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Empréstimos concedidos sobre apólices	153 075,14	200 159,32
Total	153 075,14	200 159,32

07 Outros Ativos Tangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Euros

Outros ativos tangíveis	2021						Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	
Equipamento administrativo	57.418,48	3.809,68	-	-	-	10.976,90	50.251,26
Máquinas e ferramentas	18.484,22	-	-	-	-	4.235,14	14.249,08
Equipamento informático	4.718,20	-	-	-	-	3.921,79	796,41
Instalações interiores	89.019,48	12.492,06	-	-	-	11.956,52	89.555,02
Outro equipamento	690,39	-	-	-	-	360,19	330,20
Outros ativos tangíveis	314.372,37	-	-	-	-	52.327,80	262.044,57
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	484.703,14	16.301,74	-	-	-	83.778,34	417.226,54

Euros

Outros ativos tangíveis	2020						Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	
Equipamento administrativo	63.667,85	4.364,64	-	-	-	10.614,01	57.418,48
Máquinas e ferramentas	21.898,97	841,63	-	-	-	4.256,38	18.484,22
Equipamento informático	9.108,21	157,55	-	-	-	4.547,56	4.718,20
Instalações interiores	82.860,68	16.870,48	-	-	-	10.711,68	89.019,48
Outro equipamento	1.050,58	,00	-	-	-	360,19	690,39
Outros ativos tangíveis	307.376,33	50.737,50	-	-	-	43.741,46	314.372,37
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	485.962,62	72.971,80	-	-	-	74.231,28	484.703,14

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos tangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização. A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis" em imparidade ou cedido.

08 Ativos sob Direito de Uso

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício de 2021 e 2020, estão demonstrados nos quadros seguintes:

Euros

Ativos sob Direito de Uso	2021					
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de Uso Imóveis	693.383,76	-	-	-	114.969,84	578.413,92
Direito de Uso Outros	35.367,17	23.595,50	-	20.646,06	14.747,16	23.569,45
Total	728.750,93	23.595,50	-	20.646,06	129.717,00	601.983,37

Euros

Ativos sob Direito de Uso	2020					
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de Uso Imóveis	757.599,99	69.374,30	-	21.935,40	111.655,13	693.383,76
Direito de Uso Outros	27.127,24	25.253,40	-	-	17.013,47	35.367,17
Total	784.727,23	94.627,70	-	21.935,40	128.668,60	728.750,93

A natureza dos "Direito de Uso Outros" corresponde a locações de viaturas.

09 Outros Ativos Intangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Euros

Outros ativos tangíveis	2021						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplica. informáticas	97.310,56	-	-	-	-	52.982,23	44.328,33
Ativos intangíveis em curso	123.112,47	-	-	-	123.112,47	-	-
Outros ativos intangíveis	4.428.000,00	-	-	-	-	433.464,61	3.994.535,39
Total	4.648.423,03	-	-	-	123.112,47	486.446,84	4.038.863,72

Euros

Outros ativos tangíveis	2020						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplica. informáticas	32.211,96	-	-	-	-	67.851,99	97.310,56
Ativos intangíveis em curso	249.614,10	116.261,99	-	-	109.813,03	-	123.112,47
Outros ativos intangíveis	-	4.428.000,00	-	-	-	-	4.428.000,00
Total	281.826,06	4.544.261,99	-	-	109.813,03	67.851,99	4.648.423,03

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos intangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização. A natureza dos "Ativos intangíveis em curso" corresponde a desenvolvimentos informáticos que visam dar suporte ao desenvolvimento do negócio.

Durante o ano, houve alguns ativos intangíveis em curso que por não se esperar benefícios económicos futuros foram abatidos.

A aquisição de 4.428.000 eur em "Outros Ativos Intangíveis" é referente ao custo de aquisição de uma carteira de apólices de risco cujo vendedor foi a Santander Totta Seguros, S.A. Esta operação fez parte do acordo de distribuição estabelecido entre a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e a Santander Totta Seguros, S.A.

10 Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Euros

Provisões técnicas - Resseguro cedido	2021			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	1.710.543,54	1.430.851,48	828.824,75	2.312.570,27
Prestações	1.402.767,18	1.233.075,56	564.130,58	2.071.712,16
IBNR	349.845,66	197.775,92	-	547.621,58
IBNER	(42.069,30)	-	264.694,17	(306.763,47)
Provisão para prémios não adquiridos	176.753,26	-	(31.017,98)	207.771,24
Prémios não adquiridos	237.101,33	-	7.410,45	229.690,88
Custos de aquisição diferidos	(60.348,07)	-	(38.428,43)	(21.919,64)
Total	1.887.296,80	1.430.851,48	797.806,77	2.520.341,51

Euros

Provisões técnicas - Resseguro cedido	2020			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	1.569.941,24	960.869,10	820.266,80	1.710.543,54
Prestações	1.250.064,32	952.322,61	799.619,75	1.402.767,18
IBNR	370.492,71	-	20.647,05	349.845,66
IBNER	(50.615,79)	8.546,49	-	(42.069,30)
Provisão para prémios não adquiridos	164.072,96	12.680,30	-	176.753,26
Prémios não adquiridos	180.213,39	56.887,94	-	237.101,33
Custos de aquisição diferidos	(16.140,43)	(44.207,64)	-	(60.348,07)
Total	1.734.014,20	973.549,40	820.266,80	1.887.296,80

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica "Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)" e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de "Comissões e participação nos resultados de resseguro", ambas na conta de ganhos e perdas.

11 Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações líquido de ajustamentos é decomposto como segue:

Euros

Rubrica	2021		
	Valor bruto	Imparidade/ ajustamentos	Valor líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	3.446.455,56	4.415,63	3.442.039,93
Contas de cobrança	3.340.554,30	4.415,63	3.336.138,67
Mediadores	105.901,26	-	105.901,26
Contas a receber por operações de resseguro	-	-	-
Contas a receber por outras operações	359.706,77	-	359.706,77
Empréstimos ao pessoal	163.244,16	-	163.244,16
Outras operações com pessoal	1.786,45	-	1.786,45
Outros devedores	194.676,16	-	194.676,16
Total	3.806.162,33	4.415,63	3.801.746,70

Euros

Rubrica	2020		
	Valor bruto	Imparidade/ ajustamentos	Valor líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	2.472.659,56	20.350,52	2.452.309,04
Contas de cobrança	2.319.921,09	20.350,52	2.299.570,57
Mediadores	152.738,47	-	152.738,47
Contas a receber por operações de resseguro	272.607,03	-	272.607,03
Contas a receber por outras operações	230.509,36	-	230.509,36
Empréstimos ao pessoal	192.800,89	-	192.800,89
Outras operações com pessoal	1.987,48	-	1.987,48
Outros devedores	35.720,99	-	35.720,99
Total	2.975.775,95	20.350,52	2.955.425,43

O valor contabilizado em Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos desagrega-se como segue:

Euros

Rubrica	2021			Saldo Final
	Saldo Inicial	Aumento	Redução e utilização	
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	20.350,52	-	(15.934,89)	4.415,63
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-	-	-	-
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	-	-	-	-
De outros devedores	-	-	-	-
Total	20.350,52	-	(15.934,89)	4.415,63

Euros

Rubrica	2020			Saldo final
	Saldo Inicial	Aumento	Redução e utilização	
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	26.014,24	-	(5.663,72)	20.350,52
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-	-	-	-
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	-	-	-	-
De outros devedores	-	-	-	-
Total	26.014,24	-	(5.663,72)	20.350,52

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

12 Ativos e Passivos por Impostos e Taxas

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas:

Euros

Rubrica	2021	2020
Ativos por impostos e taxas	359.836,31	1.807.362,35
Ativos por impostos (e taxas) correntes	359.836,31	1.807.362,35
Ativos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos e taxas	3.667.928,38	4.389.950,49
Passivos por impostos (e taxas) correntes	392.391,18	353.872,98
Passivos por impostos diferidos	3.275.537,20	4.036.077,51

12.1. Impostos correntes

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas correntes:

Euros

Rubrica	2021	2020
Ativos por impostos correntes	359.836,31	1.807.362,35
Imposto sobre o rendimento	268.452,25	1.047.040,00
IRC: Reclamações impugnações	-	667.100,41
Outros impostos e taxas	91.384,06	93.221,94
Passivos por impostos correntes	(392.391,18)	(353.872,98)
Imposto corrente	-	-
Retenções na fonte	(82.876,09)	(64.530,21)
Outros impostos e taxas	(309.515,09)	(289.342,77)
Total	(32.554,87)	1.453.489,37

Demonstração do imposto corrente	2021		
	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	1.015.267,09	-	1.015.267,09
Varição do justo valor dos instrumentos financeiros a representar as provisões técnicas com participações benef.	-	(826.478,10)	(826.478,10)
21% do resultado antes de impostos	213.206,09	(173.560,40)	39.645,69
Gasto por imposto (a acrescentar/a deduzir):			
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	620,41	-	620,41
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	2.529,76	-	2.529,76
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	22.776,02	-	22.776,02
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	9,35	-	9,35
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	496,89	-	496,89
Menos-valias contabilísticas	469,60	-	469,60
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	21.968,38	-	21.968,38
Custos extraordinários	8.700,21	-	8.700,21
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	(22.776,02)	-	(22.776,02)
Mais-valias contabilísticas	(22.437,98)	-	(22.437,98)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(8.803,73)	-	(8.803,73)
Benefícios fiscais	(1.116,78)	-	(1.116,78)
Proveitos extraordinários	-	-	-
Total do imposto	215.642,18	(173.560,40)	42.081,78
Derrama	14.507,78	(11.676,64)	2.831,14
Tributação autónoma	30.377,10	-	30.377,10
Total de gasto por imposto corrente	260.527,06	(185.237,04)	75.290,02
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Retenções na fonte			(18.711,70)
Entregas por conta			(235.371,00)
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	260.527,06	(185.237,04)	(178.792,68)

Demonstração do imposto corrente	2020		
	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	3.731.867,52	-	3.731.867,52
Varição do justo valor dos instrumentos financeiros a representar as provisões técnicas com participações benef.	-	(2.459.394,93)	(2.459.394,93)
21% do resultado antes de impostos	783.692,18	(516.472,94)	267.219,24
Gasto por imposto (a acrescentar/a deduzir):			
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	414,47	-	414,47
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	6.585,99	-	6.585,99
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	-	-	-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	14,61	-	14,61
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	311,60	-	311,60
Menos-valias contabilísticas	85.664,76	-	85.664,76
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	37.212,06	-	37.212,06
Custos extraordinários	10.690,80	-	10.690,80
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	(29.610,00)	-	(29.610,00)
Mais-valias contabilísticas	(109.036,64)	-	(109.036,64)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(22.999,41)	-	(22.999,41)
Benefícios fiscais	(1.603,67)	-	(1.603,67)
Proveitos extraordinários	-	-	-
Total do imposto	761.336,77	(516.472,94)	244.863,83
Derrama	51.392,10	(34.863,19)	16.528,91
Tributação autónoma	33.893,99	-	33.893,99
Total de gasto por imposto corrente			
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Retenções na fonte			(35.250,98)
Entregas por conta			(1.255.899,00)
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	846.622,86	(551.336,13)	(995.863,25)

12.2. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

Euros

Passivos por impostos diferidos	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	4.036.077,51	-	-	-	(760.540,31)	3.275.537,20
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Total	4.036.077,51	-	-	-	(760.540,31)	3.275.537,20

Euros

Passivos por impostos diferidos	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	3.841.718,19	-	194.359,32	-	-	4.036.077,51
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Total	3.841.718,19	-	194.359,32	-	-	4.036.077,51

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

13 Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos demonstra-se no quadro abaixo:

Euros

Rubrica	2021			
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	710.000,00	4.052.816,13	2.941.512,95	7.704.329,08
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	57.730.424,53	39.641.905,25	97.372.329,78
Ativos financeiros disponíveis para venda	140.641.992,42	81.647.440,87	3.495.907,26	225.785.340,55
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	153.075,14
Outros ativos tangíveis	-	417.226,54	-	417.226,54
Parte dos Resseguradores nas prov. técnicas	-	2.520.341,51	-	2.520.341,51
Custos de aquisição diferidos	-	263.182,56	-	263.182,56
Total	141.505.067,56	146.631.432,14	46.079.325,46	334.215.825,16

Euros

Rubrica	2020			
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.600.000,00	4.188.656,28	-	7.788.656,28
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	65.860.602,92	5.670.088,79	71.530.691,71
Ativos financeiros disponíveis para venda	150.997.645,59	85.703.850,70	3.743.306,39	240.444.802,68
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	200.159,32
Outros ativos tangíveis	-	484.703,14	-	484.703,14
Parte dos Resseguradores nas prov. técnicas	-	1.887.296,80	-	1.887.296,80
Custos de aquisição diferidos	-	256.810,78	-	256.810,78
Total	154.797.804,91	158.381.920,62	9.413.395,18	322.593.120,71

14 Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Euros

Provisões técnicas - Seguro direto	2021			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão matemática	236.538.494,11	8.411.474,17	26.655.520,89	218.294.447,39
Provisão para sinistros	9.687.198,75	34.605.140,64	30.409.933,57	13.882.405,82
Prestações	8.975.618,42	34.148.108,55	29.822.243,09	13.301.483,88
IBNR	797.526,75	457.032,09	6.029,70	1.248.529,14
IBNER	(85.946,42)	-	581.660,78	(667.607,20)
Provisão para participação nos resultados	11.574.036,36	103.732,70	2.402.662,70	9.275.106,36
Provisão para prémios não adquiridos	1.084.806,52	(6.371,78)	22.281,22	1.056.153,52
Prémios não adquiridos	1.341.617,30	-	22.281,22	1.319.336,08
Custos de aquisição diferidos	(256.810,78)	(6.371,78)	-	(263.182,56)
Total	258.884.535,74	43.113.975,73	59.490.398,38	242.508.113,09

Euros

Provisões técnicas - Seguro direto	2020			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão matemática	249.908.064,56	26.178.311,99	39.547.882,44	236.538.494,11
Provisão para sinistros	12.761.658,47	43.642.921,49	46.717.381,21	9.687.198,75
Prestações	12.052.651,55	43.595.197,82	46.672.230,95	8.975.618,42
IBNR	842.558,82	118,19	45.150,26	797.526,75
IBNER	(133.551,90)	47.605,48	-	(85.946,42)
Provisão para participação nos resultados	13.016.361,46	651.445,70	2.093.770,80	11.574.036,36
Provisão para prémios não adquiridos	859.083,93	225.722,59	-	1.084.806,52
Prémios não adquiridos	1.078.693,20	262.924,10	-	1.341.617,30
Custos de aquisição diferidos	(219.609,27)	(37.201,51)	-	(256.810,78)
Total	276.545.168,42	70.698.401,77	88.359.034,45	258.884.535,74

14.1. Provisão matemática

O valor da provisão matemática referente ao seguro direto apresenta, para os exercícios de 2021 e de 2020, a seguinte composição por famílias de produtos:

Euros

Provisão matemática - Seguro direto	2021			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	33.458.295,70	27.439,64	1.185.532,17	32.300.203,17
Risco	901.735,32	648.894,61	667.151,68	883.478,25
Mistos	19.799.785,91	1.818.439,36	4.371.588,84	17.246.636,43
Capitalização	100.798.324,71	(2.399.778,57)	12.756.152,52	85.642.393,62
P.P.R.	70.140.125,95	6.339.119,89	6.053.137,91	70.426.107,93
Universal Life	11.440.226,52	1.977.359,24	1.621.957,77	11.795.627,99
Total	236.538.494,11	8.411.474,17	26.655.520,89	218.294.447,39

Euros

Provisão matemática - Seguro direto	2020			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	34.346.410,22	286.918,37	1.175.032,89	33.458.295,70
Risco	885.352,55	800.578,87	784.196,10	901.735,32
Mistos	22.064.059,18	2.228.847,94	4.493.121,21	19.799.785,91
Capitalização	90.835.231,87	13.655.295,50	3.692.202,66	100.798.324,71
P.P.R.	90.689.259,60	6.773.325,16	27.322.458,81	70.140.125,95
Universal Life	11.087.751,14	2.433.346,15	2.080.870,77	11.440.226,52
Total	249.908.064,56	26.178.311,99	39.547.882,44	236.538.494,11

As tábuas de mortalidade e as taxas técnicas de juro utilizadas no cálculo das provisões matemáticas são as seguintes:

Modalidade	Taxa técnica	Tábua mortalidade
Seguros não ligados a fundos de investimento		
Rendas	Taxa Variável em função do ativo	GRM/F 95, PERM 2000P e Modificadas
Mistos		
Mistos	entre 1,25% e 4%	GKM 80, GKM 95
Temporários		
Temporário	entre 0,25% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95 e Modificadas
Temporário anual renovável	entre 0% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95, PASEM 2010 e Modificadas
Capitais diferidos		
Prémios periódicos	entre 0,1% e 4%	GRM 95, GKM 95 e Modificadas
Prémios únicos	entre 0,5% e 4%	GRM 80, GKM 95 e Modificadas
PPR	entre 0,01% e 4%	GKM 95
Universal Life	entre 0,01% e 2,5%	GKM 95 e Modificadas
Seguros ligados a fundos de investimento		
Com risco de investimento	entre 0% e 1,4%	PASEM 2010 e Modificadas

14.2. Provisão para sinistros

O Anexo 2.1. e 2.2. a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicita os reajustamentos efetuados no exercício de 2021 e 2020, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

14.3. Provisão para participação nos resultados

No quadro abaixo demonstra-se, por modalidade, a movimentação referente à participação nos resultados atribuída no exercício de 2021 e 2020:

Euros

Participação nos resultados atribuída	2021			
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade				
Reforma Assegurada	12.198,04	-	12.198,04	-
Futuro Jovem Garantido	478,37	-	478,37	-
Seguro Reforma Completo	12.463,29	-	12.463,29	-
Plano Poupança Criança Futuro	4.482,62	-	4.482,62	-
PPR Pre Reforma MAPFRE	486,14	-	486,14	-
Reforma Garantida MAPFRE PPR	203.706,20	32.591,03	203.654,53	32.642,70
PPR Plano A	45.960,59	1.866,77	45.960,59	1.866,77
PPR 3	2.865,20	508,23	2.865,20	508,23
PPR BIC II	2.775,04	1.036,22	2.775,04	1.036,22
PPR Bic Garantido	639,78	2.106,03	639,78	2.106,03
Postal PPR Garantido (II Série)	6.437,26	3.358,64	6.437,26	3.358,64
MAPFRE PPR	25.887,42	5.801,28	25.887,42	5.801,28
Postal PPR Seguro	30.129,87	15.624,43	30.129,87	15.624,43
PPR Super Plano A	15.682,71	947,99	15.682,71	947,99
Coletivo – Proteção & Reforma	8.827,52	-	-	8.827,52
PPR Garantido 5 +	8.889,48	5.300,96	8.889,48	5.300,96
PPR Muita Poupança	14.505,21	2.005,16	14.505,21	2.005,16
PPR Transferência	2.548,66	252,22	2.548,66	252,22
PPR Master 3.6	-	168,55	-	168,55
PPR Vital	5.294,10	2.964,48	5.294,10	2.964,48
PPR Futuro +	13.131,43	8.235,03	13.131,43	8.235,03
Postal PPR Plus	118.010,32	9.462,60	118.010,32	9.462,60
Postal PPR Rendimento Mais	8.281,14	3.422,75	8.281,14	3.422,75
MAPFRE PPR 2	109.672,75	6.573,86	109.672,75	6.573,86
MAPFRE PPR (Edição Especial)	6.971,75	1.506,47	6.971,75	1.506,47
Total	660.324,89	103.732,70	651.445,70	112.611,89

21.000.000,00

EUROS
CAPITAL SOCIAL

4.200.000

AÇÕES
NOMINATIVAS

5,00 EUROS
NO VALOR NOMINAL
DE CADA AÇÃO

Euros

Participação nos resultados atribuída	2020			
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade				
Reforma Assegurada	6.749,62	12.198,04	6.749,62	12.198,04
Futuro Jovem Garantido	55,82	478,37	55,82	478,37
Seguro Reforma Completo	9.547,13	12.463,29	9.547,13	12.463,29
Plano Poupança Criança Futuro	98,47	4.482,62	98,47	4.482,62
PPR Pre Reforma MAPFRE	230,07	486,14	230,07	486,14
Reforma Garantida MAPFRE PPR	109.373,33	203.654,53	109.321,66	203.706,20
PPR Plano A	59.426,33	45.960,59	59.426,33	45.960,59
PPR 3	1.984,07	2.865,20	1.984,07	2.865,20
PPR BIC II	3.263,23	2.775,04	3.263,23	2.775,04
PPR Bic Garantido	-	639,78	-	639,78
Postal PPR Garantido (II Série)	18.141,42	6.437,26	18.141,42	6.437,26
MAPFRE PPR	53.190,06	25.887,42	53.190,06	25.887,42
Postal PPR Seguro	28.716,41	30.129,87	28.716,41	30.129,87
PPR Super Plano A	19.800,85	15.682,71	19.800,85	15.682,71
Coletivo – Proteção & Reforma	8.827,52	-	-	8.827,52
PPR Garantido 5 +	-	8.889,48	-	8.889,48
PPR Muita Poupança	19.763,73	14.505,21	19.763,73	14.505,21
PPR Transferência	1.809,60	2.548,66	1.809,60	2.548,66
PPR Master 3.6	-	,00	-	-
PPR Vital	-	5.294,10	-	5.294,10
PPR Futuro +	-	13.131,43	-	13.131,43
Postal PPR Plus	100.826,89	118.010,32	100.826,89	118.010,32
Postal PPR Rendimento Mais	13.928,26	8.281,14	13.928,26	8.281,14
MAPFRE PPR 2	-	109.672,75	-	109.672,75
MAPFRE PPR (Edição Especial)	9.184,99	6.971,75	9.184,99	6.971,75
Total	464.917,80	651.445,70	456.038,61	660.324,89

A participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros, de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade. A participação nos resultados foi distribuída por incorporação nas provisões matemáticas.

A participação nos resultados a atribuir (“*Shadow accounting*”), que corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato, ascende a 9,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020: 10,9 milhões de euros)

15 Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguro e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O valor de 44.861.172,44 euros, apresentado nas demonstrações da posição financeira, na rubrica de "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento", refere-se à responsabilidade assumida com contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Nos quadros que se seguem demonstra-se a movimentação referente aos Passivos Financeiros nos exercícios de 2021 e 2020:

Euros

Passivos financeiros	2021				
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	5.703.369,41	36.746.609,81	740.820,13	874.259,11	42.583.418,20
Capitalização	5.703.369,41	36.746.609,81	740.820,13	874.259,11	42.583.418,20
Valorizados ao custo amortizado	2.505.943,87	51.950,00	338.548,96	58.409,33	2.277.754,24
Capitalização	-	-	-	-	-
P.P.R.	2.505.943,87	51.950,00	338.548,96	58.409,33	2.277.754,24
Total	8.209.313,28	36.798.559,81	1.079.369,09	932.668,44	44.861.172,44

Euros

Passivos financeiros	2020				
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	4.368.116,10	1.902.841,36	699.928,27	132.340,22	5.703.369,41
Capitalização	4.368.116,10	1.902.841,36	699.928,27	132.340,22	5.703.369,41
Valorizados ao custo amortizado	2.764.186,07	55.670,00	379.421,65	65.509,45	2.505.943,87
Capitalização	-	-	-	-	-
P.P.R.	2.764.186,07	55.670,00	379.421,65	65.509,45	2.505.943,87
Total	7.132.302,17	1.958.511,36	1.079.349,92	197.849,67	8.209.313,28

Apresentam-se os mesmos passivos financeiros ao justo valor e por níveis de valorização:

Euros

Passivos financeiros	2021		
	Justo valor - Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valorizados ao justo valor	42.583.418,20	-	42.583.418,20
Capitalização	42.583.418,20	-	42.583.418,20
Valorizados ao custo amortizado	-	2.692.086,44	2.692.086,44
Capitalização	-	-	-
P.P.R.	-	2.692.086,44	2.692.086,44
Total	42.583.418,20	2.692.086,44	45.275.504,64

Euros

Passivos financeiros	2020		
	Justo valor - Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valorizados ao justo valor	5.703.369,41	-	5.703.369,41
Capitalização	5.703.369,41	-	5.703.369,41
Valorizados ao custo amortizado	-	3.220.936,94	3.220.936,94
Capitalização	-	-	-
P.P.R.	-	3.220.936,94	3.220.936,94
Total	5.703.369,41	3.220.936,94	8.924.306,35

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

16 Passivos de Locação

Em 31 de dezembro de 2021 esta rubrica, apresentava os movimentos que ocorreram no exercício de 2021, conforme quadro abaixo:

Euros

Passivos de locação	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Novas locações/Atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	
Passivos de locação – Imóveis	723.256,71	-	98.738,76	13.758,33	-	610.759,62
Passivos de locação – Outros	36.497,96	23.595,50	12.270,85	2.222,81	20.668,41	24.931,39
Total	759.754,67	23.595,50	111.009,61	15.981,14	20.668,41	635.691,01

Euros

Passivos de locação	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Novas locações/Atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	
Passivos de locação – Imóveis	782.813,17	69.374,30	91.601,03	15.317,42	22.012,31	723.256,71
Passivos de locação – Outros	27.733,14	25.253,40	14.822,93	1.665,65	-	36.497,96
Total	810.546,31	94.627,70	106.423,96	16.983,07	22.012,31	759.754,67

No quadro abaixo apresentamos a maturidade dos fluxos de caixa que estão contratualizados:

Euros

Passivos de locação	2021				Saldo final
	Análise Maturidade – Fluxos caixa contratuais não descontados			Total fluxos	
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de locação – Imóveis	127.029,42	512.728,92	6.852,27	646.610,61	610.759,62
Passivos de locação – Outros	12.751,92	13.753,77	-	26.505,69	24.931,39
Total	139.781,34	526.482,69	6.852,27	673.116,30	635.691,01

Euros

Passivos de locação	2020				Saldo final
	Análise Maturidade – Fluxos caixa contratuais não descontados			Total fluxos	
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de locação – Imóveis	126.255,42	557.531,10	89.079,51	772.866,03	723.256,71
Passivos de locação – Outros	13.318,82	26.505,69	-	39.824,51	36.497,96
Total	139.574,24	584.036,79	89.079,51	812.690,54	759.754,67

17 Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tem a seguinte desagregação:

Rubrica	2021	2020
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	1.159.412,45	1.353.771,80
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	280.058,31	371.098,80
Mediadores	557.399,06	607.747,72
Outros saldos credores por operações de seguro direto	321.955,08	374.925,28
Contas a pagar por operações de resseguro	208.393,68	34.244,26
Contas a pagar por outras operações	589.200,24	7.303.334,82
Fornecedores	143.675,59	145.992,19
Outros credores	445.524,65	7.157.342,63
Total	1.957.006,37	8.691.350,88

18 Acréscimos e Diferimentos

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Rubrica	2021	2020
Acréscimos de gastos com o pessoal	429.564,45	424.989,09
Subsídio de férias e mês de férias	311.099,94	315.146,76
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	118.464,51	109.842,33
Outros acréscimos de gastos	855.590,86	712.756,28
Incentivos a pessoal	381.222,39	354.330,01
Incentivos a mediadores	319.366,92	268.256,88
Trabalhos especializados	126.701,55	49.865,55
Outros acréscimos	28.300,00	40.303,84
Total	1.285.155,31	1.137.745,37

19 Outras Provisões

O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

Euros

Outras provisões	2021			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Outras provisões	210.000,00	-	45.000,00	165.000,00
Total	210.000,00	-	45.000,00	165.000,00

Euros

Outras provisões	2020			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Outras provisões	165.000,00	45.000,00	-	210.000,00
Total	165.000,00	45.000,00	-	210.000,00

A provisão diz respeito a um processo judicial colocado por um cliente.

20 Capital

20.1. Composição do capital

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2021, é de 21.000.000,00 euros, dividido em 4.200.000 ações nominativas, no valor nominal de 5,00 euros cada:

Euros

Entidade acionista	2021		2020	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE - Seguros Gerais	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00
Total	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00

20.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação

Euros

Conceito	2021	2020
Resultado líquido	754.740,03	2.885.244,66
Número médio de ações	4.200.000	4.200.000
Resultado por ação (em euros)	0,18	0,69

20.3. Dividendos por ação

No exercício atual, assim como no anterior, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propôs que o resultado positivo do exercício de 2021, no montante de 754.740,03 euros (setecentos e cinquenta e quatro euros mil setecentos e quarenta euros e três cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 75.474,00 euros

- Reserva livre: 679.266,03 euros

21 Reservas

As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros.

No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2021 e 2020 em cada uma das reservas:

Euros

Demonstração das variações das reservas	2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reservas de reavaliação	24.765.649,83	3.987.289,43	(8.193.946,63)	20.558.992,63
Ações/Unid. de part. de fundos de invest.	1.454.879,37	2.236.072,43	-	3.690.951,80
Títulos de dívida	34.224.481,93	-	(8.193.946,63)	26.030.535,30
Participação nos resultados a atribuir	(10.913.711,47)	1.751.217,00	-	(9.162.494,47)
Reserva por impostos diferidos	(4.036.077,51)	760.540,31	-	(3.275.537,20)
Outras reservas	5.594.667,55	3.070.886,96	-	8.665.554,51
Reserva legal	1.481.598,88	288.524,47	-	1.770.123,35
Outras reservas	5.965.867,44	2.596.720,19	-	8.562.587,63
Reserva por impostos correntes	(1.852.798,77)	185.642,30	-	(1.667.156,47)
Total	26.324.239,87	7.818.716,70	(8.193.946,63)	25.949.009,94

Euros

Demonstração das variações das reservas	2020			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reservas de reavaliação	26.361.225,60	1.637.732,19	(3.233.307,96)	24.765.649,83
Ações/Unid. de part. de fundos de invest.	3.824.397,50	-	(2.369.518,13)	1.454.879,37
Títulos de dívida	35.088.271,76	-	(863.789,83)	34.224.481,93
Participação nos resultados a atribuir	(12.551.443,66)	1.637.732,19	-	(10.913.711,47)
Reserva por impostos diferidos	(3.841.718,19)	-	(194.359,32)	(4.036.077,51)
Outras reservas	1.487.199,77	4.107.467,78	-	5.594.667,55
Reserva legal	1.126.068,80	355.530,08	-	1.481.598,88
Outras reservas	2.766.096,72	3.199.770,72	-	5.965.867,44
Reserva por impostos correntes	(2.404.965,75)	552.166,98	-	(1.852.798,77)
Total	24.006.707,18	5.745.199,97	(3.427.667,28)	26.324.239,87

O valor apresentado na rubrica de outras reservas, no saldo final do exercício de 2021, contém a anulação do *goodwill* gerado na aquisição, com efeito a 1 de Janeiro de 2010, da carteira de apólices, bem como dos respetivos ativos e passivos, à Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros e Resseguros sobre la Vida Humana, S.A., no valor de 7.411.488,05 euros.

Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.

22 Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., encerrou o exercício de 2021, reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro direto”, o valor de 23.723.075,48 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

	Euros	
	2021	
Prémios brutos emitidos de seguro direto		23.723.075,48
Relativos a contratos individuais	21.263.210,14	
Relativos a contratos de grupo	2.459.865,34	23.723.075,48
Periódicos	16.921.271,07	
Não periódicos	6.673.473,51	
Periódicos/Não periódicos	128.330,90	23.723.075,48
De contratos sem participação nos resultados	11.222.583,02	
De contratos com participação nos resultados	12.500.492,46	23.723.075,48
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		-
Saldo de resseguro		696.383,35

	Euros	
	2020	
Prémios brutos emitidos de seguro direto		33.374.039,83
Relativos a contratos individuais	31.144.727,93	
Relativos a contratos de grupo	2.229.311,90	33.374.039,83
Periódicos	13.736.435,52	
Não periódicos	19.497.722,71	
Periódicos/Não periódicos	139.881,60	33.374.039,83
De contratos sem participação nos resultados	21.214.492,83	
De contratos com participação nos resultados	12.159.547,00	33.374.039,83
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		-
Saldo de resseguro		189.630,39

Nos exercícios de 2021 e 2020, os “Prémios adquiridos líquidos de resseguro” apresentam a seguinte composição:

Euros

Conceito	2021	2020
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	23.723.075,48	33.374.039,83
Prémios de resseguro cedido	2.219.121,29	1.487.130,97
Prémios líquidos de resseguro	21.503.954,19	31.886.908,86
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(22.281,22)	262.924,10
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(7.410,45)	56.887,94
Prémios não adquiridos (variação)	(14.870,77)	206.036,16
Total	21.518.824,96	31.680.872,70

Euros

Conceito	2021	2020
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	23.723.075,48	33.374.039,83
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(22.281,22)	262.924,10
Prémios brutos adquiridos	23.745.356,70	33.111.115,73
Prémios de resseguro cedido	2.219.121,29	1.487.130,97
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(7.410,45)	56.887,94
Prémios de resseguro cedido adquiridos	2.226.531,74	1.430.243,03
Total	21.518.824,96	31.680.872,70

23 Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

Conceito	2021	2020
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos	32.536.984,10	48.362.356,37
Montantes brutos	33.101.114,68	49.161.976,12
Parte dos resseguradores	564.130,58	799.619,75
Provisão para sinistros (variação)	3.593.180,34	(3.215.062,02)
Montantes brutos	4.195.207,07	(3.074.459,72)
Parte dos resseguradores	602.026,73	140.602,30
Total	36.130.164,44	45.147.294,35

Euros

Conceito	2021	2020
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Custos com sinistros	37.296.321,75	46.087.516,40
Montantes pagos	33.101.114,68	49.161.976,12
Provisão para sinistros (variação)	4.195.207,07	(3.074.459,72)
Custos com sinistros parte dos resseguradores	1.166.157,31	940.222,05
Montantes pagos	564.130,58	799.619,75
Provisão para sinistros (variação)	602.026,73	140.602,30
Total	36.130.164,44	45.147.294,35

24 Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

Conceito	2021			2020		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	(15.400.310,78)	-	(15.400.310,78)	(25.769.402,49)	-	(25.769.402,49)
Total	(15.400.310,78)	-	(15.400.310,78)	(25.769.402,49)	-	(25.769.402,49)

25 Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

Conceito	2021			2020		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão para Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro (variação)	601.795,21	-	601.795,21	1.205.935,48	-	1.205.935,48
Total	601.795,21	-	601.795,21	1.205.935,48	-	1.205.935,48

26 Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

Conceito	2021			2020		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)						
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	(3.495.181,64)	-	(3.495.181,64)	11.943.793,43	-	11.943.793,43
Total	(3.495.181,64)	-	(3.495.181,64)	11.943.793,43	-	11.943.793,43

27 Custos e Gastos de Exploração Líquidos

27.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2021 e 2020:

Euros

Rubrica	2021	2020
Pessoal	4.009.257,49	3.514.717,14
Viagens e relações públicas	145.815,41	135.146,42
Locais e imóveis	282.849,31	283.171,49
Informática	1.019.026,63	629.376,75
Publicidade	73.539,03	80.921,91
Campanhas comerciais	21.559,54	22.893,07
Serviços profissionais externos	397.503,71	269.969,79
Outros gastos internos	999.815,57	653.544,39
Total	6.949.366,69	5.589.740,96

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de “Serviços profissionais externos”.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferem as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2021 e de 2020 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Euros		
Âmbito	2021	2020
Serviços de revisão legal de contas	29.569,00	35.924,00
Outros serviços	17.182,00	17.119,00
Total	46.751,00	53.043,00

Os custos com locações encontram-se no quadro abaixo:

Euros		
Âmbito	2021	2020
Gastos com juros relativos aos passivos de locação	15.981,14	16.983,07
Gastos relativos a locações de curta duração	5.044,16	14.984,88
Gastos relativos a locações de ativos de valor reduzido, exclui locações de curta duração	64.169,26	72.895,20
Total	85.194,56	104.863,15

As quantias despendidas relativas a locações de curto prazo contabilizadas nos termos da IFRS 16 ascendem a 5.044,16 euros, repartido em 71,72 euros relativo a rendas de imóveis e 4.972,44 euros relacionado com aluguer de viaturas.

Há também quantias despendidas relativas a locações de baixo valor no montante de 64.169,26 euros, relativo a aluguer de equipamento informático.

27.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções: sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos e custos com investimentos;

- 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

Euros

Custos e gastos por natureza a imputar	2021			Total
	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	
Custos com pessoal	809.611,74	3.147.900,37	51.745,38	4.009.257,49
Fornecimentos e serviços externos	359.425,83	1.530.094,45	23.210,90	1.912.731,18
Impostos e taxas	6.817,56	25.530,76	436,94	32.785,26
Amortizações do exercício	53.980,72	209.020,78	436.940,68	699.942,18
Outras provisões	(9.480,64)	(34.971,86)	(547,50)	(45.000,00)
Juros suportados	3.221,10	12.542,44	217,60	15.981,14
Comissões	-	-	323.669,44	323.669,44
Total	1.223.576,31	4.890.116,94	835.673,44	6.949.366,69

Euros

Custos e gastos por natureza a imputar	2020			Total
	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	
Custos com pessoal	634.219,03	2.830.373,33	50.124,78	3.514.717,14
Fornecimentos e serviços externos	219.740,62	1.145.643,78	17.137,90	1.382.522,30
Impostos e taxas	3.072,35	13.733,14	255,15	17.060,64
Amortizações do exercício	48.758,95	218.133,82	3.859,10	270.751,87
Outras provisões	9.272,85	35.115,63	611,52	45.000,00
Juros suportados	3.060,90	13.677,11	245,06	16.983,07
Comissões	-	-	342.705,94	342.705,94
Total	918.124,70	4.256.676,81	414.939,45	5.589.740,96

28 Custos de Aquisição

Os custos de aquisição registados no exercício de 2021 e 2020, por natureza, apresentam o seguinte detalhe:

Euros

Custos de aquisição	2021	2020
Custos Imputados	3.612.955,47	3.144.875,31
Comissões de mediação	2.641.418,23	1.681.913,53
Outros	388.628,12	266.202,68
Total	6.643.001,82	5.092.991,52

Na rubrica "Outros" estão registados os incentivos processados aos mediadores ("Profit Commissions").

29 Gastos com o Pessoal

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2021, era de 80, mais três do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no quadro seguinte:

Grupo profissional/categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	1
Diretor	1
Gestor	6
Gestor Comercial	2
Gestor Operacional	3
Gestor Técnico	1
Operacional	58
Coordenador Operacional	13
Especialista Operacional	45
Técnico	15
Técnico	15
Total	80

Os gastos com pessoal registados no exercício de 2021 e 2020, por natureza, apresentam o seguinte detalhe:

Euros

Rubrica	2021	2020
Remunerações	2.941.066,77	2.651.655,27
- Dos órgãos sociais	-	-
- Do pessoal	2.941.066,77	2.651.655,27
Encargos sobre remunerações	772.730,80	671.149,40
Benefícios pós-emprego	46.901,23	45.172,96
- Planos de contribuição definida	46.901,23	45.172,96
- Planos de benefícios definidos	-	-
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	-
Benefícios de cessação de emprego	108.457,25	3.619,04
Seguros obrigatórios	74.845,45	71.030,43
Gastos de ação social	6.869,12	6.700,02
Outros gastos com o pessoal	58.386,87	65.390,02
Total	4.009.257,49	3.514.717,14

O Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., é composto por quatro membros, um dos quais, o seu Presidente, que apenas aufer remuneração como Administrador-Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

A Companhia, não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

30 Obrigações com Benefícios dos Empregados

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado em 29 de janeiro de 2016 no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4. Foi subscrito, do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e, do lado dos trabalhadores, pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, se mantinha em vigor no que respeitava às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, enquanto os sindicalizados no STAS e no SISEP pelo segundo.

Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefícios definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

Mas em 2020, foi celebrado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que revogou as convenções coletivas anteriormente subscritas. Este ACT, que vigorará por um período inicial de três anos, foi subscrito pelo Grupo MAPFRE e os sindicatos (STAS, SISEP e SINAPSA) representativos do setor.

Os colaboradores sindicalizados passaram automaticamente para este acordo, sendo que os restantes colaboradores não sindicalizados também aderiram ao mesmo.

30.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

O disposto no ACT/2020, no que diz respeito ao Plano Individual de Reforma (PIR), é muito semelhante ao que vigorava no ACT/2016. Todos os trabalhadores em efetividade de funções, beneficiam de um PIR em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à Companhia, conforme disposto na cláusula 52.º do ACT.

Este plano individual de reforma deverá prever garantia de capital e será materializado no produto que a Companhia definirá, desde que cumpra o disposto no ACT.

A Companhia efetuará anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor igual a 3,25% da retribuição base anual do trabalhador, a partir do momento em que este complete dois anos de prestação de serviço efetivo na empresa.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas aos exercícios de 2021 e anterior, apresentam-se no quadro abaixo:

Euros

Conceito	2021	2020
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	46.901,23	45.172,96
Total	46.901,23	45.172,96

A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto "Universal Life", com garantia de capital, na própria Companhia. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo VII do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

Dado que as apólices foram contratadas na própria Companhia, de acordo com os parágrafos 25 a 27 da IAS 19, o plano deverá continuar a ser tratado para efeitos contabilísticos de forma equivalente aos planos de benefícios definidos.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 82 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao ACT/2020.

30.2. Plano de benefícios definidos

a) Descrição geral do plano

Com a entrada em vigor do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego*, n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas, e tendo em conta que o mesmo foi subscrito pelos sindicatos representativos do setor e por todos os colaboradores não sindicalizados, o plano de benefícios definido que ainda vigorava para os colaboradores que tinham optado pelo CCT/2008, acabou por ser convertido para o Plano Individual de Reforma (PIR), conforme previsto no ACT/2020.

Sendo assim, a partir de 2020, deixa de existir um plano de benefícios definidos para os colaboradores ativos.

Além disso, durante a vigência do plano de benefícios definidos, nunca se verificou a reforma de nenhum colaborador abrangido pelo plano, pelo que a Companhia não tem qualquer responsabilidade com pensões em pagamento.

b) Veículo de financiamento utilizado

As apólices que estavam em vigor ao abrigo deste plano para os colaboradores no ativo, foram convertidas no Plano Individual de Reforma (PIR), conforme previsto no ACT/2020.

c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

Não existem ativos passados nos exercícios de 2021 e 2020.

d) Responsabilidade passada

Não existem responsabilidades passadas nos exercícios de 2021 e 2020.

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Euros

Conceito	Responsabilidades com pessoal no ativo	
	2021	2020
Valor responsabilidades janeiro	-	5.712,77
Extinção responsabilidade - novo ACT/2020	-	(5.712,77)
Custo serviço corrente	-	-
Custo dos juros	-	-
Resgates	-	-
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	-	-
Valor responsabilidades dezembro	-	-

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Euros

Conceito	Apólices universal life	
	2021	2020
Valor ativos janeiro	-	1.463,26
Conversão ativos - novo ACT/2020	-	(1.463,26)
Excesso/Insuficiência de cobertura - novos CCT/2008	-	-
Valor ativos dezembro	-	-

Euros

Conceito	Apólices universal life	
	2021	2020
Valor ativos janeiro	-	19.488,43
Conversão ativos - novo ACT/2020	-	(19.488,43)
Contribuições empresa	-	-
Resgates	-	-
Retorno ativos	-	-
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	-	-
Valor de ativos em dezembro	-	-

Euros

Conceito	Total de ativos	
	2021	2020
Valor ativos janeiro	-	20.951,69
Conversão ativos – novo ACT/2020	-	(20.951,69)
Excesso/Insuficiência de cobertura – novos CCT/2008	-	-
Contribuições da empresa	-	-
Resgates	-	-
Retorno ativos	-	-
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	-	-
Prestações pagas	-	-
Valor de ativos em dezembro	-	-

g) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

Euros

Conceito	Gasto reconhecido em resultados	
	2021	2020
Diferença ativo/responsabilidade - Conversão novo ACT/2020	-	15.238,92
Custo serviço corrente	-	-
Custo dos juros	-	-
Retorno ativos	-	-
Pagamentos	-	-
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	-	-
Total	-	15.238,92

A Companhia reconheceu, no exercício de 2020, em ganhos e perdas, uma perda de 15.238,92 euros, resultante da diferença entre o ativo e a responsabilidade que existiam à luz do plano de benefício definido e que foi convertido no Plano Individual de Reforma (PIR), de acordo com o novo ACT/2020. Não existiu qualquer gasto reconhecido em capital próprio, nos exercícios de 2021 e 2020.

h) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Euros

Conceito	2021	2020	2019
Valor das responsabilidades	0,00	0,00	5 712,77
Valor dos ativos	0,00	0,00	20 951,69
Excesso/(Insuficiência)	0,00	0,00	15 238,92
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	0,00	0,00	(1 065,87)
% sobre responsabilidades	-	-	(18,66%)
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	0,00	0,00	0,00
% sobre ativos	-	-	0,00%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

31 Rendimentos

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas, compreendem os juros dos títulos de dívida, dividendos de ações e juros de empréstimos sobre apólices, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Rendimentos/Réditos	2021		
	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	6.808.562,74	-	6.808.562,74
de juros de títulos de dívida	5.941.710,86	-	5.941.710,86
de dividendos de ações	199.924,70	-	199.924,70
de rendimento unidades de participação	10.954,75	-	10.954,75
de rendimento custo amortizado	655.972,43	-	655.972,43
De ativos classificados justo valor por via g&p	-	1.612.814,60	1.612.814,60
de juros de títulos de dívida	-	1.562.296,20	1.562.296,20
de rendimento custo amortizado	-	50.518,40	50.518,40
De outros	-	281,27	281,27
de empréstimos sobre apólices	-	281,27	281,27
Total	6.808.562,74	1.613.095,87	8.421.658,61

Euros

Rendimentos/Réditos	2020		
	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	7.712.818,84	-	7.712.818,84
de juros de títulos de dívida	6.617.944,39	-	6.617.944,39
de dividendos de ações	376.532,58	-	376.532,58
de rendimento unidades de participação	4.226,43	-	4.226,43
de rendimento custo amortizado	714.115,44	-	714.115,44
De ativos classificados justo valor por via g&p	-	1.350.950,99	1.350.950,99
de juros de títulos de dívida	-	1.338.492,13	1.338.492,13
de rendimento custo amortizado	-	12.458,86	12.458,86
De outros	-	1.133,72	1.133,72
de empréstimos sobre apólices	-	1.133,72	1.133,72
Total	7.712.818,84	1.352.084,71	9.064.903,55

32 Gastos Financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Gastos financeiros	2021			Total
	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	
Gasto custo amortizado	1.349.577,34	-	404.022,46	1.753.599,80
Perdas em passivos financeiros	-	58.409,33	-	58.409,33
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	-	-	835.673,44	835.673,44
Total	1.349.577,34	58.409,33	1.239.695,90	2.647.682,57

Euros

Gastos financeiros	2020			Total
	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	
Gasto custo amortizado	1.324.292,80	-	192.436,11	1.516.728,91
Perdas em passivos financeiros	-	65.509,45	-	65.509,45
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	-	-	414.939,45	414.939,45
Total	1.324.292,80	65.509,45	607.375,56	1.997.177,81

33 Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros

Ganhos e perdas em investimentos	2021		
	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos disponíveis para venda			
de títulos de dívida	75,97	2.236,18	(2.160,21)
de ações	362.174,46	218.514,64	143.659,82
Total	362.250,43	220.750,82	141.499,61

Euros

Ganhos e perdas em investimentos	2020		
	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos disponíveis para venda			
de títulos de dívida	1.497.667,78	361.646,35	1.136.021,43
de ações	1.968.197,35	1.726.390,22	241.807,13
Total	3.465.865,13	2.088.036,57	1.377.828,56

34 Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros

Ganhos e perdas em investimentos	2021		
	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.229.407,65	1.521.835,57	(292.427,92)
de títulos de dívida	302.748,41	1.521.835,57	(1.219.087,16)
de fundos de investimento	926.659,24	-	926.659,24
Juro técnico dos passivos financeiros	-	874.259,11	(874.259,11)
Total	1.229.407,65	2.396.094,68	(1.166.687,03)

Euros

Ganhos e perdas em investimentos	2020		
	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.129.839,40	243.843,72	1.885.995,68
de títulos de dívida	1.908.118,96	243.843,72	1.664.275,24
de fundos de investimento	221.720,44	-	221.720,44
Juro técnico dos passivos financeiros	-	132.340,22	(132.340,22)
Total	2.129.839,40	376.183,94	1.753.655,46

35 Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros		
Conceito	2021	2020
Outros rendimentos/gastos		
Gastos técnicos	(43.390,02)	(14.876,74)
Relativos ao ramo vida	(43.390,02)	(14.876,74)
Outros	(43.390,02)	(14.876,74)
Rendimentos técnicos	17.563,09	6.828,06
Relativos ao ramo vida	17.563,09	6.828,06
Outros	17.563,09	6.828,06
Total	(25.826,93)	(8.048,68)

36 Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros		
Conceito	2021	2020
Ajustamentos do exercício		
Ajustamentos de recibos por cobrar	(15.934,89)	(5.663,72)
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-	-
Total	(15.934,89)	(5.663,72)

37 Outros Rendimentos e Gastos

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	Euros	
Conceito	2021	2020
Outros rendimentos/gastos		
Outros gastos	(78.708,94)	(99.494,71)
Gastos e perdas não correntes	(44.721,68)	(84.235,26)
Ofertas a clientes	(1.746,86)	(5.633,25)
Multas e penalidades	(44,50)	(69,59)
Outros gastos	(42.930,32)	(78.532,42)
Gastos e perdas financeiras	(33.987,26)	(15.259,45)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas financeiras	(33.987,26)	(15.259,45)
Perdas em outros ativos tangíveis	-	-
Outros rendimentos	222.522,15	348.486,42

	Euros	
Conceito	2021	2020
Rendimentos e ganhos não correntes	139,49	3.489,26
Restituição de impostos	-	-
Outros	139,49	3.489,26
Rendimentos e ganhos financeiros	222.382,66	344.997,16
Juros obtidos	6.037,29	6.160,86
Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros	216.345,37	338.836,30
Outros	-	-
Ganhos com benefícios pós-emprego	-	-
Total	143.813,21	248.991,71

38 Relato por Segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio, baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Rendas, Risco, Mistos, Universal Life, Capitalização e Reforma (inclui PPR).

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada, tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios de contratos de seguros e de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentavam, no exercício de 2021 e no exercício anterior, a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Euros

Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	2021					
	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	Reforma
Contratos de seguro	0%	46%	8%	8%	1%	37%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	100%	0%

Euros

Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	2020					
	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	Reforma
Contratos de seguro	1%	26%	7%	7%	36%	23%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	97%	3%

Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia, para os exercícios de 2021 e 2020:

Euros

Conta de ganhos e perdas	2021			
	Ramos vida global	Rendas, risco, mistos e U.Life	Capitalização	Reforma
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	21.518.824,96	12.589.697,49	128.330,90	8.800.796,57
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	36.130.164,44	10.768.873,66	15.066.735,91	10.294.554,87
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(15.400.310,78)	(3.403.719,93)	(11.660.749,45)	(335.841,40)
Participação nos resultados líquida de resseguro	601.795,21	498.062,51	-	103.732,70
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(3.495.181,64)	-	(3.495.181,64)	-
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	7.549.800,43	5.202.314,30	1.346.893,50	1.000.592,63
Rendimentos financeiros	8.421.658,61	2.370.500,14	3.302.827,72	2.748.330,75
Gastos financeiros	2.647.682,57	790.488,59	1.218.299,49	638.894,49
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	141.499,61	49.859,11	259,73	91.380,77
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.166.687,03)	-	(1.166.687,03)	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(25.826,93)	(28.934,71)	1.560,78	1.547,00
Outras provisões (variação)	(15.934,89)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	143.813,21	-	-	-
Resultado antes de impostos	1.015.267,09	1.125.102,90	(209.705,71)	(59.878,20)
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos correntes	260.527,06			
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos diferidos	-			
Resultado depois de impostos	754.740,03	1.125.102,90	(209.705,71)	(59.878,20)

Euros

Conta de ganhos e perdas	2020			
	Ramos vida global	Rendas, risco, mistos e U.Life	Capitalização	Reforma
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	31.680.872,70	11.868.231,25	12.203.246,43	7.609.395,02
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	45.147.294,35	10.577.191,27	4.647.344,08	29.922.759,00
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(25.769.402,49)	(2.799.980,68)	(1.980.700,59)	(20.988.721,22)
Participação nos resultados líquida de resseguro	1.205.935,48	584.112,10	-	621.823,38
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	11.943.793,43	-	11.943.793,43	-
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	5.867.200,92	3.830.409,66	666.645,59	1.370.145,67
Rendimentos financeiros	9.064.903,55	2.724.057,65	3.126.319,09	3.214.526,81
Gastos financeiros	1.997.177,81	566.243,41	873.339,43	557.594,97
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.377.828,56	104.454,34	206.673,23	1.066.700,99
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.753.655,46	-	1.753.732,09	(76,63)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(8.048,68)	(4.719,69)	(951,85)	(2.377,14)
Outras provisões (variação)	(5.663,72)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	248.991,71	-	-	-
Resultado antes de impostos	3.731.867,52	1.934.047,79	1.138.597,05	404.567,25
Imposto s/rendimento do exercício-impostos correntes	846.622,86			
Imposto s/rendimento do exercício-impostos diferidos	-			
Resultado depois de impostos	2.885.244,66	1.934.047,79	1.138.597,05	404.567,25

Nos exercícios de 2021 e de 2020, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação não é alvo de análise por parte da Companhia. Neste sentido não é regularmente preparada.

39 Entidades Relacionadas

39.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do Grupo

A MAPFRE nasceu em 1933 como “**Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España**”, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de **Assistência e Resseguro** como pontas de lança do negócio de **Seguros**. Em 1975 inicia as suas atividades a “FUNDACIÓN MAPFRE” e nos anos 80, MAPFRE – que já era a **primeira entidade seguradora de Espanha** – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante **esforço de investimento**, que culminou nos anos 90 com a criação de uma **rede de seguro** que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano de 2000, começou-se a sentir a **aceleração do crescimento** das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma **reorganização** que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A “FUNDACIÓN MAPFRE”, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Em 2007, começou a impulsionar-se a expansão do Grupo, com uma aposta na **diversificação geográfica** e por **mercados de elevado potencial de crescimento**, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012 **Antonio Huertas** assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

- A MAPFRE é a **seguradora de referência no mercado espanhol** e a **maior multinacional seguradora na América Latina**. É um dos **15 maiores grupos europeus em volume de negócio**.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de **30 milhões de clientes**, **33.000 empregados de cerca de 90 nacionalidades**.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid e Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. é uma das sociedades do Grupo que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., e esta última detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

39.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

39.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE, das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Euros

Administrador	Grupo MAPFRE
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Luis Anula Rodriguez	MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A. e MAPFRE SANTANDER PORTUGAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
Vitor Manuel da Silva Reis	
Javier del Río Martín	MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; BANKINTER SEGUROS GENERALES, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS; MAPFRE AUTOMOCIÓN, S.A.; SANTANDER MAPFRE – Seguros Y REASEGUROS, S.A.
Pedro Ribeiro e Silva	MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A. e MAPFRE SANTANDER PORTUGAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

39.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

Apresentam-se de seguida, as operações ocorridas com todas as entidades relacionadas e saldos do exercício:

Euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2021	2020	2021	2020
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	409.044,70	177.194,02	258.909,10	242.624,84
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	1.599,84	2.572,75	-	-
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	323.669,44	342.705,97	-	-
Total	734.313,98	522.472,74	258.909,10	242.624,84

Euros

Conceito	Operações Gerais	
	2021	2020
Saldos a receber e a pagar	6.160,61	(7.016.811,53)
Depósitos	(,04)	-
Total	6.160,57	(7.016.811,53)

As operações de resseguro efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Resseguro Cedido	
	2021	2020
Prémios	2.219.121,29	1.487.130,97
Sinistros recebidos	564.130,58	799.619,75
Variação de provisões técnicas	668.944,98	140.602,26
Comissões	363.991,08	300.390,59
Juros sobre depósitos	-	-

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Resseguro Cedido	
	2021	2020
Saldos a receber e a pagar	(206.000,07)	240.756,38
Provisões técnicas	2.279.483,40	1.887.296,80
Total	2.073.483,33	2.128.053,18

Entidade	Tipo de Relação/Transação	Saldo em 31-12-2021			Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e Perdas			Balanço	Custo	Proveito	
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros			Provisões técnicas
EM PORTUGAL											
MAPFRE – SEGUROS GERAIS	Seguradora/Segurado									59.057,19	193.210,85
	Pagamentos/Recebimentos lançados em conta corrente		7.208,81							42.800,98	
MAPFRE SANTANDER SEGUROS	Seguradora/Segurado										914,90
	Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente										
MAPFRE ASSISTENCIA	Seguradora/Segurado										43.086,08
	Resseguradora			(44.572,52)	526.960,97	348.208,85	0,00		3.754,13		.
MAPFRE VIDA SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	Seguradora/Segurado										1.120,81
	Proprietário/Arrendatário		(133,32)							1.599,84	
IBEROASSISTENCIA	Seguradora/Segurado										16.986,69
	Prestação de serviços Assistência/Apoio Telefónico Sim24		(191,01)							37.708,06	
MAPFRE RE	Seguradora/Segurado										3.589,77
	Resseguradora			(20.684,36)	67.901,38	147,75	0,00		2.578,66		
EM ESPANHA											
MAPFRE INVERSION	Entidade gestora dos investimentos financeiros da MAPFRE – Seguros de Vida	(0,04)	0,00							36.192,56	
MAPFRE ASSET MANAGEMENT	Prestação serviços de gestão dos investimentos financeiros									287.476,88	
MAPFRE RE	Resseguradora			(140.743,19)	1.624.258,94	15.634,48	1.233.075,56		2.273.150,61		
MAPFRE SA	Prestação serviços no âmbito da formação									4.100,30	
MAPFRE ESPANA	Prestação serviços no âmbito da formação									90.645,95	
MAPFRE TECH	Prestação serviços no âmbito informatico		0,00							174.732,22	
Total		(0,04)	6.884,48	(206.000,07)	2.219.121,29	363.991,08	1.233.075,56	0,00	2.279.483,40	734.313,98	258.909,10

40 Divulgações Relativas aos Riscos

Resultantes de Contratos de Seguro

40.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

a) Sensibilidade ao risco

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no “Market Consistent Embedded Value”. O valor implícito obtém-se adicionando ao património líquido ajustado o valor atual dos lucros futuros e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos friccionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano.

Existe alguma sensibilidade dos resultados obtidos a alguns dos pressupostos usados, mais concretamente:

- Uma diminuição dos investimentos teria um impacto muito significativo, podendo reduzir o *Value In-Force* (VIF), restringindo-se aos contratos de seguro;
- Uma descida da rentabilidade dos ativos financeiros em um ponto percentual pode reduzir o “VIF”, sobretudo pelo impacto que tem nos produtos financeiros e nas rendas vitalícias.

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no "VIF":

Euros

Variação	2021		
	Contratos seguro	Contratos de investimento	Total
"Value In-Force" (VIF) do negócio	34.104.880,37	3.317.835,79	37.422.716,16
Diminuição de 10% nos investimentos financeiros	(365.086,98)	-	(365.086,98)
Diminuição de 1 p.p. na rentabilidade financeira	(1.747.629,24)	38.366,91	(1.709.262,33)

Euros

Variação	2020		
	Contratos seguro	Contratos de investimento	Total
"Value In-Force" (VIF) do negócio	33.238.156,24	363.738,25	33.601.894,49
Diminuição de 10% nos investimentos financeiros	(1.556.324,61)	-	(1.556.324,61)
Diminuição de 1 p.p. na rentabilidade financeira	(1.487.661,57)	20.122,53	(1.467.539,04)

b) Sensibilidade dos passivos à taxa de juro

A partir dos fluxos do "Market Consistent Embedded Value" (sem gastos de administração), foram determinadas as TIRs implícitas nas reservas de balanço, por modalidade. Foi aplicado um incremento/decremento de 1 p.p. a estas TIR's e recalculada a reserva com base nos fluxos e na nova TIR. Neste recálculo, consideram-se excluídos os produtos puros de risco e ainda aqueles cujo risco é por conta do tomador.

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no resultado antes de impostos:

Euros

Variação	2021	
	Impacto no resultado antes de impostos	
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	10.361.300,73	
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	(11.904.273,72)	

Euros

Variação	2020	
	Impacto no resultado antes de impostos	
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	9.856.918,13	
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	(11.239.502,94)	

c) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros

Rubrica	2021						
	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	Reforma	Total
Prémios brutos emitidos	27.439,64	10.970.709,77	1.818.439,36	1.977.359,24	128.330,90	8.800.796,57	23.723.075,48
Prémios de resseguro cedido	-	2.209.723,07	4.795,30	4.602,92	-	-	2.219.121,29
% Composição da carteira	0,1%	46,2%	7,7%	8,3%	0,5%	37,1%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	79,9%	99,7%	99,8%	100,0%	100,0%	90,6%

Euros

Rubrica	2020						
	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	Reforma	Total
Prémios brutos emitidos	286.918,37	8.612.285,92	2.228.847,94	2.433.346,15	12.203.246,43	7.609.395,02	33.374.039,83
Prémios de resseguro cedido	-	1.475.785,70	6.144,92	5.200,35	-	-	1.487.130,97
% Composição da carteira	0,9%	25,8%	6,7%	7,3%	36,6%	22,8%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	82,9%	99,7%	99,8%	100,0%	100,0%	95,5%

Contratos de resseguro		2021		
		Risco	Mistos	Universal life
	Quota Parte	✓		
Proporcional	Excedente	✓	✓	✓
	Facultativo	✓		
Não Proporcional	XL – Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓

Contratos de resseguro		2020		
		Risco	Mistos	Universal life
	Quota Parte	✓		
Proporcional	Excedente	✓	✓	✓
	Facultativo	✓		
Não Proporcional	XL – Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios brutos emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

40.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

a) Risco de crédito

Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 17% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 56% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 73% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. detêm 27% da carteira da Companhia, e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando existem valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Euros

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2021	2020
Provisão para sinistros	2.312.570,27	1.710.543,54
Provisão para prémios não adquiridos	207.771,24	176.753,26
Créditos por operações de resseguro cedido	-	272.607,03
Dívidas por operações de resseguro cedido	(208.393,68)	(34.244,26)
Total da posição líquida	2.311.947,83	2.125.659,57

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Euros

Classificação creditícia de resseguradores	Valor contabilístico	
	2021	2020
A	2.073.483,33	2.125.659,57
BBB	-	-
Sem classificação creditícia	238.464,50	-
Total da posição líquida	2.311.947,83	2.125.659,57

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, a maioria dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez.

Os calendários estimados de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros, encontram-se nos quadros seguintes relativos aos exercícios de 2021 e 2020:

Euros

Conceito	2021						
	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão matemática	24.730.567,81	36.146.781,84	33.360.289,63	23.411.209,59	16.899.389,58	101.819.501,68	236.367.740,13
Provisão para sinistros	14.264.629,68	-	-	-	-	-	14.264.629,68
Provisão para participação nos resultados	225.223,78	270.588,88	679.581,58	414.045,31	500.155,46	1.063.314,90	3.152.909,91
Provisão para prémios não adquiridos	1.056.153,52	-	-	-	-	-	1.056.153,52
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2.684.443,41	3.382.583,43	3.132.943,69	2.804.578,36	2.736.942,70	28.727.126,39	43.468.617,98
Dividas por operações de seguro direto	1.159.412,45	-	-	-	-	-	1.159.412,45
Dividas por operações de resseguro	208.393,68	-	-	-	-	-	208.393,68
Total da posição líquida	44.328.824,33	39.799.954,15	37.172.814,90	26.629.833,26	20.136.487,74	131.609.942,97	299.677.857,35

Euros

Conceito	2020						
	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão matemática	32.531.825,54	30.126.803,11	39.876.746,50	33.887.533,46	22.660.322,15	99.536.323,50	258.619.554,26
Provisão para sinistros	10.061.716,03	-	-	-	-	-	10.061.716,03
Provisão para participação nos resultados	1.502.340,13	196.558,04	363.353,49	243.007,05	296.713,62	686.606,82	3.288.579,16
Provisão para prémios não adquiridos	1.084.806,52	-	-	-	-	-	1.084.806,52
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	991.704,87	873.397,92	869.168,43	695.794,91	588.026,11	4.552.962,56	8.571.054,80
Dividas por operações de seguro direto	1.353.771,80	-	-	-	-	-	1.353.771,80
Dividas por operações de resseguro	34.244,26	-	-	-	-	-	34.244,26
Total da posição líquida	47.560.409,15	31.196.759,07	41.109.268,42	34.826.335,42	23.545.061,88	104.775.892,88	283.013.726,83

40.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

A Companhia dispõe, anualmente, de um estudo atuarial pormenorizado dos produtos em carteira, com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR/IBNER concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo Atuário Responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo Atuário Responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada, por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

40.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para o conjunto de ramos da carteira da Companhia, relativos aos exercícios de 2021 e 2020:

2021	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	83%
Rácio de despesas	35%
Rácio combinado	118%

* Calculados líquidos de resseguro cedido

2020	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	103%
Rácio de despesas	18%
Rácio combinado	121%

* Calculados líquidos de resseguro cedido

41 Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros

41.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- Risco de taxa de juro – A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.
- Risco de câmbio – A exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.
- Outros riscos de mercado – Relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de Atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

41.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia das emissões de valores de títulos de dívida:

Euros

Classificação creditícia das emissões	2021			
	Valor mercado			Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	-	-	-	-
AA	302.366,10	6.535.830,76	-	6.838.196,86
A	55.961.070,87	1.216.866,32	500.204,04	57.678.141,23
BBB	154.166.605,57	40.491.255,73	10.658.567,96	205.316.429,26
BB ou menor	-	-	-	-
NR	-	-	916.526,16	916.526,16
Total	210.430.042,54	48.243.952,81	12.075.298,16	270.749.293,51

Euros

Classificação creditícia das emissões	2020			
	Valor mercado			Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	-	-	-	-
AA	304.699,47	8.662.984,95	-	8.967.684,42
A	61.670.290,28	1.164.450,27	-	62.834.740,55
BBB	162.373.499,07	47.639.849,46	9.887.386,00	219.900.734,53
BB ou menor	-	-	-	-
NR	-	-	-	-
Total	224.348.488,82	57.467.284,68	9.887.386,00	291.703.159,50

b) Risco de câmbio

No seguinte quadro, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Euros

2021					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos	Total
Euro	5.826.038,87	46.375.586,62	270.749.293,51	153.075,14	323.103.994,14
Franco Suíço	206.751,33	-	-	-	206.751,33
Libras	-	-	-	-	-
Total	6.032.790,20	46.375.586,62	270.749.293,51	153.075,14	323.310.745,47

Euros

2020					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos	Total
Euro	7.579.057,25	12.231.510,29	291.703.159,50	200.159,32	311.713.886,36
Franco Suíço	408.096,40	-	-	-	408.096,40
Libras	53.670,95	-	-	-	53.670,95
Total	8.040.824,60	12.231.510,29	291.703.159,50	200.159,32	312.175.653,71

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se, entre outros, os indicadores da duração modificada para instrumentos financeiros de rendimento fixo e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro.

No quadro abaixo detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Euros

Tipo de ativo	Saldo final	2021						Taxa de juro	Duração modificada
		Vencimento a:							
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas									
Títulos de dívida	57.730.424,53	5.358.457,70	-	9.435.433,86	15.374.590,18	10.453.515,06	17.108.427,73	2,0182	3,5169
Ativos financeiros disponíveis p/venda									
Títulos de dívida	213.018.868,98	25.997.201,80	31.494.922,47	24.642.541,31	32.155.918,93	12.420.994,12	86.307.290,35	2,7531	5,0129
Total	270.749.293,51	31.355.659,50	31.494.922,47	34.077.975,17	47.530.509,11	22.874.509,18	103.415.718,08	-	-

Euros

Tipo de ativo	Saldo final	2020						Taxa de juro	Duração modificada
		Vencimento a:							
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas									
Títulos de dívida	65.860.602,92	5.145.189,99	5.378.955,40	-	9.889.151,55	16.247.617,14	29.199.688,84	2,0125	4,5130
Ativos financeiros disponíveis p/venda									
Títulos de dívida	225.842.556,58	15.950.715,82	24.898.561,15	32.407.475,18	24.848.128,61	35.378.349,81	92.359.326,01	3,0012	5,5040
Total	291.703.159,50	21.095.905,81	30.277.516,55	32.407.475,18	34.737.280,16	51.625.966,95	121.559.014,85	-	-

No quadro que se segue, mostra-se os impactos estimados com base na duração média modificada do risco, resultante das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Euros

Capital próprio	2021	2020
Capital próprio	47.703.749,97	50.209.484,53
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	(5.724.507,59)	(6.686.832,12)
Capital próprio após o impacto	41.979.242,38	43.522.652,41
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	5.724.507,59	6.686.832,12
Capital próprio após o impacto	53.428.257,56	56.896.316,65

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

Euros

2021		
Tipo de ativo	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	52.408.376,82	13.186.085,14

Euros

2020		
Tipo de ativo	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	20.272.334,89	8.143.000,00

d) Risco de concentração

No quadro abaixo, apresenta-se a exposição, por setor, do total das participações financeiras à data de encerramento das contas dos exercícios de 2021 e 2020:

Euros

Setor de atividade	2021	2020
Dívida pública e outros emissores públicos	210.430.042,54	224.348.488,82
Instituições financeiras	95.852.269,02	71.028.892,84
Industriais	4.954.643,22	4.773.055,27
Energia & Meio Ambiente	4.028.698,51	4.255.955,57
Petrolíferas	3.841.489,07	4.145.970,02
Comunicações	1.917.331,13	2.197.430,70
Saúde	916.526,16	-
Distribuição	414.455,31	378.283,08
Construção	343.951,25	343.063,48
Consultadoria	304.927,64	310.845,97
Transportes	153.336,48	30.456,00
Investigação e Desenvolvimento	-	163.052,64
Total	323.157.670,33	311.975.494,39

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e os fluxos prováveis de entradas e saídas apresentam os seguintes valores ao encerramento dos exercícios de 2021 e 2020:

Euros

Conceito	2021						
	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.704.329,08	-	-	-	-	-	7.704.329,08
Ativos financeiros disponíveis para venda	36.503.922,33	41.965.148,06	39.083.268,56	47.036.655,11	22.928.850,75	141.428.083,82	328.945.928,63
Empréstimos concedidos e contas a receber	16.505,84	20.530,53	17.030,20	3.438,63	8.975,54	86.619,20	153.099,94
Contas a receber por operações de seguro direto	3.442.039,93	-	-	-	-	-	3.442.039,93
Contas a receber por operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	47.666.797,18	41.985.678,59	39.100.298,76	47.040.093,74	22.937.826,29	141.514.703,02	340.245.397,58
Passivo							
Provisão Matemática	24.730.567,81	36.146.781,84	33.360.289,63	23.411.209,59	16.899.389,58	101.819.501,68	236.367.740,13
Provisão para sinistros	14.264.629,68	-	-	-	-	-	14.264.629,68
Provisão para Participação nos Resultados	225.223,78	270.588,88	679.581,58	414.045,31	500.155,46	1.063.314,90	3.152.909,91
Provisão para Prémios não Adquiridos	1.056.153,52	-	-	-	-	-	1.056.153,52
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2.684.443,41	3.382.583,43	3.132.943,69	2.804.578,36	2.736.942,70	28.727.126,39	43.468.617,98
Dívidas por operações de seguro direto	1.159.412,45	-	-	-	-	-	1.159.412,45
Dívidas por operações de resseguro	208.393,68	-	-	-	-	-	208.393,68
Total do passivo	44.328.824,33	39.799.954,15	37.172.814,90	26.629.833,26	20.136.487,74	131.609.942,97	299.677.857,35

2020							
Conceito	Seguro direto						Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.788.656,28	-	-	-	-	-	7.788.656,28
Ativos financeiros disponíveis para venda	42.597.171,83	36.298.613,28	41.463.476,39	35.955.386,62	47.187.209,98	110.019.181,75	313.521.039,85
Empréstimos concedidos e contas a receber	46.922,82	16.505,84	19.421,53	13.675,20	3.438,63	100.293,74	200.257,76
Contas a receber por operações de seguro direto	2.452.309,04	-	-	-	-	-	2.452.309,04
Contas a receber por operações de resseguro	272.607,03	-	-	-	-	-	272.607,03
Total do ativo	53.157.667,00	36.315.119,12	41.482.897,92	35.969.061,82	47.190.648,61	110.119.475,49	324.234.869,96
Passivo							
Provisão Matemática	32.531.825,54	30.126.803,11	39.876.746,50	33.887.533,46	22.660.322,15	99.536.323,50	258.619.554,26
Provisão para sinistros	10.061.716,03	-	-	-	-	-	10.061.716,03
Provisão para Participação nos Resultados	1.502.340,13	196.558,04	363.353,49	243.007,05	296.713,62	686.606,82	3.288.579,16
Provisão para Prémios não Adquiridos	1.084.806,52	-	-	-	-	-	1.084.806,52
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	991.704,87	873.397,92	869.168,43	695.794,91	588.026,11	4.552.962,56	8.571.054,80
Dívidas por operações de seguro direto	1.353.771,80	-	-	-	-	-	1.353.771,80
Dívidas por operações de resseguro	34.244,26	-	-	-	-	-	34.244,26
Total do passivo	47.560.409,15	31.196.759,07	41.109.268,42	34.826.335,42	23.545.061,88	104.775.892,88	283.013.726,83

42 Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital

42.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão de riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais),

assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às Atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões setoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o "rating A" da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- Minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se descritas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- Comissão de Gestão de Riscos e Solvência: deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão

de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);

- Comissão Crescimento Todos os Canais, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;
- Comissão Reequilíbrio Técnico, no qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- Comissão de Operações: realiza o seguimento de projetos de adequação do Back Office, dos seus processos e do seu modelo de governação;
- Comissão Estratégica de Tecnologias: analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- Comissão de Segurança e Meio Ambiente: define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE;
- Grupo de Trabalho de Alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2021.

Por outro lado, a área Financeira procede, mensalmente, ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição, a todos os colaboradores, de remuneração variável, indexada ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados.

42.2. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura os seguintes temas:

A quantificação global da exposição aos riscos;

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades, de uma forma racional e objetiva, dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos, no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da Atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento, acrescido de uma margem de 10%. O Capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos;

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos;

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização;

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional;

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75%, é obrigatoriamente elaborado um plano de ação com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidades dos riscos operacionais apurados em 2021, não existindo nenhum superior a 75%:

Processo	Índice de criticidade associado	
	2021	2020
Geral	62,66	62,76
Desenvolvimento de produtos	58,87	58,87
Emissão	65,13	65,33
Sinistros	60,65	60,77
Gestão Administrativa	58,07	58,17
Atividades Comerciais	62,72	62,78
Recursos Humanos	46,26	46,26
Comissões	60,74	60,74
Co-Seguro/Resseguro	67,26	67,56
Provisões Técnicas	47,79	47,60
Investimentos	66,83	66,83
Sistemas Tecnológicos	69,75	69,98
Atendimento ao Cliente	70,11	70,33

42.3. Gestão do risco de epidemia por Covid-19

Durante este ano em que convivemos com a epidemia desencadeada pela Covid-19, soubemos gerir a situação e adaptar-nos aos constantes desafios que foram sendo colocados, sempre com o propósito de minimizar os seus impactos no funcionamento e património da empresa.

O Plano de Continuidade de Negócio, cuja ativação ocorreu em 2020, demonstrou a sua robustez e adequação às necessidades, permitindo manter a operação da Companhia sem qualquer interrupção ou perda de qualidade de serviço. Por outro lado, a elevada solvência da empresa, permitiu e permitirá encarar com uma certa tranquilidade os cenários de stress que ainda possam advir, por mais exigentes que se revelem.

Posto isto, o Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

42.4. Gestão do risco inerente ao conflito na Ucrânia

Em resposta ao atual conflito na Ucrânia, vários países anunciaram sanções económicas sobre a Rússia e Bielorrússia. Estas sanções estão a ser implementadas num curto espaço de tempo e poderão abranger outros indivíduos, outras entidades e uma maior abrangência de bens e serviços.

Os impactos económicos resultantes do conflito podem revestir-se de várias naturezas, tais como: 1) disrupção significativa de operações na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia; 2) desafios de liquidez resultantes das sanções económicas aplicadas; 3) efeitos específicos nos setores da Banca, serviços financeiros, energia, entre outros resultantes das sanções aplicadas; e 4) aumento da incerteza na economia global. Estes eventos e as condições de mercado atuais podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras das entidades.

O Conselho de Administração da Companhia tem implementado um conjunto de controlos internos relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, bem como face a sanções e embargos internacionais, que incluem a análise e verificação de clientes, investimentos e contrapartes contra as listas de sanções internacionais comumente aceites e mandatórias, ao longo de seu processo de aceitação de clientes e monitorização de transações.

Como consequência do acima mencionado, em linha com o regularmente já desenvolvido, a Companhia encontra-se a realizar procedimentos de atualização da sua carteira de investimentos e contrapartes, tendo por base as atualizações mais recentes das listas de sanções internacionais verificadas.

Até à data, a Companhia não detetou situações materialmente relevantes nas suas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021. Não obstante, o Conselho de Administração continuará a acompanhar este processo durante o exercício de 2022.

43 Elementos Extrapatrimoniais

Nada a divulgar.

44 Acontecimentos após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores

Para além dos temas identificados nos pontos 42.3. e 42.4., não existem outros eventos subsequentes que devam ser divulgados.

45 Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

45.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

Covid-19 – Concessões de rendas, Alteração à IFRS 16

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Covid-19 – Concessões de rendas”, que alterou a IFRS 16 Locações. Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com a Covid-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido. A alteração deverá ser aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020.

Em 2021, o IASB, estendeu o expediente prático por 12 meses – ou seja, permitindo que os locatários o apliquem a concessões de renda para as quais qualquer redução nos pagamentos da locação afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

As alterações de 2021 são efetivas para períodos de relatório anuais com início em ou após 1 de abril de 2021. Os locatários podem aplicá-las antecipadamente. As alterações de 2021 são aplicadas retrospectivamente com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido em resultados transitados. Os requisitos de divulgação do Parágrafo 28 (f) 1 da IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros não se aplicam na aplicação inicial.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Reforma de referenciais de Taxa de Juro (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)

Em agosto de 2020, o IASB emitiu a Reforma de Referência da Taxa de Juros – Fase 2, que altera a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Locações.

O objetivo das alterações é ajudar as entidades a fornecer informações úteis aos utilizadores das demonstrações financeiras e apoiar os preparadores na aplicação das Normas IFRS quando são feitas alterações nos fluxos de caixa contratuais ou relações de cobertura, como resultado da transição de uma taxa de referência IBOR para taxas de referência alternativas, no contexto da reforma das taxas sem risco em curso ('reforma do IBOR').

As alterações são o resultado da segunda fase do projeto do IASB que trata dos impactos contabilísticos da reforma do IBOR, que originou a Reforma do Referencial da Taxa de Juro (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) emitida pelo IASB em 26 de setembro 2019. Elas complementam a primeira fase do projeto que tratou dos impactos contabilísticos de pré-substituição da reforma do IBOR e que foram emitidos pelo IASB em 2019.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

45.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações

Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)

Em maio de 2020, o IASB emitiu "Referências à Estrutura Conceptual", alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios. As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018. As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em "Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS", emitidas em março de 2018.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Em maio de 2020, o IASB emitiu "Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do Uso Pretendido", que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis. As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

Face à atividade da Companhia, esta alteração não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato”, que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo. As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a sua aplicação antecipada.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

Melhoramentos do ciclo 2018-2020

Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018–2020 contendo as seguintes alterações às IFRSs: (a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou *joint venture*, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com

base na respetiva data de transição para as IFRS; (b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9); (c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e (d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.

As alterações serão aplicadas para períodos anuais que iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013)

introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio, cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos, são reconhecidos em resultados

em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação, incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de "detido até à maturidade", "disponível para venda" e "contas a receber e pagar".

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas" que substituirá o atual modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por "prova objetiva de imparidade"), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016 e atualizada em 25 de junho de 2020) permite que uma empresa de seguros, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2023.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar n.º3/2018-R emitida pela ASF.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu, em 18 de maio de 2017, uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

A Companhia está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras em conjunto com os impactos decorrentes da introdução da IFRS 9.

45.3. Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu, em 23 de janeiro de 2020, uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente. As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam: (a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relato; (b) esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá seu direito de adiar a liquidação; (c) esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e (d) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023, mas não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas

Na sequência de feedback obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as entidades a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Efetuando julgamentos de materialidade.

As principais alterações à IAS 1 incluem: (i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas, (ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são

igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e (iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.

O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material:

“A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.”

As alterações entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas

O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas, das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.

As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.

As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas prospectivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relato anual ao qual a entidade aplica as alterações.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

O IASB emitiu alterações à IAS 12 – 'Impostos sobre o Rendimento', em 7 de maio de 2021. As alterações exigem que as entidades reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Em determinadas circunstâncias, as entidades estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as entidades reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as entidades são obrigadas a reconhecer

impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.

As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.

Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro: aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação Comparativa

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao âmbito dos requisitos de transição da IFRS 17 – Contratos de Seguro, proporcionando às empresas de seguros uma opção com o objetivo de melhorar a utilidade das informações para os investidores na aplicação inicial da nova Norma. A alteração não afeta quaisquer outros requisitos da IFRS 17.

A IFRS 17 e a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros têm requisitos diferentes de transição. Para algumas empresas de seguros, estas diferenças podem causar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa que apresentam nas demonstrações financeiras ao aplicar a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez.

A alteração ajudará as empresas de seguros a evitar esses desfasamentos contabilísticos temporários e, portanto, aumentará a utilidade da informação comparativa para os investidores.

A IFRS 17, incluindo esta alteração, é efetiva para os períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

Lisboa, 29 de março de 2022

Filipe Tempero
Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Luis Anula Rodriguez
(Presidente)

Vítor Manuel da Silva Reis
(Vice-Presidente)

Javier del Río Martín
(Vogal)
(representado por Luis Anula Rodriguez)

Pedro Ribeiro e Silva
(Vogal – Secretário)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
1. - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES								
	1.1. - Títulos nacionais							
	1.1.1. - Partes de capital em filiais							
	1.1.2. - Partes de capital em associadas							
	1.1.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. - Outros títulos em filiais							
	1.1.10. - Outros títulos em associadas							
	1.1.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. - Títulos estrangeiros							
	1.2.1. - Partes de capital em filiais							
	1.2.2. - Partes de capital em associadas							
	1.2.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. - Outros títulos em filiais							
	1.2.10. - Outros títulos em associadas							

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.							
	2. - OUTROS							
	2.1. - Títulos nacionais							
	2.1.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. - Acções							
	Subtotal							
	2.1.1.2. - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. - Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. - Títulos de dívida							
	2.1.2.1. - De dívida pública							
PTOTE50E0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		1.282.000,00	105,80		1.356.419,90	151,03	1.936.140,90
PTOEA0E0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		19.014.500,00	114,95		21.857.380,94	111,16	21.137.349,47
PTOTEBOE0020	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.484.000,00	105,61		5.791.890,94	165,61	9.082.108,38
PTOTECO0E0037	REPÚBLICA DE PORTUGAL 1 4/2052		320.000,00	92,48		295.948,80	91,81	293.781,56
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		25.123.000,00	98,04		24.629.442,92	112,99	28.385.358,11
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		10.200.000,00	118,63		12.100.404,55	118,24	12.060.371,34
PTOTEROE0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		4.912.000,00	108,19		5.314.368,86	133,00	6.532.913,84
PTOTESOE0013	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		7.385.000,00	99,01		7.311.527,85	102,75	7.588.056,65
PTOTETOE0012	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		5.405.000,00	106,61		5.762.047,19	115,68	6.252.624,02
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		18.080.000,00	104,40		18.875.623,72	125,67	22.720.983,93
PTOTEVOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,125 10/2028		1.600.000,00	112,12		1.793.884,00	114,52	1.832.370,49
PTOTEWOE0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,25 4/2034		875.000,00	119,73		1.047.650,00	120,61	1.055.338,48
PTOTEXO0024	REPÚBLICA DE PORTUGAL 1,95 6/2029		4.380.000,00	114,69		5.023.526,10	114,46	5.013.514,14
	Subtotal	0	104.060.500,00			111.160.115,77		123.890.911,31
	2.1.2.2. - De outros emissores públicos							
	Subtotal							

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2.1.2.3. – De outros emissores							
PTNOSFOM0000	NOS SGPS S.A. 1,125 5/2023		1.100.000,00	99,76		1.097.372,56	101,92	1.121.066,70
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZACAO DE CRED 0 1/2022		1.741.050,90	102,32		1.781.442,79	101,27	1.763.107,45
	Subtotal		2.841.050,90			2.878.815,35		2.884.174,15
	Subtotal 2.1.2.	0	106.901.550,90			114.038.931,12		126.775.085,46
	Subtotal 2.1.	0	106.901.550,90			114.038.931,12		126.775.085,46
	2.2. – Títulos estrangeiros							
	2.2.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1. – Acções							
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	920			100,27	92.249,23	153,32	141.054,40
NL0000235190	AIRBUS GROUP SE	890			66,02	58.757,18	112,36	100.000,40
DE0008404005	ALLIANZ SE	557			200,29	111.561,20	207,65	115.661,05
ES0109067019	AMADEUS IT GROUP S.A.	637			55,62	35.428,79	59,64	37.990,68
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	1.089			46,88	51.048,46	53,17	57.902,13
NL0010273215	ASML HOLDING NV	735			212,53	156.205,93	706,70	519.424,50
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA SA	37.569			2,91	109.173,14	5,25	197.237,25
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	26.135			2,14	55.893,56	2,94	76.849,97
FR0000131104	BNP PARIBAS SA – PARIS	10.433			46,60	486.173,65	60,77	634.013,41
FR0000120644	DANONE S.A.	1.083			58,38	63.228,07	54,59	59.120,97
DE0005552004	DEUTSCHE POST AG	2.712			45,01	122.061,31	56,54	153.336,48
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	7.218			12,09	87.249,38	16,30	117.653,40
IT0003128367	ENEL SPA	26.093			4,70	122.706,23	7,05	183.851,28
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	4.042			21,17	85.577,44	27,56	111.397,52
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	29.246			5,36	156.839,73	10,41	304.450,86
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.A.	14.527			24,53	356.410,97	28,53	414.455,31
DE0006231004	INFINEON TECHNOLOGIES AG	1.041			32,42	33.753,25	40,76	42.431,16
NL0011821202	ING GROEP N.V.	3.122			10,78	33.658,38	12,24	38.219,52
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	33.581			2,26	75.976,63	2,27	76.363,19
BE0003565737	KBC GROEP NV	695			72,12	50.120,96	75,46	52.444,70
NL0000009538	KONINKLIJKE PHILIPS NV	1.343			39,32	52.812,25	32,77	44.003,40
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	636			374,16	237.967,38	727,00	462.372,00
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS AG	161			120,84	19.455,38	260,50	41.940,50
CH0038863350	NESTLE S.A.	668			79,54	53.129,40	123,00	82.166,99
CH0012005267	NOVARTIS AG	942			53,90	50.772,46	77,49	72.991,68
FR0000133308	ORANGE S.A.	1.301			9,61	12.497,41	9,41	12.246,31

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	141			128,80	18.161,36	365,91	51.592,66
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	2.671			19,39	51.803,56	19,31	51.577,01
FR0000073272	SAFRAN S.A.	110			113,80	12.518,00	107,66	11.842,60
FR0000120578	SANOFI	1.240			68,60	85.057,93	88,58	109.839,20
DE0007164600	SAP SE	568			73,30	41.632,92	124,90	70.943,20
DE0007236101	SIEMENS AG	2.683			85,83	230.291,45	152,68	409.640,44
IT0003153415	SNAM SPA	14.722			4,53	66.704,26	5,30	78.026,60
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	4.277			3,95	16.875,99	3,85	16.475,00
FR0000120271	TOTALENERGIES SE	4.404			38,30	168.665,13	44,63	196.550,52
GB00B10RZP78	UNILEVER PLC	2.406			49,32	118.654,65	47,06	113.214,34
NL0015000IY2	UNIVERSAL MUSIC GROUP BV	14.752			25,25	372.488,00	24,78	365.554,56
FR0000125486	VINCI S.A.	2.503			65,59	164.180,63	92,91	232.553,73
FR0000127771	VIVENDI SA	14.752			5,43	80.045,57	11,89	175.401,28
	Subtotal	272.605				4.197.787,22		6.032.790,20
	2.2.2.2. - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.2.3. - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF	125.185				125.205,43	1,02	127.821,65
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN	1.217				150.000,00	127,63	155.309,23
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	155.982				1.885.047,82	18,66	2.910.775,49
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI	31.174				2.042.820,06	85,36	2.661.110,80
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F	1.163.008				9.061.742,35	8,45	9.822.094,39
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F	2.038.720				14.677.728,54	7,40	15.083.148,81
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F	2.293.791				14.510.890,91	6,42	14.736.662,05
ES0138445038	FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	24.998				228.000,00	14,59	364.608,13
LU1691783135	MAPFRE AM - GLOBAL BOND I EUR	87				871,23	10,00	871,79
ES0160461002	MAPFRE ENERGIAS RENOVABLES I FCR	225.750				225.750,00	1,01	228.931,23
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUTURAS FCR	3.500				35.000,00	10,11	35.379,93
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR	13.619				158.250,00	15,92	216.809,01
ES0108745003	SANTANDER AM ALTERNATIVE LEASING FIL	267				26.788,01	120,13	32.064,11
	Subtotal	6.077.297				43.128.094,35		46.375.586,62
	2.2.2.4. - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1.	6.349.902				47.325.881,57		52.408.376,82

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2.2.2. – Títulos de dívida							
	2.2.2.1. – De dívida pública							
XS2339399946	PRINCIPADO DE ANDORRA 1,25 5/2031		2.000.000,00	101,38		2.027.600,00	101,76	2.035.100,35
IT0005438004	REPÚBLICA DE ITALIA 1,5 4/2045		460.000,00	101,38		466.366,38	94,26	433.589,72
IT0005094088	REPÚBLICA DE ITALIA 1,65 3/2032		400.000,00	107,18		428.704,01	105,43	421.701,47
IT0005323032	REPÚBLICA DE ITALIA 2 2/2028		3.907.000,00	97,30		3.801.448,02	109,18	4.265.483,73
IT0005274805	REPÚBLICA DE ITALIA 2,05 8/2027		3.920.000,00	100,28		3.930.900,36	109,16	4.279.054,75
IT0005240350	REPÚBLICA DE ITALIA 2,45 9/2033		450.000,00	118,83		534.716,98	113,52	510.855,35
IT0005345183	REPÚBLICA DE ITALIA 2,5 11/2025		7.540.000,00	102,08		7.697.116,51	109,07	8.224.163,43
IT0004953417	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2024		8.470.000,00	108,45		9.186.047,05	111,40	9.435.433,86
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		448.000,00	118,07		528.941,20	149,62	670.311,60
ES0000012132	TESORO PÚBLICO 0,5 10/2031		1.300.000,00	99,58		1.294.527,00	99,55	1.294.131,56
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		900.000,00	99,31		893.775,00	108,48	976.316,42
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	72,19		3.032.073,07	100,03	4.201.408,68
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		2.100.000,00	70,51		1.480.740,63	100,04	2.100.896,49
ES0000012676	TESORO PÚBLICO 100 7/2022		2.950.000,00	80,66		2.379.350,27	100,30	2.958.720,20
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	43,26		302.837,99	99,82	698.742,02
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	34,45		241.146,79	95,07	665.462,80
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		50.000,00	137,49		68.743,33	131,92	65.959,82
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		1.650.000,00	113,72		1.876.341,80	109,70	1.810.000,88
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		860.000,00	119,10		1.024.296,00	112,70	969.199,32
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		4.110.000,00	86,75		3.565.427,00	150,96	6.204.525,64
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		2.275.000,00	107,27		2.440.332,50	109,90	2.500.145,32
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		2.845.000,00	100,49		2.858.880,94	119,86	3.410.092,60
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	99,77		24.943,70	166,36	41.590,90
ES00000121G2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		100.000,00	127,98		127.979,00	115,62	115.615,38
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	88,17		3.756.101,64	168,35	7.171.642,77
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	116,69		1.848.408,60	135,05	2.139.245,76
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.196.000,00	127,29		4.068.251,04	181,10	5.788.102,84
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	101,83		2.408.301,33	156,25	3.695.309,69
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		2.575.000,00	111,42		2.868.965,50	105,87	2.726.265,23
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	120,01		5.004.404,91	130,34	5.435.097,92
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	103,01		695.317,61	147,05	992.598,63
	Subtotal	0	71.185.000,00			70.862.986,16		86.236.765,13

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2.2.2.2. – De outros emissores públicos							
EU000A1G0EH3	EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FUND 0 4/2023		300.000,00	100,68		302.043,00	100,79	302.366,10
	Subtotal	0	300.000,00			302.043,00		302.366,10
	2.2.2.3. – De outros emissores							
XS2125913942	ABBVIE INC 1,5 11/2023		1.200.000,00	98,89		1.186.634,36	103,26	1.239.095,40
XS1799975765	AIB GROUP PLC 1,5 3/2023		700.000,00	97,04		679.301,00	103,18	722.285,66
XS2347663507	ASTRAZENECA PLC 0,375 6/2029		500.000,00	99,94		499.680,00	100,04	500.204,04
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,71 1/2022		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	102,85	5.142.683,58
XS1752476538	CAIXABANK S.A. 0,75 4/2023		300.000,00	101,20		303.588,00	101,72	305.146,01
XS1897489578	CAIXABANK S.A. 1,75 10/2023		1.000.000,00	99,32		993.200,00	103,46	1.034.619,22
XS1808351214	CAIXABANK S.A. 2,25 4/2030		200.000,00	98,70		197.400,00	105,55	211.097,95
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	93,29		3.965.003,78	104,51	4.441.555,18
XS1996435688	CEPSA FINANCE S.A.U. 1 2/2025		3.500.000,00	100,73		3.525.620,00	102,67	3.593.361,54
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V. 0,382 10/2024		6.900.000,00	99,92		6.894.808,78	100,66	6.945.332,99
XS2053564287	DOURO FINANCE B.V. 0,8 5/2028		3.600.000,00	100,00		3.600.000,00	105,03	3.781.188,00
XS2206322708	DOURO FINANCE B.V. 0,9 10/2026		2.600.000,00	100,00		2.600.000,00	107,63	2.798.461,21
XS2241080527	DOURO FINANCE B.V. 0,9 12/2026		2.000.000,00	99,10		1.982.000,00	102,34	2.046.823,84
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V. 0,965 2/2023		100.000,00	100,00		100.000,00	101,49	101.492,00
XS2121404656	DOURO FINANCE B.V. 0,97 5/2028		2.200.000,00	100,00		2.199.999,47	111,26	2.447.742,00
XS2079282161	DOURO FINANCE B.V. 1,01 5/2028		3.800.000,00	100,00		3.800.000,00	97,41	3.701.618,00
XS2132278073	DOURO FINANCE B.V. 1,1 9/2026		2.000.000,00	100,00		2.000.000,00	111,97	2.239.440,00
XS2183147169	DOURO FINANCE B.V. 1,35 9/2026		3.000.000,00	100,00		3.000.000,00	112,29	3.368.790,01
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		500.000,00	105,88		529.400,00	104,21	521.040,88
XS0399353506	EDP FINANCE B.V. 100 11/2023		1.800.000,00	93,66		1.685.878,44	99,67	1.794.033,00
XS2034622048	EP INFRASTRUCTURE AS 1,698 7/2026		700.000,00	103,57		725.018,00	104,75	733.272,18
XS2307764238	GLENCORE CAPITAL FINANCE DAC 0,75 3/2029		750.000,00	98,52		738.870,00	98,07	735.536,75
XS1633845158	LLOYDS BANKING GROUP PLC 0,199 6/2024		500.000,00	101,89		509.460,00	101,53	507.663,40
XS1828132735	MITSUBISHI UFJ FINANCIAL GROUP INC 0 5/2023		300.000,00	100,00		300.000,00	100,75	302.259,00
XS0801636902	NORDEA BANK ABP 3,25 7/2022		320.000,00	105,37		337.183,52	103,49	331.168,13
XS2019814503	OMNICOM FINANCE HOLDINGS PLC 0,8 7/2027		300.000,00	93,58		280.736,87	101,64	304.927,64
FR0014002010	ORPEA 2 4/2028		900.000,00	101,17		910.530,00	101,84	916.526,16
XS2103230152	POSCO POHANG IRON AND STEEL COMPANY LTD 0,5 1/2024		200.000,00	96,21		192.427,73	101,11	202.210,16
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		2.000.000,00	100,88		2.017.500,00	101,61	2.032.147,84
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	99,59		398.348,00	103,51	414.023,71
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S.A.U. 1,375 12/2022		100.000,00	99,92		99.924,00	101,80	101.797,91

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS2017471553	UNICREDIT SPA 1,25 6/2025		3.800.000,00	100,49		3.818.682,68	103,09	3.917.533,43
	Subtotal	0	55.420.000,00			55.073.694,63		57.435.076,82
	Subtotal 2.2.2.	0	126.905.000,00			126.238.723,79		143.974.208,05
	Subtotal 2.2.	6.349.902	126.905.000,00			173.564.605,36		196.382.584,87
	2.3. - Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. - Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	6.349.902	233.806.550,90			287.603.536,48		323.157.670,33
	Total geral	6.349.902	233.806.550,90			287.603.536,48		323.157.670,33

* Inclui o valor dos juros decorridos

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
1. - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES								
1.1. - Títulos nacionais								
1.1.1. - Partes de capital em filiais								
1.1.2. - Partes de capital em associadas								
1.1.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.1.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
1.1.5. - Títulos de dívida de filiais								
1.1.6. - Títulos de dívida de associadas								
1.1.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.1.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
1.1.9. - Outros títulos em filiais								
1.1.10. - Outros títulos em associadas								
1.1.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.1.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
Subtotal 1.1.								
1.2. - Títulos estrangeiros								
1.2.1. - Partes de capital em filiais								
1.2.2. - Partes de capital em associadas								
1.2.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.2.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
1.2.5. - Títulos de dívida de filiais								
1.2.6. - Títulos de dívida de associadas								
1.2.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.2.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
1.2.9. - Outros títulos em filiais								
1.2.10. - Outros títulos em associadas								
1.2.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.2.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
Subtotal 1.2.								
Total 1.								
2. – OUTROS								
2.1. – Títulos nacionais								
2.1.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1. – Acções								
Subtotal								
2.1.1.2. – Títulos de participação								
Subtotal								
2.1.1.3. – Unidades de participação em fundos de investimento								
Subtotal								
2.1.1.4. – Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.1.1.								
2.1.2. – Títulos de dívida								
2.1.2.1. – De dívida pública								
PTOTE50E0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		1.282.000,00	105,80		1.356.419,90	161,25	2.067.260,31
PTOTEA0E0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		18.724.500,00	114,97		21.527.566,84	116,73	21.857.517,27
PTOTEBOE0020	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.264.000,00	103,39		5.442.581,54	177,93	9.366.211,92
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		25.323.000,00	98,08		24.837.852,84	116,68	29.547.767,40
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		9.770.000,00	118,69		11.596.005,95	124,53	12.166.831,94
PTOTEROE0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		4.912.000,00	108,19		5.314.368,86	139,07	6.831.185,38
PTOTESOE0013	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		7.385.000,00	99,01		7.311.527,85	105,77	7.811.168,39
PTOTETOE0012	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		4.275.000,00	104,06		4.448.670,78	119,48	5.107.900,29
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		18.080.000,00	104,40		18.875.623,72	131,09	23.701.348,07
PTOTEVOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,125 10/2028		400.000,00	103,01		412.048,00	118,39	473.551,40
PTOTEWOE0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,25 4/2034		275.000,00	119,85		329.582,00	127,73	351.256,38
PTOTEXOE0024	REPÚBLICA DE PORTUGAL 1,95 6/2029		4.380.000,00	114,69		5.023.526,10	118,46	5.188.598,04
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		9.344.500,00	95,87		8.958.279,62	104,08	9.725.858,69
Subtotal		0	109.415.000,00			115.434.054,00		134.196.455,48

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2.1.2.2. – De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.1.2.3. – De outros emissores								
PTNOSFOM0000	NOS SGPS S.A. 1,125 5/2023		1.100.000,00	99,76		1.097.372,56	102,96	1.132.531,35
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZAC 1,4 5/2025		2.274.015,78	102,32		2.326.769,03	101,90	2.317.216,55
Subtotal			3.374.015,78			3.424.141,59		3.449.747,90
Subtotal 2.1.2.		0	112.789.015,78			118.858.195,59		137.646.203,38
Subtotal 2.1.		0	112.789.015,78			118.858.195,59		137.646.203,38
2.2. – Títulos estrangeiros								
2.2.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1. – Acções								
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	2.016			122,82	247.607,13	134,25	270.648,00
NL0000235190	AIRBUS SE	1.553			67,83	105.346,52	89,78	139.428,34
DE0008404005	ALLIANZ SE	2.049			201,72	413.329,03	200,70	411.234,30
ES0109067019	AMADEUS IT GROUP S.A.	1.466			60,55	88.772,64	59,56	87.314,96
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	2.106			49,13	103.472,68	57,01	120.063,06
NL0010273215	ASML HOLDING NV	653			158,43	103.456,38	397,55	259.600,15
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	51.051			3,11	158.739,53	4,03	205.990,78
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	22.727			2,04	46.259,76	2,54	57.681,12
FR0000131104	BNP PARIBAS SA – PARIS	10.433			46,60	486.173,65	43,10	449.714,46
FR0000120644	DANONE S.A.	5.310			60,88	323.270,74	53,76	285.465,60
DE0005552004	DEUTSCHE POST AG	752			40,66	30.576,97	40,50	30.456,00
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	17.979			13,29	238.886,07	14,95	268.875,94
DE000ENAG999	E.ON SE	3.291			9,79	32.205,11	9,06	29.829,62
IT0003128367	ENEL SPA	26.093			4,70	122.706,23	8,28	215.945,66
FR0010208488	ENGIE S.A.	13.202			13,04	172.141,11	12,52	165.289,04
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	6.169			21,58	133.149,80	22,60	139.419,40
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	3.573			17,54	62.680,76	15,02	53.670,95
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	6.828			24,15	164.895,48	23,88	163.052,64
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	29.246			5,36	156.839,74	11,70	342.178,20

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	14.527			24,53	356.410,97	26,04	378.283,08
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	64.906			2,24	145.273,72	1,91	124.139,21
NL0000009538	KONINKLIJKE PHILIPS NV	3.007			38,88	116.904,38	43,78	131.646,46
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	566			335,01	189.615,88	510,90	289.169,40
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	335			184,01	61.643,85	242,80	81.338,00
CH0038863350	NESTLE S.A.	1.221			89,56	109.358,69	96,40	117.699,48
CH0012005267	NOVARTIS AG	2.521			68,78	173.402,48	77,34	194.975,46
FR0000133308	ORANGE S.A.	16.449			10,83	178.187,69	9,73	160.114,55
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	334			125,86	42.038,12	285,69	95.421,46
FR0000073272	SAFRAN S.A.	1.658			137,74	228.377,19	115,95	192.245,10
FR0000120578	SANOFI	2.903			75,19	218.284,15	78,70	228.466,10
DE0007164600	SAP SE	1.487			82,34	122.435,28	107,22	159.436,14
DE0007236101	SIEMENS AG	2.683			85,83	230.291,45	117,52	315.306,16
IT0003153415	SNAM SPA	25.343			4,51	114.380,43	4,60	116.603,13
FR0000120271	TOTAL S.A.	15.506			42,39	657.343,32	35,30	547.361,80
GB00B10RZP78	UNILEVER PLC	12.508			50,23	628.317,89	49,56	619.959,01
FR0000125486	VINCI S.A.	2.503			65,59	164.180,64	81,36	203.644,08
FR0000127771	VIVENDI SA	14.752			21,05	310.497,43	26,38	389.157,76
	Subtotal	389.706				7.237.452,89		8.040.824,60
	2.2.2.2. - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.2.3. - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SIC	85.963				85.983,41	1,03	88.500,20
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN	1.217				150.000,01	126,69	154.171,32
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	155.982				1.885.047,82	14,74	2.299.241,76
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI	31.174				2.042.820,00	70,31	2.191.778,82
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F	326.971				2.175.429,63	7,48	2.445.558,52
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F	191.941				1.181.197,20	6,83	1.311.121,23
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F	309.643				1.838.746,23	6,18	1.913.409,04
ES0138445038	FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	24.998				228.000,00	12,21	305.294,94

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
LU1691783135	MAPFRE AM – GLOBAL BOND I EUR	140.101				1.400.562,60	10,03	1.404.934,46
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUTURAS FCR	3.500				35.000,00	10,00	35.000,00
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR	8.250				82.500,00	10,00	82.500,00
	Subtotal	1.279.741				11.105.286,90		12.231.510,29
	2.2.2.4. – Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1.	1.669.447				18.342.739,79		20.272.334,89
	2.2.2. – Títulos de dívida							
	2.2.2.1. – De dívida pública							
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	103,01		695.317,61	155,42	1.049.099,21
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	72,19		3.032.073,07	100,60	4.225.288,84
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	88,17		3.756.101,64	183,11	7.800.567,47
ES00000121G2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		100.000,00	127,98		127.979,00	121,07	121.073,29
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	99,77		24.943,70	181,37	45.341,92
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		2.845.000,00	100,49		2.858.880,94	125,68	3.575.710,46
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021		3.221.000,00	104,06		3.351.661,34	105,72	3.405.292,04
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	120,01		5.004.404,92	137,96	5.752.968,81
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		2.575.000,00	111,42		2.868.965,50	112,43	2.895.000,07
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		2.100.000,00	70,51		1.480.740,63	100,62	2.113.089,95
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		2.275.000,00	107,27		2.440.332,50	114,96	2.615.357,75
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	101,83		2.408.301,33	166,98	3.948.992,52
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	116,69		1.848.408,60	142,73	2.260.838,58
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.196.000,00	127,29		4.068.251,04	198,72	6.351.103,14
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		860.000,00	119,10		1.024.296,00	117,19	1.007.857,85
ES0000012676	TESORO PÚBLICO 100 7/2022		2.950.000,00	80,66		2.379.350,27	100,83	2.974.419,57
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		1.650.000,00	113,72		1.876.341,80	113,11	1.866.324,84
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	43,26		302.837,99	101,21	708.455,79
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	34,45		241.146,79	97,88	685.164,99
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		4.110.000,00	86,75		3.565.427,00	163,25	6.709.524,64
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		900.000,00	99,31		893.775,00	111,95	1.007.552,00

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		50.000,00	137,49		68.743,33	147,52	73.759,62
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		350.000,00	108,85		380.965,12	160,95	563.328,41
IT0004953417	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2024		8.470.000,00	108,45		9.186.047,05	116,76	9.889.151,55
IT0005274805	REPÚBLICA DE ITALIA 2,05 8/2027		4.120.000,00	100,26		4.130.850,01	113,24	4.665.596,45
IT0005323032	REPÚBLICA DE ITALIA 2 2/2028		3.907.000,00	97,30		3.801.448,02	113,35	4.428.723,54
IT0005345183	REPÚBLICA DE ITALIA 2,5 11/2025		7.640.000,00	102,08		7.799.129,01	112,96	8.630.243,64
	Subtotal	0	69.998.000,00			69.616.719,21		89.369.826,94
	2.2.2.2. – De outros emissores públicos							
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		450.000,00	98,90		445.050,00	106,11	477.506,93
EU000A1G0EH3	EUROPEAN FINANCIAL STABILITY F 0 4/2023		300.000,00	100,68		302.043,00	101,57	304.699,47
	Subtotal	0	750.000,00			747.093,00		782.206,40
	2.2.2.3. – De outros emissores							
XS2125913942	ABBVIE INC 1,5 11/2023		1.200.000,00	98,86		1.186.336,84	104,79	1.257.499,32
XS1799975765	AIB GROUP PLC 1,5 3/2023		700.000,00	97,04		679.301,00	104,46	731.210,87
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,7 6/2021		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	102,90	5.145.189,99
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,71 1/2022		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	103,14	5.156.836,87
XS1752476538	CAIXABANK S.A. 0,75 4/2023		300.000,00	101,20		303.588,00	102,59	307.760,94
XS1897489578	CAIXABANK S.A. 1,75 10/2023		1.000.000,00	99,32		993.200,00	105,34	1.053.443,73
XS1808351214	CAIXABANK S.A. 2,25 4/2030		200.000,00	98,70		197.400,00	106,31	212.627,28
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021		1.300.000,00	87,76		1.140.874,11	103,65	1.347.406,82
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	93,29		3.965.003,78	109,55	4.655.990,36
XS1996435688	CEPSA FINANCE S.A.U. 1 2/2025		3.500.000,00	100,73		3.525.620,00	102,82	3.598.608,22
XS1069772082	COOPERATIEVE RABOBANK UA 2,5 5/2026		450.000,00	104,88		471.980,00	102,54	461.447,04
DE000DL19T18	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT 0,375 1/2021		100.000,00	99,19		99.185,00	100,39	100.388,62
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V. 0,421 10/2024		6.900.000,00	99,92		6.894.808,78	100,47	6.932.602,02
XS2053564287	DOURO FINANCE B.V. 0,8 5/2028		4.000.000,00	100,00		4.000.000,00	102,85	4.114.026,79
XS2206322708	DOURO FINANCE B.V. 0,9 10/2026		3.000.000,00	100,00		3.000.000,00	107,12	3.213.670,62
XS2241080527	DOURO FINANCE B.V. 0,9 12/2026		2.000.000,00	99,10		1.982.000,00	101,33	2.026.629,99
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V. 0,965 2/2023		100.000,00	100,00		100.000,00	100,21	100.207,87
XS2121404656	DOURO FINANCE B.V. 0,97 5/2028		2.200.000,00	100,00		2.199.999,47	107,27	2.359.835,37

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS2079282161	DOURO FINANCE B.V. 1,01 5/2028		4.000.000,00	100,00		4.000.000,00	102,93	4.117.170,51
XS2132278073	DOURO FINANCE B.V. 1,1 9/2026		2.000.000,00	100,00		2.000.000,00	111,72	2.234.426,30
XS2183147169	DOURO FINANCE B.V. 1,35 9/2026		3.000.000,00	100,00		3.000.000,00	112,33	3.370.006,10
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		500.000,00	105,88		529.400,00	105,94	529.723,65
XS0399353506	EDP FINANCE B.V. 100 11/2023		1.800.000,00	93,66		1.685.878,44	99,66	1.793.815,88
XS0412842857	INNOGY FINANCE BV 6,5 8/2021		600.000,00	99,97		599.790,91	106,77	640.629,21
XS1139091372	LLOYDS BANK PLC 1 11/2021		250.000,00	101,44		253.606,84	101,45	253.633,51
XS1633845158	LLOYDS BANKING GROUP PLC 0,239 6/2024		500.000,00	101,89		509.460,00	101,14	505.699,58
XS1828132735	MITSUBISHI UFJ FINANCIAL GROUP 0,022 5/2023		300.000,00	100,00		300.000,00	100,59	301.765,90
XS0801636902	NORDEA BANK ABP 3,25 7/2022		320.000,00	105,37		337.183,52	106,99	342.371,22
XS2019814503	OMNICOM FINANCE HOLDINGS PLC 0,8 7/2027		300.000,00	93,58		280.736,87	103,62	310.845,97
XS2103230152	POSCO 0,5 1/2024		200.000,00	96,21		192.427,73	100,90	201.791,22
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		2.000.000,00	100,88		2.017.500,00	102,30	2.045.947,87
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	99,59		398.348,00	105,49	421.941,18
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 1,375 12/2022		100.000,00	99,92		99.924,00	103,35	103.351,28
XS2017471553	UNICREDIT SPA 1,25 6/2025		3.800.000,00	100,49		3.818.682,68	104,12	3.956.420,68
	Subtotal	0	61.270.000,00			60.767.235,97		63.904.922,78
	Subtotal 2.2.2.	0	132.018.000,00			131.131.048,18		154.056.956,12
	Subtotal 2.2.	1.669.447	132.018.000,00			149.473.787,97		174.329.291,01
	2.3. - Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. - Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	1.669.447	244.807.015,78			268.331.983,56		311.975.494,39
	Total geral	1.669.447	244.807.015,78			268.331.983,56		311.975.494,39

* Inclui o valor dos juros decorridos

ANEXO 2.1. | 31-12-2021 | DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Euros

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2020 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2021 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	9.687.198,75	2.778.779,44	5.338.991,96	(1.569.427,35)
Não Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes e Doença	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de Trabalho				0,00
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas				0,00
Doença				0,00
Incêndio e Outros Danos				0,00
Automóvel	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade Civil				0,00
Outras Coberturas				0,00
Marítimo e Transportes				0,00
Aéreo				0,00
Mercadorias Transportadas				0,00
Responsabilidade Civil Geral				0,00
Crédito e Caução				0,00
Protecção Jurídica				0,00
Assistência				0,00
Diversos				0,00
Total	9.687.198,75	2.778.779,44	5.338.991,96	(1.569.427,35)

* Sinistros ocorridos no ano 2020 e anteriores

ANEXO 2.2. | 31-12-2020 | DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Euros

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2019 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2020 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	12.761.658,47	7.173.906,19	5.144.877,30	(442.874,98)
Não Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes e Doença	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de Trabalho				0,00
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas				0,00
Doença				0,00
Incêndio e Outros Danos				0,00
Automóvel	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade Civil				0,00
Outras Coberturas				0,00
Marítimo e Transportes				0,00
Aéreo				0,00
Mercadorias Transportadas				0,00
Responsabilidade Civil Geral				0,00
Crédito e Caução				0,00
Protecção Jurídica				0,00
Assistência				0,00
Diversos				0,00
Total	12.761.658,47	7.173.906,19	5.144.877,30	(442.874,98)

* Sinistros ocorridos no ano 2019 e anteriores

05



CERTIFICAÇÃO

LEGAL DAS CONTAS E

RELATÓRIO E PARECER

DO CONSELHO FISCAL



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Mapfre Seguros de Vida, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 342.783.816,57 euros e um total de capital próprio de 47.703.749,97 euros, incluindo um resultado líquido de 754.740,03 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Mapfre Seguros de Vida, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Coletiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161469. Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078.



Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento da imparidade) (323.157.670,33 euros)

Em 31 de dezembro de 2021, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas totalizam 323.157.670,33 euros, representando cerca de 94% do ativo, conforme notas 4 e 5 às demonstrações financeiras.

O Risco

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.3 das notas anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda de acordo com o descrito no ponto Imparidade, da alínea b) Mensuração subsequente, da referida nota.

O justo valor para a maioria dos ativos, que compõem a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas, é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido nas notas 4.2 e 5.2 das notas anexas às demonstrações financeiras, o justo valor depende de fatores como as condições económicas e *spreads* praticados no mercado, entre outros.

A evolução da conjuntura económica, em particular os efeitos da nova variante da COVID-19 e as medidas a tomar pelo governo em resposta à mesma, o comportamento da inflação e medidas de política monetária a serem tomadas e respetivos efeitos poderão criar volatilidade nos mercados com impactos no apuramento futuro do justo valor dos instrumentos financeiros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da mensuração e reconhecimento das operações com a sua carteira de instrumentos financeiros;
- Testámos a valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade, tendo em consideração fontes de preços externos;
- Testámos a imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda;
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento (287.369.285,53 euros)

Em 31 de dezembro de 2021, as Provisões Técnicas e as Responsabilidades relativas a contratos de investimento, no montante de 242.508.113,09 euros e 44.861.172,44 euros, respetivamente representam, em conjunto 97% do Passivo à mesma data, conforme notas 14 e 15 às demonstrações financeiras.

O Risco

A Entidade procede em cada data de relato a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades com provisões técnicas e contratos de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e atuariais usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado da carteira de investimentos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da sua política de provisionamento técnico;
- Realizámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos utilizados pela Entidade na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e de investimento e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos;
- Analisámos a movimentação das responsabilidades com contratos de seguros e de investimento, tendo em consideração os pressupostos adotados pela Entidade, bem como a nossa compreensão da evolução do negócio e das tendências de mercado;
- Avaliámos a informação produzida pela área de atuariado da Entidade;
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

3

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

4

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 25 de julho de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2020. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de março de 2021 para um terceiro mandato compreendido entre 2021 e 2023.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 30 de março de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II); e



- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude.

31 de março de 2022

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
José Manuel Horta Nova Nunes
(ROC n.º 1581 e registado na CMVM com o n.º 20161191)

Mapfre Seguros de Vida SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2021

Senhores Acionistas

1. No âmbito legal e geral das disposições dos artigos 413º a 423º-A do Código das Sociedades Comerciais relativas à fiscalização das sociedades por Conselho Fiscal, no âmbito dos artigos 24º e 25º dos estatutos da Sociedade, relativos à fiscalização da sociedade e dos atos sociais, no âmbito das disposições pertinentes do regime jurídico da atividade seguradora, aprovado como anexo I da lei 147/2015, com as alterações a ele introduzidas sucessivamente pelo decreto-lei 127/2017, pela lei 35/2018, pela lei 7/2019, pela lei 27/2020, pela lei 58/2020, pelo decreto-lei 84/2020, e pelo decreto-lei 56/2021, tendo em conta as demais disposições legais pertinentes relativas à atividade seguradora e, em especial, às atividades das seguradoras especializadas em seguros de vida e em operações complementares, e também as disposições legais e regulamentares e relativas às ditas “entidades de interesse público” como é o caso das seguradoras, e tendo ainda em conta, na parte aplicável, as normas regulamentares das entidades de regulação e supervisão, como a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e como a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários pelas suas funções específicas de supervisão quer de produtos financeiros subscritos por seguradora do ramo vida, quer das atividades de auditoria e dos auditores que esta tem, e em corolário das suas demais competências e deveres, vem o Conselho Fiscal, nos termos específicos da alínea g) do número 1 do artigo 420º do já mencionado Código das Sociedades Comerciais, apresentar **relatório** sobre a sua ação fiscalizadora, e dar **parecer** sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da **Mapfre Seguros de Vida SA**, tudo relativamente ao **exercício findo em 31-12-2021**.
2. Os membros do Conselho Fiscal, na sua atual conformação, foram designados por deliberações dos senhores acionistas de 2018, para completar o mandato então em curso, e foram depois novamente designados, na assembleia geral de 26-3-2021, para o triénio 2021 a 2023, tendo o correspondente registo sido aprovado pela ASF, já em 2022, com efeito desde a data da nova designação. Assim, pertenceu já à atual configuração do Conselho Fiscal dar parecer sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfre Seguros Gerais SA relativamente aos exercícios de 2018 e posteriores.
3. O Conselho Fiscal tomou em conta de novo quanto antes recebeu, viu e disse sobre todos os documentos de contas relativos aos exercícios de 2018 a 2020, bem como os “Planos de Auditoria” da KPMG e também, da área de Auditoria Interna da Mapfre, e ainda todos os documentos que adiante identifica.
4. O Conselho Fiscal analisou e discutiu a extensa informação entretanto disponibilizada periodicamente pelo Conselho de Administração da Sociedade, pelo seu diretor financeiro e pelo seu

Mapfre Seguros de Vida SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2021

- diretor de auditoria interna e, designadamente, os sucessivos relatórios de gestão para o Conselho Fiscal, de julho, de outubro, e de dezembro de 2021, e ainda as informações preliminares do final de 2021 e do início de 2022, relativas já a todo o exercício de 2021 ou à sua projeção.
5. O Conselho Fiscal também recebeu do Conselho de Administração, em 30-6-2021, o designado Relatório ORSA (“Own Risk and Solvency Assessment”), referido a 31-03-2021, estando ainda em preparação, no prazo próprio, o Relatório ORSA que se referirá a 31-12-2021.
 6. O Conselho Fiscal recebeu e analisou o último Relatório Trimestral de Provisionamento reportado a 31-12-2021, e apresentado em 9-2-2022.
 7. O Conselho Fiscal, depois da Assembleia Geral da Sociedade em 26-3-2021, realizou reuniões regulares próprias e, nas mesmas datas, reuniões de trabalho com o administrador-delegado e, pelo menos, também com o mencionado diretor financeiro, em 19-5-2021, em 21-10-2021, em 15-12-2021, em 31-1-2022, em 8-2-2022, e em 14-3-2022. Realizou reuniões próprias em cada uma daquelas oportunidades e ainda em 4-4-2022, tudo sobre o exercício de 2021. Reunirá ainda em 6-4-2022, também telematicamente, para aprovar o relatório e o parecer do Conselho Fiscal da MSV sobre as contas de 2021.
 8. Nas reuniões de 21-10-2021, de 15-12-2021, de 31-1-2022 e de 14-3-2022, estiveram também presentes os representantes da auditora KPMG, tendo-se analisado e discutido detalhadamente os documentos informativos do Conselho de Administração e, nas datas correspondentes, os documentos informativos e metodológicos da sociedade revisora oficial de contas, e tendo-se analisado ainda, expressamente, os temas e as operações mais relevantes para as contas do exercício de 2021 e para a atividade da sociedade, como as relativas à distribuição de resultados e a investimentos na atividade.
 9. As diferentes reuniões foram realizadas telematicamente, com a participação integral do Conselho Fiscal, incluindo o vogal suplente, e com todos os interlocutores indicados.
 10. O Conselho Fiscal recebeu da Sociedade, analisou e discutiu com o seu Administrador Delegado e Diretores, antes de todas as peças relativas às contas do exercício de 2021, pelo menos: “Informe de gestión de abril de 2021”, “Relatório ORSA”, de 30-6-2021, “Informe de gestión septiembre 2021”, apresentação também feita ao Comité de direção, de 26.10.2021, apresentação de 10-12-2021, “Informe de Gestión- Consejo Fiscal – febrero de 2022”, e ainda a apresentação ao Conselho Fiscal sobre o encerramento de 2021, de 14-3-2022.
 11. O Conselho Fiscal recebeu da KPMG, e depois analisou e discutiu: “Conclusões da auditoria interina com referência a 30-9-2021, de 15-12-2021”, “Relatório para o Conselho Fiscal – Planeamento auditoria, de 15-12-2021”, a comunicação legal sobre prestação de serviços distintos da auditoria, de 17-

Mapfre Seguros de Vida SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2021

12-2021, e um novo “Relatório para o Conselho Fiscal de 14-3-2022”, relativo às demonstrações financeiras para o ano findo a 31-12-2021, tudo relativo também à sociedade e ao seu contexto no âmbito do grupo Mapfre e das suas sociedades em Portugal.

12. O Conselho Fiscal recebeu também, em 8-3-2022, e analisou depois devidamente, em versão preliminar, o Relatório de Gestão 2021 do Conselho de Administração, as Contas relativas ao exercício de 2021 e o Balanço em 31-12-2021, a Demonstração da Variação do Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral, o Fluxo de Caixa, bem como as Notas às Demonstrações Financeiras, tudo tendo sido discutido na reunião do Conselho Fiscal de 14-3-2022 e na reunião que, na mesma data, teve com a administração, com o diretor financeiro da Sociedade, e com os representantes da auditora KPMG, tendo já em conta, também, versão provisória do antes mencionado “Relatório para o Conselho Fiscal, de 14-3-2022”, da KPMG.

13. Na reunião de 14-3-2022, o Conselho Fiscal recebeu do diretor financeiro e dos representantes da KPMG, os esclarecimentos complementares relativos às contas de 2021, ao relatório da Actuarial sobre o provisionamento específico das operações de seguro de vida e operações complementares em 31-12-2021 da MSV, e ao projeto de relatório da KPMG com conclusões sobre as contas de 2021.

14. No decurso da reunião de 14-3-2022, nos termos que resultam do próprio projeto de relatório da mesma data, os auditores da KPMG confirmaram a bondade das contas e da sua apresentação, no escopo da respetiva intervenção, e confirmaram o sentido favorável de todas as comunicações obrigatórias ao Conselho Fiscal: não pediram qualquer representação específica para a carta de representação do Conselho de Administração relativa às Contas de 2021; foram novamente dadas informações sobre a atualização da política de distribuição de resultados, não surgiram questões significativas relacionadas com partes relacionadas nem outras questões relevantes; não identificaram nem deficiências de controlo nem suspeitas de fraude ou de incumprimento de leis ou de regulamentos; não existiram alterações ao relatório de auditoria nem a sua elaboração suscitou dificuldades significativas, divergências ou inconsistências; não foi evidenciada qualquer situação que pudesse afetar a independência do relato e da auditoria; foram seguidas as práticas contabilísticas apropriadas; foram analisadas todas as matérias significativas, relativas a provisões técnicas, a instrumentos financeiros e ao reconhecimento de réditos.

15. Todos estes pontos foram devidamente discutidos e adequadamente suportados pela administração e pela direção financeira da Sociedade e pela KPMG.

16. Nas reuniões realizadas relativamente à atividade e às contas de 2021, como ocorrera antes relativamente à atividade e ao exercício de 2020, o Conselho Fiscal formulou questões e recebeu

Mapfre Seguros de Vida SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2021

respostas adequadas sobre os critérios de avaliação de ativos e de responsabilidades e sobre a sua continuidade, e designadamente, sobre metodologias e critérios de provisionamento em seguros de vida e em operações complementares em uso na Mapfre Seguros de Vida, sobre as respetivas bases técnicas e financeiras, e ainda sobre metodologias e critérios de auditoria de procedimentos, de fiabilidade e de compleição dos dados, e sobre a credibilização dos métodos, dos cálculos e dos valores registados a título de provisões com bases atuariais, ou de outras provisões, em uso quer pela KPMG, quer pela Actuarial, tendo analisado e discutido as respetivas diferenças que, considerando os seus diferentes pressupostos, não se apresentaram como materialmente relevantes, como aliás já se concluíra relativamente a exercícios anteriores, sem que tenham ocorrido alterações em tais metodologias, além das sugeridas ou impostas pela ASF.

17. O Conselho Fiscal apreciou com a KPMG em 31-1-2022, e com a administração e direção financeira da Sociedade, em 8-2-2021, a evolução da política de distribuição de resultados, tendo recebido os esclarecimentos apropriados e tendo sido informado dos contactos positivos estabelecidos com a Autoridade de Supervisão sobre os mais importantes temas da atividade e da estratégia da Sociedade e da MSG, tendo também em conta, na parte aplicável, a circular 7/2021 e 2 de novembro, da ASF.

18. O Conselho Fiscal teve informação regular da administração da sociedade sobre as contingências e medidas associadas à situação pandémica Covid 19, tendo apreciado os resultados muito positivos das medidas da Sociedade, e sobre o controlo dos seus efeitos, nos termos decorrentes do enquadramento legal e regulamentar que o Conselho Fiscal já tivera em conta e inventariara no seu Relatório e Parecer relativos às contas de 2020.

19. As medidas imediatas e as medidas continuadas tomadas pela Sociedade, e informadas ao Conselho Fiscal, continuaram a mitigar com sucesso o risco da sua exposição à pandemia, continuando a Sociedade a funcionar integralmente, ainda que em regime parcial de teletrabalho, preservando o seu ativo humano, realizando simultaneamente toda a sua atividade operacional, e observando todas as prescrições de fazer e todas as prescrições de não fazer determinadas às empresas de seguros por determinação das autoridades competentes.

20. O Conselho Fiscal teve ainda oportunidade de aceder regularmente à informação sobre alguns indicadores do mercado, nos sucessivos Relatórios de Evolução da Atividade Seguradora, preparados e divulgados pela ASF, aos comunicados e propostas do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, bem como a diversos documentos técnicos da EIOPA publicados em 2021, entre os se encontram as sucessivas versões do “risk dashboard” da atividade seguradora, e de outras entidades nacionais e internacionais de referência.

Mapfre Seguros de Vida SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2021

21. A “autoavaliação, prospetiva de riscos e solvência” no designado e mencionado “Relatórios ORSA”, de 30-6-2021, que segue estritamente os padrões fixados pela ASF e pela EIOPA (no quadro das “orientações sobre a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais”), permite concluir que a Sociedade continua adequadamente resiliente aos diversos impactos ali estudados e parametrizados, como os resultados de 2021 já o comprovam, e que continuará a ser, comparativamente, mais resiliente do que outros operadores da mesma área de atividade, e que, por isso mesmo, será plausível admitir que a sua atividade em 2022 se acomodará de novo, com êxito, às consequências do “interregno” social e económico de 2020 e 2021, continuando a ser essa também a perspetiva do Conselho de Administração da Sociedade e dos Auditores da KPMG, como decorre do Relatório de Gestão da sociedade relativo ao exercício de 2021.

22. O Conselho Fiscal, nas reuniões de trabalho havidas, como agora de novo realça, alcançou receber dos demais órgãos e serviços da Sociedade, e também dos auditores, a informação relevante e adequada para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer outras reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas e visto confirmada a preparação da Sociedade para bem continuar a superar em 2022 todos os desafios que se lhe apresentam e apresentem.

23. O Conselho Fiscal recebeu, entretanto, da KPMG, em 30-3-2022, a “carta de representação” do Conselho de Administração dirigida à KPMG, e recebeu também da KPMG, como devido, o Relatório de Auditoria devidamente assinado, a declaração de independência e a correspondente Certificação Legal das Contas, sem que estes documentos apresentem ou sugiram reservas, ênfases ou recomendações que justifiquem qualquer outro registo, reparo ou diligência do Conselho Fiscal.

24. Tendo em conta o que fica como relatório da sua atividade, o Conselho Fiscal está em condições de dar o seu parecer e de, nesse âmbito legal, declarar que na sua convicção o Relatório do Conselho de Administração descreve adequadamente o que foi a atividade da Mapfre Seguros Gerais em 2021.

25. Tendo em conta o que fica como Relatório da sua atividade, e a informação regular e especial recebida e diligentemente analisada, o Conselho Fiscal no seu conjunto, e cada um dos seus Membros individualmente, todos aqui signatários, declara e declaram ainda, sob sua responsabilidade conjunta e individual, ser parecer seu que, quanto foi e é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas relativas ao exercício de 2021, em todas as suas peças, e o próprio Certificado Legal, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam e representam adequadamente a atividade e a evolução dos negócios em 2021, e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, dos resultados e da situação financeira da Sociedade em 31-12-2021.

Mapfre Seguros de Vida SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2021

26. O que se sabe e o que se prevê não afeta de nenhuma maneira a apreciação muito favorável feita à atividade e às contas da Sociedade em 2021, sendo a situação patrimonial apurada em 31-12-2021, de ter como muito favorável, para que a Sociedade continue a superar positivamente, e a superar comparativamente melhor, os desafios do mercado e do seu contexto sempre complexo.

27. O Conselho Fiscal também considerou prudente a proposta de aplicação integral dos resultados no reforço dos capitais próprios da Mapfre Seguros de Vida.

28. Tendo em conta quando diz e quanto fica, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31-12-2021;
- b) Aprove as Contas relativas ao exercício de 2021 apresentadas pelo Conselho de Administração e certificadas pela KPMG como sociedade revisora oficial de contas e auditora externa;
- c) Aprove a proposta de aplicação de resultados formulada a final do Relatório de Gestão, **no sentido de que o resultado líquido do exercício no montante de 754.740,03 euros (setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta euros e três cêntimos) seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios da sociedade, da seguinte forma:**
 - 75.474,00 euros (setenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro euros), para reforço da reserva legal;
 - 679.266,03 euros (seiscentos e setenta e nove mil duzentos e sessenta e seis euros, e três cêntimos) para reforço das reservas livres;
- d) Aprecie, nos termos previstos sob o artigo 455º do CSC, as condições em que foi assegurada a administração e a fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 6 de abril de 2022

José Ferreira Machado, presidente

Luís Filipe Caldas, vogal

João Sobral do Rosário, vogal

José Gabriel Chimeno, vogal suplente

Assinado por: José António Ferreira Machado
Num. de Identificação: 04872671
Data: 2022.04.06 18:52:14 +0100

Assinado por: João Francisco Baptista Colaço
Sobral do Rosário
Num. de Identificação: 10323543
Data: 2022.04.06 19:02:13+01'00'

Notas:

Relatório e Parecer aprovado em reunião telemática do Conselho Fiscal de 6 de abril de 2022

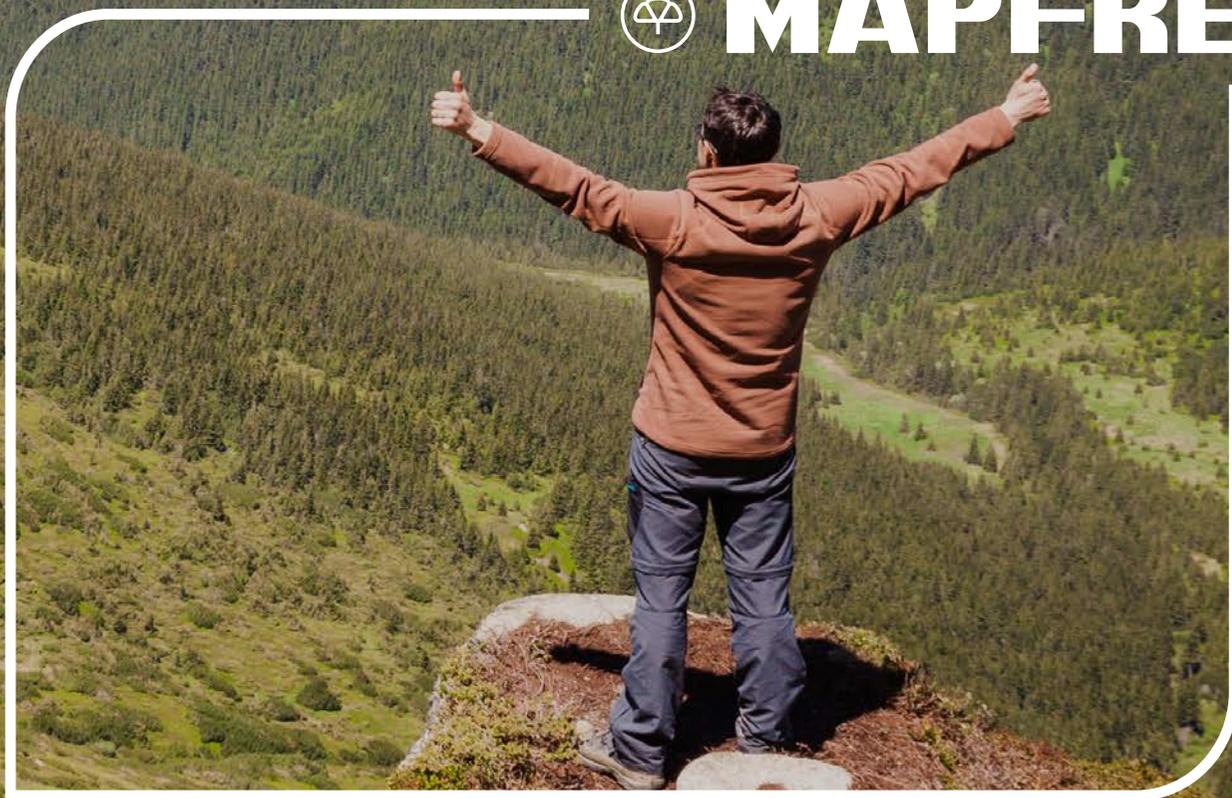
Assinado digitalmente ou por assinatura própria

Luis
Filipe
Caldas

Assinado de
forma digital por
Luis Filipe Caldas
Dados:
2022.04.06
18:33:53 +01'00'



MAPFRE



RELATÓRIO E CONTAS 2021
MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A.

Rua Doutor António Loureiro Borges, 9,
Edifício Zenith – Miraflores
1495-131 ALGÉS. Portugal

www.mapfre.pt



Design, paginação e revisão: Choice – Comunicação Global, Lda.

